



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VIII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 12
Horta, Terça-Feira, 7 de Abril de 2005

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sessão Extraordinária

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Agenda da Reunião:

Continuação do debate sobre as **Propostas de Decreto Legislativo Regional “Orientações de Médio Prazo para 2005/2008”, “Plano Regional Anual para 2005” e “Orçamento Regional Anual para 2005”**.

Intervieram no debate os Srs. Deputados José Eduardo (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), António Ventura (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), António Toste (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Henrique Ventura (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), João Bettencourt (*PS*), Aires Reis (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Lubélia Chaves (*PS*), José Gaspar Lima (*PS*), Manuel Silveira (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Alberto Pereira (*PSD*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Clélio Meneses (*PSD*), José Ávila (*PS*) e Luís Henrique (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*), da Economia (*Duarte Ponte*) e da Presidência (*Vasco Cordeiro*), o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Fizeram intervenções finais os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Encerrado o debate, passou-se à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orientações de Médio Prazo para 2005/2008, tendo a mesma sido aprovada por maioria.

Seguiu-se a votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional - Plano para 2005, tendo sido aprovada, na generalidade, especialidade e em votação final global, por maioria, com excepção dos Programas 18 e 30 e das propostas de alteração, do PS, aos Programas 21 e 28, que foram aprovados por unanimidade.

De seguida passou à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento Regional Anual para 2005, tendo sido aprovada, na generalidade, especialidade e em votação final global, por maioria, com excepção dos artigos 7º, 9º, 10º, 11º, 15º e 16º e da Proposta de Aditamento de um artigo 14º-A que foram aprovados por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresentou um **Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo II**, o qual foi aprovado por unanimidade.

Foi guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Os trabalhos terminaram às 22 horas e 10 minutos.

Presidente: Bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

(Eram 10 horas e 20 minutos)

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Fernando Manuel Machado Menezes

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Henrique Correia Ventura

João Carlos Correia Lemos Bettencourt

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalandia Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Luís Henrique da **Silva**
Maria de **Fátima** Medeiros **Vieira**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Recordo a todos que ontem ainda estávamos no período de esclarecimentos, na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e estava inscrito o Sr. Deputado José Eduardo, a quem dou a palavra pelo período de três minutos.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, antes de mais, dirigir-me ao Sr. Deputado António Gonçalves e começar por agradecer e solidarizar-me com a saudação que dirigiu a todos os deputados florentinos que já passaram por esta casa defendendo os interesses dos açorianos e dos florentinos em particular. Se me permite, gostaria de acrescentar que a saudação seja extensiva ao presente e não só ao passado, como utilizou no tempo verbal do verbo emprestar, permitindo desta forma poder também saudá-lo, Sr. Deputado, desejando as maiores felicitações e esperar que o seu esquecimento não tenha sido propositado, no sentido de pensar que os deputados do presente, incluindo o senhor que, tal como eu, pela primeira vez estamos nesta casa, não iremos defender os interesses dos açorianos e da Ilha das Flores.

O Sr. Deputado, na sua intervenção, disse que os problemas das Flores são antigos e que tem vivido na expectativa duma qualidade de vida melhor, que tem tardado a chegar à Ilha das Flores e que os problemas estão sobejamente inventariados. Até sou capaz de concordar, Sr. Deputado.

Eu próprio dei conta deste inventário, não no manifesto da coligação, que não consegui ver na ilha das Flores, mas no manifesto do Partido Socialista onde se apontavam medidas para a resolução destes problemas, nomeadamente para as estradas que me parecem ser, segundo a sua intervenção, um grande e único problema da ilha da Flores.

Não falemos de estradas, porque para isso já bastam aqueles que não vêm mais nada para fazer a não ser estradas, falemos antes de inventários, não de inventários de problemas, mas, sim, de inventários de medidas inscrita no manifesto do Partido Socialista para a Ilha das Flores e inventário de acções inscritas no Plano para 2005, trazido a debate nesta sessão e aí não restam dúvidas, Sr. Deputado.

São 57 medidas para resolver problemas da ilha e dessas 57, 40 estão inscritas no Plano para 2005. Acho que não restam dúvidas.

Posto isto, Sr. Deputado, só me resta dizer-lhe que olhar para traz não conta e eu não quero fazer isso.

O passado próximo ou até o mais distante, quando é lembrado, não tem sido bem-vindo a esta câmara.

Resta-nos, pois, esperar que o tempo nos leve a verificar que as políticas deste Governo, finalmente, colocarão a ilha das Flores no mapa do desenvolvimento dos Açores.

Para finalizar, Sr. Deputado, não posso aceitar o tom de comiseração que ressalta do seu discurso, primeiro porque recuso liminarmente que os florentinos sejam tratados como os coitadinhos dos Açores e, segundo, porque o discurso de tanga já tivemos que chegue.

Por aí não vou, Sr. Deputado, mas se V. Exa. quiser vir comigo pugnar sempre e cada vez mais pelos interesses das Flores e dos florentinos, se quiser adoptar um discurso exigente e construtivo, se quiser largar as amarras do passado e pensarmos no futuro, então seja bem-vindo, venha comigo e vamos construir um futuro melhor. Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Outubro de 2004 o Partido Socialista apresentou aos Açorianos um Programa Eleitoral no qual se propunha **Continuar a Mudar os Açores para Melhor** e, no âmbito da solidariedade social, se comprometia a “promover a qualidade de vida e reforçar a coesão social” através de políticas sectoriais “assentes num plano de acção integrado, através do qual não se pretende apenas resolver problemas sociais mas também implementar estratégias de prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco.”

O Programa do IX Governo Regional reitera esse propósito e propõe um conjunto de objectivos e medidas que, ao longo da legislatura, levarão à sua concretização.

Por sua vez, o Plano Regional Anual para 2005, hoje em debate, reafirma precisamente essa mesma determinação e, mantendo o objectivo de reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades, define prioridades e assume perante os Açorianos quais os programas, projectos e acções que serão implementados ao longo do corrente ano.

O que alguns poderão querer apelar, de forma simplista, como “mais do mesmo” corresponde, em meu entender, a uma prova inequívoca de transparência e de total congruência entre aquilo em que acreditamos, os compromissos assumidos com os açorianos, e o plano de acção que delineamos. Significa, por outras palavras, que continuamos a cumprir.

Os Açorianos sabem que é isso que podem esperar do Partido Socialista e como tal sufragaram o Programa Eleitoral que lhes foi apresentado.

Por certo esperam agora que aproveemos o Plano Regional Anual para 2005 no respeito pela opção clara manifestada em Outubro passado e capacitando o Governo para implementar o Programa por eles então aprovado.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Analisemos então, em maior pormenor, a política social que o Plano Regional Anual para 2005 nos propõe.

Não vou elencar as acções nem os investimentos previstos. Todos nós tivemos ampla oportunidade de os analisar. Pretendo antes enquadrá-los, abordando **três aspectos distintos** do nosso compromisso com os açorianos, que julgo merecedores de destaque porquanto constituem critérios de avaliação do mérito do Plano Regional Anual para 2005.

Em conformidade com os nossos compromissos eleitorais, as medidas de política sectorial a adoptar em 2005 terão de contribuir para a **resolução de problemas sociais**, terão igualmente de **prevenir o aparecimento ou agravamento de situações de risco**, e isto através de um **programa de acção integrado**.

Vejam então qual o desempenho da proposta de plano perante estes três indicadores.

Uma primeira abordagem ao documento rapidamente revela que os investimentos do Plano previstos no âmbito do Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social representam um aumento significativo em relação ao Plano do ano transacto (uma variação de 44,51%). Aumento este que pode traduzir a prioridade que é atribuída pelo IX Governo Regional a esta área de intervenção.

Uma leitura mais pormenorizada logo clarifica que, à semelhança do que aconteceu em planos anteriores, está previsto um conjunto variado de acções destinadas a grupos específicos considerados de maior risco de exclusão social, nomeadamente crianças e jovens; idosos; famílias com idosos a seu cargo; pessoas com deficiência e vítimas de violência doméstica. Este leque de acções tem por objectivos minimizar as desvantagens e incapacidades de que são alvo, proporcionando-lhes condições para uma maior autonomia, normalização de vivências e oportunidades de desenvolvimento. Em suma promover uma maior qualidade de vida.

Mantém-se também a política de descentralização e de incentivo à participação de entidades privadas com acções previstas para várias ilhas e concelhos bem como

apoios destinados a Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas de Misericórdia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se aprofundarmos um pouco mais esta análise e verificarmos também o conteúdo específico de cada acção constatamos que um número significativo destas se destina à requalificação remodelação, ampliação e beneficiação de estruturas já existentes. Esta é também uma opção consciente que não se fica a dever a cortes orçamentais nem tão pouco a reafecção de prioridades. Trata-se, isso sim, de assumir claramente um novo compromisso: **um compromisso com a promoção da qualidade.**

Tenho assumido publicamente, e reafirmo-o hoje aqui, que durante as últimas duas legislaturas os Governos do partido socialista conseguiram dar resposta ao desafio quantitativo com que a região se confrontava em termos de infra-estruturas de apoio social. De facto, a evolução verificada a este nível é notória e notável. Salvo raras excepções, os Açores dispõem hoje de uma rede de equipamentos sociais adequada à prossecução da sua política social. Os dados disponíveis podem comprová-lo.

Existem hoje nos Açores valências de apoio à infância (creche, mini creche, jardim de infância ou amas) em todos os concelhos;

Todos os concelhos (com excepção das ilhas de Flores e Corvo) dispõem de centros de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, sendo certo que a grande maioria dos concelhos possui centros em várias freguesias;

Todas as ilhas (excepto Flores e Corvo) dispõem de valências de apoio a crianças e jovens em risco;

Dezoito dos dezanove concelhos dispõem de centros de convívio e centros de dia, dispersos pelas várias freguesias;

Todas as ilhas, e a grande maioria dos concelhos, têm lares ou residências para idosos;

O apoio domiciliário chega a todas as freguesias;

Sete das nove ilhas dispõem de Centros de Actividades Ocupacionais para pessoas portadoras de deficiência, sendo que só em S. Miguel e na Terceira existem 8 centros;

As vítimas de violência doméstica contam hoje com o apoio de três estruturas de alojamento temporário e três serviços de atendimento, aconselhamento e encaminhamento;

Dispomos também de cinco centros de Promoção e Emprego Social.

Assim, e uma vez satisfeito o desafio quantitativo, em minha opinião, a ênfase deve agora ser gradualmente deslocada para a promoção da qualidade.

Apraz-me, por isso, verificar que a proposta de Plano Regional Anual assume este desafio. E assume-o em termos do conteúdo das acções previstas, como já referi, mas assume-o também através de um conjunto de medidas que, não implicando despesas de plano, representam um contributo significativo na resposta a este novo desafio da qualidade. Refira-se, a título de exemplo, o compromisso explícito de investir nos domínios do:

Desenvolvimento de programas de formação destinados a dirigentes e trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social;

Na qualificação da acção dos técnicos e pessoal auxiliar das Instituições com valências de apoio a diferentes grupos alvo;
Normalização e flexibilização dos apoios;
No aumento, desenvolvimento e avaliação dos serviços prestados e das actividades das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
Na definição de protocolos de funcionamento e de padrões de qualidade; e
Na concepção de estratégias de intervenção integradas com recurso a mecanismos inovadores de intervenção e coordenação.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma leitura sectorial do Plano poderia remeter a análise da política social deste governo exclusivamente para a desagregação por objectivo, proponente ou ilha centrando a atenção exclusivamente nos investimentos previstos no âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Contudo a percepção que temos dos chamados problemas sociais levam a que a política social deste governo não se confine à acção de apenas uma secretaria. Se é certo que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume um papel central, não é menos certo, que numa perspectiva de prevenção e de actuação integrada não podemos menosprezar um vasto leque de outras acções desenvolvidas no âmbito de outros departamentos governamentais.

Esta é a nossa convicção mas são também as conclusões que se retiram da investigação. Em Novembro de 2004, por exemplo, num documento publicado pelo Instituto Nacional de Estatística intitulado **“A Estratégia de Lisboa: Portugal no Contexto da União Europeia” Análise da evolução à luz dos Indicadores Estruturais** podemos encontrar um conjunto de recomendações que apontam claramente neste sentido.

Em referências ao desemprego, desemprego de longa duração e à formação ao longo da vida, o documento apela a um maior esforço na formação contínua da população activa e na qualificação e reconversão de desempregados reconhecendo esta aprendizagem como factor de integração no mercado de trabalho, de motivação mas também, e talvez por isso mesmo, de combate à exclusão social.

Nos Açores, e o Plano do Governo comprova-o, o combate à exclusão social continua a contar com investimentos significativos no âmbito da formação profissional e profissionalizante, da formação de activos, da orientação, reconversão e qualificação de desempregados, bem como da promoção do mercado social de emprego.

Mais adiante o mesmo documento aborda também o abandono escolar precoce identificando-o como factor de exclusão e marginalização.

Nos Açores, e no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Ciência continuamos a investir na prevenção do absentismo, insucesso e abandono escolar nomeadamente através da diversificação da oferta educativa, da flexibilização curricular bem como da formação do pessoal docente e não docente.

No mesmo documento são ainda encontradas referências à taxa de pobreza e taxa de pobreza persistente antes e depois das transferências sociais reconhecendo claramente que estas “assumem um papel extremamente importante na limitação do problema da pobreza.”

Vemos assim mais uma vez validado aquilo que sempre soubemos, ou seja, que a prestação social que o Partido Socialista introduziu sob a forma de Rendimento Mínimo Garantido contribui de facto para o combate à pobreza.

Também à luz desta análise a política social do IX Governo Regional se revela actualizada e adequada aos desafios que se nos colocam quer ao nível da manutenção e reforço das prestações sociais, quer da mobilização da participação das diferentes áreas de acção governativa.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores levamos esta prática mais longe mais longe. Reconhecemos que o combate à exclusão social também passa pela promoção de condições de habitação dignas e inscrevemos no Plano verbas significativas para a recuperação de habitação degradada, realojamentos e erradicação de barracas;

Sabemos que a ocupação estruturada dos tempos livres das crianças e jovens funciona como factor de protecção e por isso continuamos a investir na promoção de actividades de ocupação de tempos livres, do associativismo juvenil e do desporto;

Reconhecemos também a existência de novos grupos de risco e por isso investimos na prevenção das toxicodependências, no apoio a pessoas com doenças mentais, na promoção da igualdade de oportunidades, no apoio aos imigrantes e aos emigrantes regressados.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para concluir regressaria aos critérios de avaliação que apresentei no início. Julgo que a análise agora realizada quer em termos do percurso efectuado nas últimas duas legislaturas quer dos investimentos, objectivos, acções e intervenientes propostos para 2005 demonstram claramente que a proposta em análise dará continuidade ao esforço que vimos desenvolvendo ao longo dos últimos 8 anos, assumirá os novos desafios que se lhe colocam, nomeadamente o da qualidade e desenvolverá uma actuação integrada contando sempre com a participação dos diversos agentes sociais mas também dos diferentes departamentos governamentais.

Considero assim que a Proposta de Plano Regional Anual para 2005, nomeadamente no que concerne à política social, contribui indubitavelmente para a resolução de problemas sociais e para a prevenção do aparecimento ou agravamento de situações de risco através de um programa de acção integrado, cumprindo com os nossos compromissos eleitorais e merece por isso a nossa aprovação.

Continuamos a mudar os Açores para melhor. Continuamos a cumprir.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional Anual e Orçamento de 2005 contempla a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas com um crescimento global significativo relativamente às dotações do período homólogo anterior, facto que sublinha a renovada aposta do Governo Regional no sector agrícola e dá nota da consideração que lhe merece um sector que muito contribui para o rendimento da Região e para o seu crescimento económico e social.

A agricultura e os agricultores dos Açores têm, assim, a justa esperança de verem garantidos os seus rendimentos e reforçada a sua competitividade, num universo cada vez mais exigente e globalizado.

A acção da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas desenvolver-se-á sobre 4 eixos fundamentais:

1. **Fomento Agrícola** – Este programa reporta-se a um conjunto diversificado de acções, nas vertentes das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, da sanidade vegetal e animal e de modernização das explorações, incluindo o apoio financeiro a projectos de investimento privado.

- No domínio das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, o Plano aposta num forte crescimento do investimento público dirigido ao abastecimento de água às explorações agrícolas, mantendo a dinâmica de construção e beneficiação de caminhos agrícolas. Este é um esforço que potencia a qualidade da produção e consequente reforço dos rendimentos, bem como a redução dos custos de produção.

- No domínio da sanidade animal e vegetal, destaca-se o investimento destinado ao combate à Brucelose e Leucose e os planos de vigilância veterinária à BSE, tuberculose e detecção de resíduos.

Cumpre, aqui, realçar o lançamento da obra do novo Laboratório Regional de Veterinária que será um instrumento fundamental e capacitante da agro-pecuária, para garantia da qualidade e para a defesa do consumidor.

- Com incidência nas explorações, releva a aposta no apoio ao rendimento, as Indemnizações Compensatórias, o Apoio às Organizações de Produtores e ao sector cooperativo, bem como acções de experimentação, divulgação e melhoramento animal.

2. Apoio à transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários

Nesta matéria desenvolveremos três medidas fundamentais:

- Investimento público para continuar a qualificar e modernizar a rede regional de abate;

- Apoio financeiro ao esforço do investimento privado para a ampliação e modernização das actividades transformadoras dos produtos da agro-pecuária;

- Apoio ao escoamento de produtos agro-alimentares, à promoção da sua qualidade, à certificação, à regularização de mercado e ao pagamento do resgate das quotas leiteiras.

3. Diversificação Agrícola

No âmbito da diversificação agrícola pretende-se desenvolver acções visando as produções agrícolas e pecuárias mais compatíveis com o meio ambiente, o incentivo financeiro às produções diversificadoras da produção regional, a promoções de produtos no mercado externo, a valorização profissional dos jovens agricultores, a formação de técnicos, os apoios aos agricultores, que cessam actividade, o apoio à compra de terras e a reestruturação fundiária.

Nesta matéria, a par da preocupação de incentivar as produções agrícolas alternativas ao leite e à carne, faremos uma diligência reformadora da secular cultura do ananás. A Região necessita de marcas fortes na área agrícola e a marca “Ananás dos Açores” é, sem dúvida, uma das marcas que mais nos projecta e dá notoriedade. Por isso, em diálogo com as organizações de produtores, iremos reformar todo o quadro jurídico relativo à cultura do ananás, associar à cultura uma forte componente experimental sobre processos de produção de planta e de camas de nutrição, alterar a concessão dos apoios no sentido de minimizar ineficiências resultantes da sazonalidade e dos ciclos de produção e introduzir parâmetros de exigência, controlo e fiscalização da certificação da qualidade que permitam melhorá-la significativamente. Do mesmo passo, incentivaremos a criação de uma unidade para a transformação do “ananás de indústria”, associando-lhe o aproveitamento de outras produções para a sua viabilidade económica.

4. Desenvolvimento Florestal

No Desenvolvimento Florestal os nossos objectivos, orientam-se para o fomento da produção florestal, participando financeiramente os projectos de investimento privado de florestação, reposição de matas e melhoria dos povoamentos florestais e, simultaneamente, o reforço da iniciativa pública directa na gestão, manutenção e beneficiação de baldios, produção de plantas e desenvolvimento de um plano de certificação da gestão florestal. Esta acção servirá, ainda, para melhorar infra-estruturas e equipamentos florestais, construção, beneficiação e manutenção de caminhos rurais e florestais, casas de guarda, oficinas e armazéns.

A par destas preocupações, desenvolveremos acções de informação e formação sobre a temática dos recursos florestais e sua importância na preservação de equilíbrios ambientais, promoção da silvicultura, protecção de recursos e desenvolvimento de um sistema de informação geográfica.

A importância que os recursos florestais representam para a preservação do património ambiental e, também, para as actividades económicas que lhe estão associadas, impõe uma consciência colectiva para a sua defesa e para a observação rigorosa do quadro jurídico da sua exploração económica. Neste sentido, a acção de fiscalização e controlo sobre as acções de uso e exploração dos recursos florestais será de rigor e exigência, desmobilizando abusos que serão impiedosamente tratados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A produção de leite e lacticínios é e continuará a ser determinante na criação de riqueza, seja pelo grau de organização que apresenta, seja pela aptidão e vocação naturais existentes, seja, ainda, pelas vantagens comparativas de que dispomos.

Neste quadro, a necessidade de mais quota leiteira e uma gestão criteriosa que contemple a realidade açoriana, continuam a ser objectivos prioritários. A par com tais desígnios, procederemos à distribuição de significativos montantes de quota leiteira, com o objectivo de regularizar situações existentes e permitir novas oportunidades.

Na área da transformação, continuaremos a reformar o sector, incentivando e apoiando a modernização e a eficiência da capacidade transformadora existente.

Neste âmbito, será dado um enfoque especial ao processo de modernização de unidades transformadoras de S. Jorge, processo que registará progressos significativos. Por outro lado, continuaremos a estimular a concentração da produção de queijo de S. Jorge, outra das nossas boas marcas comerciais, permitindo uma estratégia comercial fecundante da defesa da marca e da sua justa valorização.

Ainda no que se refere à produção de leite e produtos lácteos e com a preocupação de dignificar e fortalecer os rendimentos de todos os agentes envolvidos, iniciaremos o amplo processo de abordagem, estudo e implementação do Centro do Leite e dos Lacticínios, instrumento que irá potenciar a interactividade entre produção, transformação e comercialização e contribuir para reformar o quadro tradicional das relações entre todas as partes.

Outro dos segmentos da agro-pecuária que irá sofrer reformas significativas é o da produção e comercialização da carne dos Açores.

A produção de carne nos Açores debate-se com os problemas decorrentes da forte presença de um efectivo animal vocacionado para a produção leiteira, de um processo tradicional de comercialização em vivo, que será combatido e da abertura dos nossos mercados de proximidade a carnes oriundas de locais com baixos custos de produção, como é o caso da América do Sul.

Neste cenário, a nossa aposta só pode ser na qualidade, na diferenciação do nosso produto e no combate pela diminuição dos custos de produção.

Aproveitando a rede regional de abate entretanto criada, serão apoiados os investimentos em unidades de transformação, bem como na investigação experimental na área das raças e dos regimes de alimentação que melhor se adaptem às nossas explorações. Simultaneamente, será implementado um programa de incentivos à produção de cruzados para melhorar os rendimentos das explorações leiteiras e fortalecer a qualidade da carne comercializada.

O processo de certificação da carne dos Açores (IGP) será incentivado, dedicando-se-lhe uma particular atenção no que diz respeito ao seu controlo e fiscalização.

Em todas as áreas de intervenção da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas manteremos o propósito de reforçar rendimentos, reduzir custos de produção, incrementar novas oportunidades de produção e de mercados e combater ineficiências.

Fá-lo-emos num permanente diálogo com as entidades representativas do sector, particularmente com as organizações de produtores com quem aperfeiçoaremos objectivos e partilharemos recursos e resultados.

Como questão central desde já marcante das nossas preocupações, temos pela frente a reforma de um poderoso instrumento da produção agrícola da Região e que lhe é transversal e fundamental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os programas POSEI têm-se mostrado um poderoso instrumento de apoio ao desenvolvimento económico e social das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

As medidas nele contidas, que remontam a 1991/1992, provaram ser eficazes na promoção da agricultura e no abastecimento de produtos agrícolas às *RUPs*.

Mas se é certo que o balanço feito é globalmente positivo, quer quanto ao Regime Específico de Abastecimento quer quanto ao apoio às produções locais, o mesmo não se pode concluir quanto aos termos de gestão dos programas, caracterizada por uma grande rigidez e complexidade, comprometedora da rapidez de acção e da sua adaptação às situações específicas das *RUPs*.

Neste âmbito, a proposta da Comissão Europeia, consagrando uma alteração profunda da filosofia de apoio às *RUPs*, que passa pela metodologia de as fazer participar na tomada de decisão e rápida adaptação das medidas às suas especificidades, não deixa de ser, nessa matéria, uma boa proposta.

Mas para ser, a todos os níveis, uma boa proposta, falta que consagre um bom envelope financeiro e a defesa de interesses fundamentais existentes nos Açores.

Desde logo, a base jurídica adoptada para a proposta da Comissão deveria ser, apenas, a do nº2 do artº 299 do Tratado, sem necessidade de qualquer âncora em articulados da PAC, uma vez que a referência do Tratado é “base jurídica adequada e suficiente para qualquer acto do Conselho que aprove medidas específicas destinadas a estabelecer as condições de aplicação do Tratado às Regiões Ultraperiféricas” como reconhece o Documento do Conselho 7502/01, de 28 de Abril.

Do ponto de vista do envelope financeiro, a proposta assenta na manutenção das fontes de financiamento e sua intensidade, ou seja, na limitação orçamental.

Deste modo, a realidade evolutiva das *RUPs* que o POSEIMA incrementou fica condicionada às disponibilidades financeiras existentes quando há preocupações legítimas quanto ao crescimento dos preços no mercado europeu e mundial e, até, dos custos adicionais dos transportes.

Por outro lado, a aplicação do programa, condicionado pela fixação de um *plafond* anual fixado com base na média da execução do Regime Especial de Abastecimento no período compreendido entre 2001/2003 e de acordo com as despesas aplicadas às medidas de apoio às produções locais, pode representar um sério impedimento ao aprofundamento do desenvolvimento que o mesmo visa permitir.

Relativamente ao Regime Especial de Abastecimento, o *plafond* fixado, a ter por base um determinado período de referência (2001/2003) não contempla a evolução da conjuntura económica e eventuais crescimentos no abastecimento. Por outro lado, tal *plafond* é calculado com base no valor de ajudas comunitárias, quando os benefícios do REA são também, e muito significativamente, de isenção de direitos de importação. Ou seja, a proposta não contempla a hipótese dos produtos importados com isenção de direitos ao abrigo do REA passarem a ser adquiridos na comunidade por razões de mercado.

Acresce que o período de referência proposto (2001/2003) não reflecte a última reforma do POSEIMA já que inclui o ano de 2001, que foi um ano de transição, uma vez que a reforma contida no Regulamento (CE) nº 1453/2001, só entrou em vigor em 2002 com o regulamento (CE) nº 20/2002.

A ter de existir um período de referência nesta matéria, então que o mesmo corresponda aos anos de aplicação do actual Regulamento, ou seja 2002/2004, levando em consideração o montante das isenções de direitos na importação de países terceiros igualmente concedidas em tal período.

Em nosso entender e considerando que as medidas específicas em causa visam imprimir às *RUPs* da União Europeia o desenvolvimento e crescimento económico necessário à sua aproximação aos níveis continentais, a fórmula a adoptar deveria fazer a adaptação dos montantes financeiros às necessidades existentes (nomeadamente acautelando a concorrência injusta de países terceiros) e não os princípios de estabilidade orçamental que a dimensão da *RUPs*, aliás, dificilmente poriam em causa.

Ainda quanto ao REA a proposta da Comissão encerra dificuldades para os Açores, dificuldades que se encontram identificadas e que a Região, oportunamente, já levou ao conhecimento de todas as pessoas e entidades responsáveis, sensibilizando-as para a necessidade de as combater e ultrapassar.

A ultraperifricidade aliada à falta de economias de escala debilitam fortemente as agro-indústrias das *RUPs*. O desenvolvimento sustentável do mundo rural passa, também, por uma política de apoio às agro-indústrias, porque são estas que valorizam as produções regionais, potenciam a criação de emprego e promovem novas culturas e práticas inovadoras.

Nos Açores, onde rareiam as possibilidades de diversificação da base produtiva, é fundamental que se criem condições objectivas para dar sustentabilidade e viabilidade às agro-industriais e culturas alternativas ao leite e à carne, como é o caso da produção de beterraba sacarina que, apesar dos seus efeitos benéficos na rotação dos terrenos, não é suficiente para levar a SINAGA a atingir o seu ponto crítico de viabilidade económica. Haverá, portanto, que permitir a esta agro-indústria, não só o seu contributo para a desejada diversificação mas também, de forma sustentada, que tenha condições para atingir os níveis mínimos de produção que lhe são necessários.

Quer isto dizer que a SINAGA precisa de beneficiar do REA para a importação de ramas, mas também de um quadro jurídico que permita a reexportação de açúcar, objectivo que a proposta da comissão penaliza fortemente. De facto, ao definir os anos de 1989 a 1991 como período de referência para a definição das correntes tradicionais, a proposta da Comissão inviabiliza, de todo, qualquer possibilidade de viabilização da indústria açucareira da Região e, conseqüentemente, aniquila uma das possibilidades mais credíveis de diversificação da base produtiva da Região.

Entendemos que a reexportação/reexportação dos territórios das *RUPs* deve ser permitida sem a obrigatoriedade de restituição das ajudas e sem a obrigatoriedade do pagamento de direitos de importação das matérias primas que tenham sido transformadas nestes territórios, pelo menos até aos limites de sustentabilidade das respectivas actividades.

Ainda, quanto ao REA será importante clarificar o conceito de “produtos transformados nas *RUP* que incorporem produtos que tenham beneficiado do REA” estabelecido na proposta da Comissão.

A aplicação literal de tal conceito poderá levar a conclusões absurdas pelo que devemos pugnar pela sua clarificação, ou seja, que tal conceito compreenda apenas a primeira transformação de produtos importados.

No que diz respeito à vertente do programa vocacionada para o apoio às produções locais, a apreciação da proposta é mais favorável, apesar de ser necessário introduzir-lhe elementos de correcção e clarificação.

Desde logo, entre outras questões de menor importância:

- O programa que englobará as medidas específicas a favor das produções agrícolas de cada RUP, a apresentar pelo Estado-Membro, deverá ser plurianual, de forma a permitir uma acção continuada e sustentada das medidas propostas;
- Cada Estado-Membro deveria ter a garantia de poder apresentar programas ao nível geográfico que considerasse mais adequado;
- Deverá ser concedido o alargamento do prazo para a reestruturação da vinha, até 2013 e não 2006, a fim de permitir a substituição das variedades proibidas de uma cultura que nos é particularmente necessária pela importância que tem em algumas localidades e Ilhas, sabendo-se da necessidade e peso financeiro que tal reestruturação encerra;
- As derrogações às actuais medidas de desenvolvimento rural, estabelecidas nos termos do actual quadro até 31 de Dezembro de 2006, aconselham uma preocupação relativa à necessidade de as manter no próximo período de programação (2007/2013) permitindo-se idênticas derrogações sempre que as regras e regulamentos entretanto aprovados o aconselhe;
- A proposta da Comissão devia, ainda, conter a possibilidade de serem efectuados adiantamentos aos prémios e à necessidade de serem salvaguardados os interesses dos Açores nas Reformas das Organizações Comuns de Mercado do Tabaco e do Açúcar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Após a obtenção das melhorias que a proposta da Comissão carece, e algumas delas deixei aqui expressas, passaremos à fase seguinte: a da preparação e apresentação de um programa que continue a fazer do POSEIMA um instrumento que provoca o crescimento económico e social dos Açores e com incidência benéfica na base produtiva regional.

Nesta fase damos o nosso contributo à obtenção da melhor proposta, contributo que resulta do trabalho desenvolvido, conjugado e partilhado com todas as organizações representativas do sector agrícola da nossa Região. Na fase seguinte esta metodologia será aprofundada para preparação e apresentação do melhor programa, pois é para as gentes, organizações e empresas do sector que tal programa se destinará.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados António Ventura, Luís Paulo Alves, António Toste, Alvarino Pinheiro, Manuel Silveira, Henrique Ventura, Costa Pereira, Lizuarte Machado e Hernâni Jorge. Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura. Cada um dispõe de três minutos, nem mais um segundo.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para perguntar ao Sr. Secretário, uma vez que o tempo é escasso, qual a razão do valor surpreendente de cerca de 26 milhões de euros para a Terceira, no âmbito da transformação e comercialização, uma vez que o senhor na Comissão de Economia não soube esmiuçar?

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário deseja responder.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Posso responder por lotes.

Presidente: Pode responder por lotes, mas são três minutos para cada lote.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois do Sr. Deputado Pedro Gomes se ter congratulado com o Sr. Secretário da Educação por um aumento de 4% no orçamento para a saúde, só por manifesta falta de tempo se compreende que tendo o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas apresentado um aumento de 30% no orçamento da agricultura, também não tinha sido digno de receber as congratulações do PSD?

Pela minha parte, Sr. Secretário, reconheço o esforço que o Governo dedica a este sector, na sequência de em dois anos seguidos ter feito um aumento de, nada mais, nada menos, do que 60% nas verbas para o plano de investimento.

Depois gostaria também de salientar que, para além das verbas que são sempre importantes, mas muitas vezes não suficientes, é necessário olhar, sobretudo, à consequência e aos conteúdos. Gostaria também de me congratular com V. Exa. por ter introduzido uma rubrica, não muito expressiva do ponto de vista do seu conteúdo (100 mil euros), mas da sua significância, de apoio à contabilidade e à gestão das explorações agrícolas ou promoção de actividades de extensão rural, através da assessoria técnica às explorações, à contabilidade e à gestão das empresas agrícolas, desenvolvendo-se a formação de grupos de gestão por zonas, culturas e locais, parece-me uma medida de particular alcance.

Sabendo nós que o problema das nossas explorações se prende também com ineficiências e com necessidades de ganho de produtividade, as perdas de rendimento pela qualidade, pela ineficiência da alimentação, na utilização dos factores de produção menos adequados, muitas vezes com sobrecargas prejudiciais ao ambiente, as deficientes decisões na área da gestão que, por vezes, são tomadas, esta acção assume particularmente importância, porque permitirá um apoio directo àquilo que é mais fundamental nas nossas explorações, que é o maneo adequado e o aumento da sua produtividade.

Por outro lado, gostaria de lembrar a V. Exa. que um aumento de 184% no apoio às explorações e à água que vai ser levada às novas explorações, com 425 explorações contempladas com água, representa também no capítulo das infra-estruturas um decidido apoio e reforço à qualidade e ao rendimento.

A água possibilita uma qualidade de produção e por via disso um aumento do rendimento das explorações que, numa altura em que a pressão sobre os preços é

muito grande, pode representar, de facto, a diferença entre a viabilidade e a não viabilidade de muitas das nossas explorações.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de anunciar aqui o investimento feito para a Terceira ao nível de caminhos agrícolas e ao nível do investimento da água, porque notei ontem o forte interesse e a forte preocupação dos Srs. Deputados do PSD da Terceira,...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é uma obsessão!

O Orador: ... mas como eu já pensava isso ontem, hoje e amanhã, para descanso deles, vou passar aqui a anunciá-los:

No perímetro de ordenamento agrário da Bacia Leiteira do Paul temos a construção dos caminhos CP-20, CS-1 e 2, construir o CS-14, beneficiar o CP-10, obras essas em fase final, a inaugurar brevemente em Maio ou Junho.

Na conduta da água do tapete do Ginjal/Barraca, beneficiar o CS-20-1, na Canada do Aguilhão.

Reparação e conduta da água do Cabrito em caminhos agrícolas, a construir e beneficiar no CP-6, CS-1 e 2 e CS-3 e 4 e ainda executar a rede de água, construir e beneficiar o CS-5 e 6, o CS-11, 12, 13 e 14, CP-7, CS-9 e 10. Isto no perímetro de ordenamento agrário Altares/Raminho.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é batalha naval!

O Orador: No perímetro de ordenamento agrário das Cinco Ribeiras/Santa Bárbara, em elaboração o projecto do CS-1, 2, 3, 4 e 6, a elaborar o projecto do CS-14, 16, 17 e 18 e ainda o abastecimento de água na Canada do Cabaço.

Em electricidade, dois projectos agrícolas.

Deputado António Ventura (PSD): Ainda bem que são 2, mas podiam ser mais!

O Orador: Abastecimento de água, captação da rede de água.

Ainda nos caminhos agrícolas, construir e beneficiar o CP-1 e 2, SS-1, 6, 8 e 9, construir e beneficiar o CS-14, 17 e 18, beneficiar o CS-19 na Canada da Bica, beneficiar o CP-6 na Canada do Meio.

Em projecto e em execução o CP-4 e 5, o CS-16 e ainda em projecto de execução o CP-7 e CS-17. Isto no perímetro de ordenamento agrário da Serra do Cume e Aqualva.

Só para 2005, como vêm, em termos de caminhos agrícolas e abastecimento de água, considero bastante importante para termos a redução dos custos de produção.

Para vosso descanso julgo que é um investimento significativo.

Disse.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito bem! Só não vê quem não quer!

Presidente: Eu vou alterar a ordem das inscrições e dar agora a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira, porque ele vai ter que me substituir na Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples e rápida ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

A construção da Lagoa Artificial da Ilha do Faial foi iniciada para resolver o abastecimento de água à zona Sul da ilha do Faial.

A obra começou a 11 de Setembro de 1998 e, decorrido todo este tempo, ainda não está a funcionar de acordo com o projectado.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário, uma vez que o Plano é omissivo quanto a isso, quando é que está prevista a resolução desta questão?

Presidente: Sr. Secretário, não sei se quer responder já, uma vez que já tem um bom lote de questões.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Robrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à primeira questão levantada pelo Sr. Deputado António Ventura, como o Sr. Deputado sabe, a área da transformação e comercialização dos produtos da agropecuária é fundamental para que haja sustentabilidade da actividade produtiva e, portanto, é esta área que neste momento merece uma grande atenção e uma preocupação acrescidas, porque nós temos que capacitar tudo o que é indústria transformadora e de comercialização para podermos dar sustentabilidade a toda e qualquer actividade produtiva, daí o reforço das verbas nessa matéria, quer para apoio às indústrias agro-alimentares, com projectos ao abrigo do PRODESA, quer na rede regional de abate, para a conservação de equipamentos informáticos e aquisição de outros bens que são necessários ao funcionamento das estruturas, quer para o apoio ao incremento de produtos da indústria alimentar. Todas as acções que aqui estão previstas são, nomeadamente, para a regularização dos mercados e, portanto, o crescimento das verbas é fundamental para apoiar a actividade produtiva. No que diz respeito às verbas alocadas no Plano para a contabilidade, é uma verba pequena, é certo, mas vamos iniciar um processo para demonstração de todos os produtores de que, com rigor na sua gestão, rigor na sua contabilidade, poderão ter melhores eficiências.

O aumento do nosso investimento na distribuição de água é fundamental, porque a água com qualidade, dá qualificação e dá qualidade ao que se produz e isso traduz-se logo no aumento de rendimento e em melhor produção e melhor capacidade produtiva.

Por outro lado, as acessibilidades e os caminhos que aqui foram enunciados são também uma aposta a manter, porque a melhoria das acessibilidades facilita e faz poupar os equipamentos e é também uma fonte muito importante para o reforço dos rendimentos dos produtores.

Quanto à Lagoa Artificial do Faial, Sr. Deputado Costa Pereira, ela foi executada já há algum tempo e depois de já ter chegado ao Governo já foi adjudicada a primeira fase para a distribuição de água. Logo que concluída a primeira fase, será adjudicada a terceira fase, cujo estudo já se encontra pronto e, portanto, a distribuição de água à ilha do Faial não parará.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputada Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Havendo uma tendência, e isso foi claro na própria intervenção do Sr. Secretário, de fazer uma correspondência entre o aumento da dotação da Secretaria, logo estamos perante um aumento de rendimentos dos empresários agrícolas. Sob o nosso ponto de vista, Sr. Secretário, esta correlação não está demonstrada ao longo do tempo e é compreensível que as associações do sector se preocupem e que cada vez mais exijam e lutem por maiores dotações e há, de facto, como que uma obsessão nessa matéria, mas a nós, sobretudo, preocupam-nos mais os efeitos.

É importante que às dotações correspondam alterações no tecido e é isso que, infelizmente, muitas vezes não acontece.

Portanto, não está demonstrada a correlação imediata entre um aumento de dotação no Plano e melhoria dos rendimentos dos empresários.

Relativamente à política da valorização da carne e da alteração da crise preocupante que se vive no sector, gostaríamos de ver, por parte do Governo e de V. Exa., reflectida uma maior prioridade nessa matéria e uma melhor explicação, se é que é possível, a esta Assembleia do que se pensa fazer nos próximos 4 anos.

Esta é uma questão grave e complexa, já o dissemos, e a nossa postura é a de que deve ser dada uma prioridade que não constatamos na apresentação que foi feita, mas estamos certos que existe e o que importava era apresentá-la perante o Parlamento e perante os Açorianos.

Relativamente ao resgate das quotas, o CDS/PP concorda com esse instrumento de intervenção, sempre o exigimos, mas verificamos alguma timidez da parte do Governo na utilização deste instrumento de resgate de quotas.

Gostaria também de saber aqui de imediato, que perspectivas o Governo apresenta, a curto prazo, quanto à intensificação da utilização do instrumento do resgate de quotas.

Finalmente queria dar conta de que estamos de acordo e comungamos da preocupação do meu ilustre colega deputado da ilha Terceira relativamente ao SP-10, ao F-14, o F-18, digamos, todo esse conjunto de intervenções da parte da Secretaria Regional, gostaríamos de deixar aqui um alerta: é fundamental que numa política de abertura...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

... de novos caminhos, não se esqueça nem se abandone aqueles que, pela sua importância, foram objecto de intervenções, algumas com 20 e 30 anos, caminhos que foram alcatroados há 20 e 30 anos e hoje são ribeiras, isto em zonas nobres como, por exemplo, a Serra do Congro, em zonas que, pela sua importância, tinham acesso privilegiado e dou o exemplo da Canada dos Passos, que os meus amigos todos conhecem, que há-de ser um desses “F” que o meu amigo refere e que eu não tenho o mapa, mas se não for, receio que aquilo que já foi um caminho excelente, que abrange uma zona rica da nossa terra, como são quase todas, neste momento seja uma ribeira. É trágico e até estranho que os agricultores da zona ainda não tenham feito maior pressão.

Portanto, apelo ao Sr. Secretário que, a par do que se tem feito, e é bom que se faça, na abertura de novas infra-estruturas, não se esqueça daquelas que, pela sua importância, já existiam há muito anos e que hoje estão numa situação calamitosa,

como é o caso da Canada dos Passos na ligação Canada da Bica é digno de ser visto para que não se repita.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra também para, de alguma forma, congratular-me com as orientações apresentadas pelo Sr. Secretário da Agricultura para os próximos 4 anos e os grandes investimentos que se vão seguir no ano de 2005.

Aquando da discussão do Programa do Governo já deixei aqui a minha opinião sobre a importância que tem, para mim como profissional de longa data, o emparcelamento agrícola e acho que nestas Orientações de Médio Prazo se dão passos largos nesse sentido. Sei que são passos lentos, mas seguros e não há outra forma de os dar. Quero também congratular-me com isso.

Em relação ao resgate leiteiro, discordo um pouco da opinião do Deputado Alvarino Pinheiro quando diz que o Governo tem que ser mais afoito, digamos assim, no resgate da quota leiteira. Eu penso que não, porque esta mudança que se está a dar neste sector na nossa região, para continuar a ser, tem que ser lenta, mas segura.

Eu lembrava aqui que o último resgate que está a ser implementado na Região irá resgatar à lavoura 8 milhões de litros de leite. Quero lembrar também que haverão outras quantidades de quota para serem distribuídas para além do resgate.

Quero também salientar a coragem do Governo no fomento àquilo a que chamamos “dos cruzados” no sector da carne.

Salientar também os passos lentos, mas seguros que estão a ser dados na diversificação da agricultura.

Portanto, Sr. Deputado, penso que os passos a dar nesta Região têm que ser lentos, porque o mar é muito e corremos o risco de nos faltar a terra.

Muito obrigado pela exposição do Sr. Secretário. Fiquei totalmente satisfeito e penso que a bancada do Partido Socialista tem razões mais que suficientes para aprovar aquilo que foi aqui exposto pelo Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao aumento das dotações do Plano não coincidirem com o aumento dos rendimentos dos produtores, ou seja, a referência de que não há um nexo de casualidade entre o aumento das dotações e o aumento dos rendimentos dos

produtores, eu não vou teorizar grande coisa à volta disto, vou apenas lembrar-lhe, Sr. Deputado, que ainda há pouco tempo nas Jornadas do Ramo Grande, na Ilha Terceira, a convite, que não meu, do Professor Avilez, em que referiu quais são os níveis de rendimento e de competitividade das explorações agrícolas dos Açores, - disse-o e está publicado em livro - foi referido que o rendimento das explorações açorianas e a sua competitividade é a segunda melhor de todas as regiões agrícolas do País, atrás da Região do Ribatejo Oeste que nos está à frente.

Não fui eu que convidei o Professor Avilez a vir às Jornadas do Ramo Grande; não fui eu que lhe encomendei o estudo, que está publicado e que o Sr. Deputado pode ver.

Portanto, sempre que pudermos meter dinheiro nas infraestruturas e na capacitação das nossas explorações e das nossas agro-indústrias, provocamos, tenho a certeza, directa e indirectamente, o crescimento do rendimento dos senhores produtores.

Quanto à alegada crise no sector da carne, o Sr. Deputado sabe que a produção de carne nos Açores debateu-se durante longos e longos anos com problemas decorrentes de uma forte presença de animais vocacionados para a produção de leite e de um processo tradicional de comercialização em vivo, que em tudo nos levava as mais valias e a tudo nos retirava a possibilidade de estruturarmos essa fileira, com a dignidade dos rendimentos que devia permitir a quem produzia carne.

Como sabe, o amplo investimento que já foi executado na rede Regional de Abate e nós agora estamos a tratar e a proceder à alteração do processo tradicional de comercialização, alterando significativamente a percentagem de havia da exportação de gado vivo, para começar a exportar gado abatido, com ganhos de transporte e agora também, por iniciativa do Governo, Matadouro da Terceira com a concessão das salas de desmancha, que vai levar a que a carne seja comercializada desossada, desmanchada, embalada e certificada, como é nosso propósito. Isto traduzir-se-á, estou certo, em rendimento para os nossos produtores e traduzir-se-á também em notoriedade para a nossa carne que não tem sido, até hoje, potenciada nesse particular.

Relativamente à timidez do uso ou do recurso aos resgates, quero dizer-lhe que, analisando toda a Europa Comunitária, não vejo que sejam feitos resgates todos os anos e eles não são feitos todos os anos por razões muito simples. Um resgate é um instrumento que visa a retirada, digna e honrosa, da fileira da produção de alguns produtores que não têm condições e visa também a reestruturação das explorações.

Ora, ao que nós assistimos é que os resgates são instrumentos para, ou até aos quais é necessário, fazer um estudo aprofundado da situação concreta das explorações, actuar quando é necessário o resgate, reafectar a terra, liberta as nossas explorações e só depois, feitas essa ponderação, é que é possível incrementar, dinamizar e iniciar o novo resgate.

Relativamente aos caminhos agrícolas que foram já aqui referidos com algum pormenor, no âmbito da Secretaria Regional de Agricultura e Florestas, são caminhos executados pelo IROA, mas nós também temos caminhos florestais e rurais que são executados pelos Serviços Florestais em todas as ilhas e em todos esses caminhos, quer rurais, florestais, quer aqueles dos perímetros de ordenamento agrário, que há pouco foram referidos, em todas as ilhas faz-se um enorme esforço, não só para rasgar novos caminhos, não só para manter os caminhos existentes, e a

rede de caminhos agrícolas e florestais é imensa por todas as ilhas, e para, numa forma mais concertada, ir melhorando os pavimentos, substituindo-os, na medida do possível.

O que se tem feito em caminhos nos Açores, nos últimos anos, é uma realidade que não se pode contornar.

O que se vai continuar a fazer nessa matéria, será outra vez uma realidade que não poderá ser nunca esquecida.

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo já terminou.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É evidente que não existe uma relação directa entre o aumento global do orçamento de um determinado sector e o rendimento do mesmo, mas também é evidente que quando se faz um esforço gigantesco de aumentar o orçamento global de um sector e se globalmente investe na melhoria de todas as infra-estruturas que envolvem esse sector, ele melhora naturalmente o seu desempenho e por sua vez também o seu rendimento. Esta é uma questão muito simples e que, aliás, o Sr. Secretário explicou muito bem.

Por outro lado, Sr. Secretário, eu gostaria de felicitá-lo, na sequência dos governos socialistas anteriores e dos secretários que o antecederam, por manter um esforço gigantesco de investimento neste sector primário, fundamental para o nosso desenvolvimento, pelo sector em si, mas também pelos aspectos que tem de modelação da nossa paisagem e que, no fundo, acaba por estar também intimamente ligado ao turismo, sector emergente e fundamental.

Esse esforço gigantesco que no Pico passou pelo saneamento financeiro da lavoura, ao apoio às novas infra-estruturas transformadoras e que neste momento, entre outras coisas, se centra no grande investimento da construção do novo matadouro e da rectificação da sala de desmancha para uma melhor adaptação àquilo que são as potencialidades naturais da ilha, que é a produção de carne é, para nós e para a ilha do Pico, fundamental e os lavradores do Pico, muito em particular e os picoenses, de uma maneira geral, agradecem e reconhecem o esforço que está a ser feito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Pedi a palavra para me congratular com a intenção, manifestada por V. Exa. daquela tribuna, de se proceder ao alargamento até 2013 do regime de apoios à reconversão vitícola, que responde desta forma afirmativamente à dinâmica deste sector e estimula também por esta via a diversificação agrícola.

Esta é uma importante iniciativa para a nossa Região que, para além dos “VQ” licorosos e não licorosos que vêm sendo certificados desde 1997, já tem vários vinhos de mesa brancos e tintos, além de cinco vinhos regionais brancos e um vinho regional tinto, mais dois vinhos regionais brancos e um vinho regional tinto candidatos à certificação já no próximo sábado.

Com esta iniciativa e com este empenho consolida-se um sector cuja importância vai além do sector primário e pode contribuir de forma firme e determinante para a imagem da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma única nota relativamente à cultura da vinha, produtor directo na ilha do Pico.

A vontade da Secretaria e do Governo é de ver no POSEIMA a derrogação do prazo para a substituição e para a reconversão dessas vinhas.

A proposta do POSEIMA, tal como está em cima da mesa, não garante que até 2013 possamos fazer essa reconversão, indica o ano de 2006.

Se a derrogação não for aceite não é por falta de empenho, dedicação e de luta da Secretaria e do Governo Regional nesse sentido.

Obrigado.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou conter-me na minha vontade de explicar, porque não tenho tempo.

Em relação ao seu esclarecimento sobre a verba alocada para o apoio à transformação na Ilha Terceira, o Sr. Secretário referiu-se à verba que está no Plano, mas queria que explicasse para que é que serve esta verba.

Por outro lado, neste Plano queria que nos dissesse quais são os montantes relativos a compromissos de pagamentos anteriores e aquilo que são novos investimentos, ou seja, dinheiro verde para este âmbito.

Obrigado.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao aspecto dos resultados dos investimentos que se têm alocado à agricultura, gostaria de lembrar aqui que o índice de mecanização aumentou nos últimos anos 52%, que a frota de tractores teve um incremento de 38%, que o efectivo bovino total aumentou 26%, que o efectivo leiteiro aumentou 21%, que se produzem hoje mais 130 milhões de litros de leite, mais um terço do leite que se produzia e que é pago a tempo e horas.

Queria lembrar também que os próprios jornais e as associações de produtores dizem que o rendimento do agricultor aumenta no leite e nas rações.

Gostaria também de dizer que enquanto nos últimos 10 anos a média de abandono das explorações na Europa foi de 8 a 10% ao ano, a média de abandonos na Região foi de cerca de 3%.

Portanto, este conjunto de indicadores aqui apontado demonstra bem a eficácia dos dinheiros empregues na nossa agricultura e só quem não tem vontade de ver é que não pode e consegue ver.

Por outro lado, gostaria de reflectir um pouco sobre a questão dos resgates leiteiros.

Deputado António Ventura (PSD): Apresente a alternativa que queremos ver!

O Orador: O resgate leiteiro é, sem dúvida, uma medida de eleição por excelência para rejuvenescer um sector, mas não discutindo a amplitude que ele deve ter. Gostaria também de lembrar que nos Açores nós estamos confrontados com duas situações, por um lado, a necessidade de manter as nossas populações rurais nos campos e, por outro, a necessidade de modernizar e ter ganhos de escala. Eu introduzia aqui uma preocupação alternativa no sentido de aumentar esses ganhos de escala, que se procedesse a uma pedagogia e a uma cultura superior de criação de novas formas societárias na agricultura que permitiriam melhorar as condições de trabalho e de vida dos agricultores nas suas explorações, podendo tirar férias, ter mais tempo livre para se cultivarem, podendo visitar feiras, ter descanso ao domingo e não andar 365 dias agarrados à teta da vaca, como hoje acontece e permitiria também conseguir aumentar os ganhos e aumentos de escala necessários ao aumento de produtividade e à viabilidade das nossas explorações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Vamos ver se consigo explicar melhor.

A área da transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários é fundamental, já o disse há pouco.

Das verbas que aqui estão, o Sr. Deputado pergunta-me que compromissos anteriormente assumidos existem e que acções novas estão aqui previstas.

Dou-lhe apenas um exemplo que vem descrito: fizemos no ano de 2004 o resgate e a própria Portaria que abria o resgate previa para 2005 o pagamento da quantia resgatada. Esse pagamento vai ser feito em 2005 e em 2006 o senhor verá novamente mais uma verba que é a segunda fracção do pagamento desse resgate.

Portanto, são esses compromissos que são assumidos, que são naturalmente cumpridos pelo Governo e eu não vim para aqui para não cumprir os compromissos assumidos, pelo contrário somos homens de palavra e as coisas são para cumprir.

Também aqui estão previstos os novos investimentos e se o Sr. Deputado ler com atenção há um que é fundamental para a capacitação da agro-pecuária, em particular da produção de carne, que é o Laboratório Regional de Veterinária, cujo início do processo vai ocorrer em 2005 e que é um instrumento importantíssimo para a sanidade animal e para a defesa do consumidor, como o senhor sabe.

Todas essas acções descritas são a garantia de que os volumes financeiros colocados no sector agrícola vão no sentido de incrementar o rendimento dos produtores, o aumento da produção e, naturalmente, a sustentabilidade de todo o sector.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É para pedir um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido. Reiniciaremos os nossos trabalhos daqui a 15 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Pedia aos Srs. Deputados que ocupassem os seus lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12,00 horas)

Na continuação do debate sobre a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para esclarecimentos.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Apraz-me muito saber desse estudo do Sr. Professor de que, em função do rendimento dos agricultores açorianos, os Açores são a melhor região de Portugal.

Mas, Sr. Secretário, o senhor que contacta com os agricultores dos Açores com mais frequência do que eu e permanentemente é assediado pelas suas associações e pelos seus representantes e está presente nas suas iniciativas, sabe que a evolução do preço do leite é negativa, o preço da carne atingiu, recentemente, os valores mais baixos dos últimos anos, os factores de produção aumentam. É esse raciocínio elementar que nós ouvimos de todos os agentes ligados ao sector. Daí concluir que os rendimentos estão a aumentar, é muito complicado.

Eu não ponho em causa os estudos técnicos e científicos de quem quer que seja, agora alerta é para a evidência dos factos e essa evidência ao nível dos principais segmentos que caracterizam esse sector é que, infelizmente, os nossos agricultores hoje estão com rendimentos inferiores ao que já tiveram no passado e isso é mau, porque é perda de rendimentos e sob esse ponto de vista há razões de preocupação e julgo que não é fácil demonstrar o contrário.

Quando referi que não há correlação directa entre todas as verbas existentes no Plano e os rendimentos dos agricultores - e os Srs. Deputados Lizuarte Machado e Luís Paulo Alves já falaram sobre isso - julgo que também compreenderam o que eu quis dizer.

É óbvio que quando as aplicações - é uma questão de princípio - se destinam a infra-estruturas, como o Sr. Secretário referiu, é óbvio que têm impacto indirecto na eficiência e na produção, agora o que não se pode fazer é criar a ilusão de que todo o dinheiro inscrito na Secretaria é dinheiro no bolso dos agricultores. Isto tem que ser dito para não se criar falsas expectativas.

Aliás, a este respeito, eu perguntava se a Secretaria tem, por exemplo, algum dinheiro inscrito para os agricultores da ilha Graciosa, porque, como é sabido, o Governo comprometeu-se a aumentar o preço do leite naquela ilha.

Também é sabido que a unidade industrial daquela ilha não está disponível por si própria e com a sua capacidade económica para efectuar esse aumento.

Assim sendo, pergunto se o Governo Regional em 2005 tem verba na Secretaria para compensar os agricultores da Graciosa ou a indústria transformadora, por forma a traduzir o aumento do preço do leite na Graciosa, conforme prometeu politicamente nas últimas eleições? Gostaria que o Sr. Secretário explicasse aqui essa questão.

Sr. Deputado Luís Paulo Alves, eu apreciei imenso - foi pena o senhor ter tido tão pouco tempo, mas só temos três minutos - essa evolução que V. Exa. imagina para o

nosso sector agrícola no curto prazo. Isso efectivamente seria digno de um romance muito procurado.

Presidente: O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Eu julgo que os agricultores o que gostariam era que os projectos, por exemplo, de motomecanização, alguns deles com dois anos e meio e três, cujas aprovações foram enviadas aos empresários por nota dos serviços da Secretaria em vésperas de eleições, já tivessem sido pagos os respectivos montantes.

Esperar dois anos e meio para receber a nota de que esses mini-projectos estavam aprovados e passados seis meses ainda não terem recebido nada, não é nada compatível com o romance que V. Exa. aqui nos apresentou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para um esclarecimento ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação à Canada dos Pastos, mais concretamente em S. Sebastião.

Gostava de referir que esta estrada vai ser reabilitada este ano através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Vai ser feita este ano? O Governo Regional não diz nada. O meu amigo responsabiliza-se por isso?

O Orador: Estão ali os membros do Governo que certamente se poderão responsabilizar.

Quanto aos caminhos florestais e rurais que o senhor falou, eu também me preocupo, e com mais ou menos covas eu tenho aqui um plano e um estudo feito com todos os caminhos a melhorar, desde 2005 a 2008.

Gostava de lembrar também que a construção de caminhos/ano, a média entre 90 e 96 era de 36 km por ano, entre 97 e 2003 são 116 km/ano. É incomparável. Quanto mais estradas temos feitas, mais estradas temos para concertar mais tarde.

Quanto à carne que o senhor falou há bocadinho, eu tive a fazer umas contas e espero não estar muito enganado, vou dizer-lhe o seguinte:

Se recuarmos um bocadinho no tempo, entre os 15 e 20 anos, quando havia as barreiras alfandegárias, nós tínhamos o gado, a peso vivo, a uma média, falando em escudos, de 300\$00 ao kg e morto a 600\$00 e fazendo uma média de 500 kg por novilho o que daria, a 300\$00, 150 contos e morto no gado frísia, que varia cerca de 50% em termos de carcaça, obteríamos o mesmo, ou seja, 150 contos. Este gado frísia, com os mesmos 500 kg ao preço de hoje mais o subsídio que é dado precisamente pela economia de mercado existe hoje com os países da América e com o alargamento da União Europeia, porque naquela altura não havia subsídios, daria 140 contos, ou seja, menos 10 contos, mas se for morto daria 112.500\$00 mais o subsídio de nascença e o subsídio de abate, no seu conjunto daria 168.500\$00, ou seja, se compararmos preço anterior com o actual, existe um ganho substancial.

Deputado António Ventura (PSD): Defender os agricultores com subsídios, vou registar isso. Grande surpresa.

O Orador: O senhor tenha calma. Quando chegar à sua vez fala.

Mas se avançarmos ainda mais e formos apurar as raças, ou seja, a qualidade, vemos que nos cruzados com 500 kg e ao preço actual que são 240\$00, daria 120 contos, mais o subsídio dá 160 contos, mas se fizemos no gado cruzado morto com um aproveitamento de carcaça na ordem dos 58%, chegamos à conclusão que esse animal dá 290 kg, o que daria 130.500\$00 e com os dois subsídios incluídos daria 186.500\$00.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor só mostra que não percebe nada disto.

O Orador: Se pensarmos ainda que essa carne ao ser desmanchada e exportada, ficando os ossos e todo o seu resto, incluindo os cornos que ficam atrás, certamente essa carne poderá ser aumentada, melhorada e com a certificação, certamente teremos um melhor preço.

Acho que esclareci.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado António Ventura (PSD): Subsídio-dependência!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Subsídio-dependência é na Associação Agrícola.

Deputado António Ventura (PSD): Quer sempre trazer assuntos que não dizem respeito para aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Pedi a palavra apenas para deixar aqui três notas relativamente às questões que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro aqui colocou.

Referiu que a evolução do preço do leite é negativa. O Sr. Deputado há-de desculpar, mas eu tenho falado é no aumento dos rendimentos e não no aumento dos preços.

O Sr. Deputado sabe, tão bem como eu, que houve na Europa um apoio aos produtos lácteos que visou fundamentalmente a competitividade da indústria de lacticínios europeia relativamente à indústria do resto do mundo. O resto do mundo produz lacticínios mais baratos que a Europa e esta definiu o apoio aos produtos lácteos, entrando para rendimento do produtor, a fim de que os rendimentos do produtor pela produção do leite não desçam.

O que se verificou e se tem verificado nos últimos dois anos, e já não vou mais atrás, é que o rendimento do litro de leite subiu. Faça contas à partilha que houve, por exemplo, dos apoios aos produtos lácteos na campanha de 2003/2004 e agora a campanha de 2004/2005.

Relativamente à carne, é verdade que no final do ano passado a carne nos Açores atingiu preços baixos e o Governo teve a preocupação de pôr em campo algumas medidas conjunturais que, felizmente, provocaram bom efeito e o valor da carne está já na curva ascendente, mas não estamos satisfeitos com estas medidas que provocaram este aumento do preço da carne, porque não é com medidas conjunturais que nós vamos lá. Vamos pelas medidas estruturais que o Governo tem tomado, nomeadamente nos investimentos que fez para a Rede Regional de Abate e nos investimentos que vai continuar a fazer para melhor capacitá-la e para se transformar

de forma radical o processo tradicional de comercialização em vivo. É aí que depositamos grandes esperanças em dar notoriedade à nossa carne e em projectar o aumento dos rendimentos pela produção da carne.

Quanto aos compromissos e ao preço do leite na ilha Graciosa, como o Sr. Deputado sabe, nós quando temos um único comprador podemos agilizar com maior facilidade alguma influência no sentido de haver harmonização de preços.

A Graciosa teve há pouco tempo investimentos vultuosos numa fábrica de lacticínios. A estrutura financeira, durante o período de execução da fábrica e no período imediatamente seguinte não é, naturalmente, a melhor.

Nós fizemos as diligências que devíamos fazer junto da Pronicol, no sentido de haver uma convergência real de preço entre a Graciosa e a Terceira, porque, afinal, estamos a falar do mesmo comprador.

Aliás, isso também se irá verificar, por exemplo, em ilhas como o Faial onde houve há pouco tempo um grande investimento na fábrica de lacticínios da ilha, que tinha uma estrutura financeira debilitada, que neste momento está naquela fase de consolidação do investimento efectuado e que, naturalmente, também pela via da sua integração na Lacto-Açores, único comprador das produções da CALF, da Uniqueijo de S. Jorge e de S. Miguel, por via desta conjugação de potencial comercial, vão ter possibilidades de pagar a curto/médio prazo idênticos valores aos seus fornecedores. Relativamente aos projectos em atraso, Sr. Deputado, devo-lhe dizer que os projectos que estavam nos serviços, nos últimos quatro meses, têm sido todos despachados. Aqueles que foram aprovados na sub-unidade de gestão todos eles foram homologados. A sub-unidade de gestão nunca reuniu tanto como o tem feito nos últimos meses.

Há, de facto, projectos em atraso de 2003, que não estão pagos, que são projectos que foram objecto de verificação e de controlo por parte do INGA e que até hoje, apesar das nossas insistências para que esse controlo seja concluído, ainda não resolveu despachar esses projectos ou os controlos que foram efectuados.

Estes projectos estão atrasados, sim senhor, mas estão atrasados há muito.

Continuaremos a pugnar para que o INGA os despache, como deve ser.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria deixar registado que o Sr. Secretário não respondeu claramente às questões que lhe coloquei anteriormente. De qualquer modo, vou colocar-lhe mais uma:

Tenciona este Plano aplicar os mínimos para que o rendimento dos agricultores aumente?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falou nos projectos, porque deu oportunidade do Sr. Secretário já esclarecer quanto ao projectos entrados, e de me lembrar, que me havia esquecido, daqueles que também foram resolvidos neste quadro do PRODESA, desde 2000 a 2006, e que representaram cerca de 4.400

projectos na explorações, num total de 28 milhões de contos, que vieram contribuir decisivamente para a sua modernização.

Lembro ainda que 158 desses projectos foram de jovens agricultores, o que significa que existe alguma atractividade no sector.

As questões do rendimento no sector agrícola são questões que neste momento preocupam toda Comunidade Económica Europeia. Não são exclusivas dos Açores, nem por isso ganham menor importância, mas terão que ser enquadradas dentro duma problemática, que é geral, decorrente da Organização Mundial do Comércio e das obrigações que levaram à reforma da nova PAC.

Esta situação está a provocar constrangimentos em todas as fileiras leiteiras e não só. Chegam todos os dias informações de preocupações na Alemanha e na França, em fileiras mais desenvolvidas, e, portanto, é natural também que aqui nos Açores se sinta essa pressão.

O excedente e as quantidades de cerca de 12 milhões de toneladas que eram colocadas no comércio internacional de produtos europeus, cerca de 6 vezes a produção nacional, e que neste momento se encontram condicionadas devido à reforma da PAC, trouxeram uma pressão enorme sobre os preços da actividade na Europa.

Se acrescermos a isso as formas e a concentração que a moderna distribuição está a ter no mercado, basta lembrar que 80% do leite líquido comercializado na Europa é de baixo preço ou está no *hard discount* ou está nas marcas de grande distribuição. O mesmo está a acontecer com a manteiga e que está até a levar a movimentos de organizações de produtores na Alemanha, na França e na Inglaterra. Houve até o envolvimento de parlamentos, como é o caso da Inglaterra, no estudo da cadeia a favor desses produtos, porque tudo isto se vai repercutir no rendimento e no preço das explorações.

Vemos que estamos, de facto, perante uma problemática séria, a problemática dos rendimentos.

Portanto, não vale a pena afastar de todo e dizer que aqui vivemos num oásis quanto a isso. O que se tentou demonstrar foi que as políticas aplicadas têm contrariado, no nosso entendimento, de uma maneira muito positiva, essa tendência, mas a abordagem desta questão tem que ser prosseguida e encarada de frente, a par daquilo que se vai fazer noutras fileiras, duma forma moderna e determinada, como demonstra o actual Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de prestar esclarecimentos, mas não percebi a pergunta do Sr. Deputado António Ventura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para reformular a pergunta.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta era se pretende aplicar o complemento *mínimos* à Região? Este complemento é um apoio comunitário. Eu pergunto se vai aplicá-lo neste Orçamento?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já ontem ficou aqui claro que o PSD se envergonha do seu passado.

Nós, ao contrário, orgulhamo-nos muito do nosso passado, conforme deixou bem claro o Sr. Deputado Luís Paulo Alves nas suas intervenções.

Em relação ao Deputado António Ventura, pessoa que já demonstrou nesta sala que tem alguma genica e, se calhar, fica-lhe bem, diz com a sua idade, mas penso que o senhor tem um problema de definição, opção que o senhor fez, porque continua a portar-se aqui como se ainda fosse o presidente da Federação Agrícola.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: Eu penso que o senhor devia ter resolvido esse problema antes de ter assumido a candidatura pelo PSD. Senão vejamos:

A Federação Agrícola, e referindo-se aos documentos que aqui estão em análise, diz que "... o investimento no sector agrícola aumentou 60% em dois, passando de 30 milhões para 50 milhões".

Mas, diz mais:

"Regista-se positivamente o facto das rubricas, do abastecimento de água, da electrificação das explorações, o apoio ao rendimento do sector cooperativo, o resgate leiteiro ...". Portanto, congratula-se com tudo isto e com o investimento nos caminhos agrícolas.

O senhor, pelo contrário, naquilo que era de esperar, devia representar todos os açorianos e não só os lavradores, como é evidente. Isso era quando o senhor estava na Federação Agrícola.

Deputado António Ventura (PSD): Eu não particularizei.

O Orador: Nós, ao contrário, preocupamo-nos com todos os açorianos e por isso temos que tomar em conta pareceres como, por exemplo, o da Câmara do Comércio e Indústria que diz que o Plano de Médio Prazo de 2001 teve uma dotação para a agricultura de 54,8 %, mas as Opções de Médio Prazo para 2005/2008 subiram para 67,2% e confronta estes dados com aquilo que eles consideram ser o desinvestimento na área que eles representam.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor leia o resto do parecer da Federação.

O Orador: Portanto, o senhor como defensor dos agricultores...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor também é, não é?

O Orador: Claro que sou, mas temos que pensar também na outra grande parte dos açorianos.

Deputado António Ventura (PSD): Ah! É que eu pensei que só era aqui.

O Orador: A questão que está aqui posta e que vem no parecer da Federação Agrícola fica bem clara.

Deputado António Ventura (PSD): E o resto do parecer?

O Orador: Não sei por que é que o senhor toma uma posição mais radical do que a da Federação Agrícola.
Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas uma nota final, dizendo o seguinte:

O Sr. Secretário Regional referiu na sua intervenção alguns aspectos ligados ao POSEIMA e há uma matéria que dos 15 pontos que ele comentou de alteração ou melhoramento da proposta da Comissão e que só por si denota que esta Assembleia, ao contrário do que parecia no anterior plenário, tinha alguma coisa que se pronunciar acerca da proposta antes de se pronunciar acerca do programa, gostaria de introduzir um ponto que me parece de particular importância:

Pensamos que seria importante introduzir um considerando que tivesse em conta os novos fundos estruturais.

O regulamento do FEDER para os novos fundos estruturais é condicionante nos apoios que vão ser concedidos às pequenas e médias empresas.

Esta situação pode ser problemática na Região uma vez que esse regulamento faz apuramento para as pequenas e médias empresas numa forma cruzada. As participações cruzadas dumas empresas nas outras poderiam atirar para a Região uma parcela significativa da indústria agro-alimentar, nomeadamente na indústria ligada ao leite, e cerca de 80% do leite produzido directa ou indirectamente na Região poderia ficar livre de apoios estruturais.

Parece-me que isto é uma matéria que deve ser considerada em ilhas como, por exemplo, a Terceira e a Graciosa, por via da Pronicol, da Unicol e da Cooperativa da Graciosa e das suas ligações cruzadas, poderiam correr o risco de ficar completamente fora dos apoios estruturais, o mesmo podendo acontecer com a Unileite, a Lacto-Ibérica, a Prolacto, em S. Miguel, ou mesmo aqui a CALF, no Faial ou a Uniqueijo em S. Jorge, por via da Lacto-Açores.

Portanto, parecia-nos interessante aproveitar a oportunidade para introduzir um considerando que, de alguma maneira, alargasse o conceito desses apoios não só às PME's, mas também, numa forma genérica, às empresas do sector agro-alimentar, para o caso particular da Região Autónoma dos Açores.

Era esta preocupação que eu queria manifestar aqui, na sequência também da intervenção do Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No elenco das dificuldades que a proposta do POSEI Agricultura nos apresenta, nós tivemos oportunidade de elencar várias questões e tivemos a oportunidade de as comunicar a todas as pessoas e entidades que têm alguma influência ou que podem

ter alguma interferência para melhorar a proposta que a Comissão Europeia nos apresentou.

Esta questão diz respeito, nomeadamente às derrogações previstas no artigo 16º da proposta e tem a ver com os critérios que a própria Comissão Europeia definiu para a consideração de uma pequena ou média empresa.

Ao nível do FEDER aponta-se uma acentuada discriminação entre as empresas, consoante a sua dimensão, podendo-se concluir que somente serão abrangidas neste programa as micro e médias empresas.

Com os valores que vêm referidos na recomendação 361/2003, de 6 de Maio, a grelha relativa às dimensões de pequenas e médias empresas, leva em consideração, por exemplo, o facto de uma pequena e média empresa ser participada noutra pequena ou média empresa e agrega essas pequenas empresas por forma a que depois o conjunto agregado seja levado em conta para definir se está ou não no âmbito duma pequena ou média empresa.

Esta leitura que a Comissão faz da recomendação relativamente à definição duma pequena ou média empresa, é prejudicial para a Região, porque, por exemplo, como disse o Sr. Deputado e bem, quer S. Miguel, quer a Graciosa, S. Jorge, Faial e Terceira ficariam totalmente afastadas do apoio do Feder, porque essas empresas, devido à sua agregação e dimensão, sairiam do conceito de pequena e média empresa.

No entanto, quero também aqui deixar uma nota relevante sobre essa matéria.

Os nossos estrangulamentos tradicionais têm sempre muito a ver com a nossa dimensão para assumir compromissos de mercado, para assumir dimensão de mercado. A pequena dimensão das empresas causa-nos naturais dificuldades de mercado.

Essa inter-cooperação que está havendo no sector produtivo e das várias empresas agro-industriais da Região é no sentido de elas ganharem a dimensão para terem alguma capacidade junto do mercado.

Ora, fazendo-se isso numa região periférica como a nossa, que é fundamental, estas opiniões e conceitos que a Comissão apresenta no âmbito do FEDER, penaliza fortemente uma região ultraperiférica como a nossa.

Esta questão já foi levantada, foi identificada e foi comunicada a todas as pessoas e entidades que têm alguma responsabilidade na matéria da revisão do programa POSEIMA.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar às intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos que agora apreciamos, traduzem aqueles que são os pilares do modelo de desenvolvimento da Região:

- A responsabilidade financeira
- O crescimento económico sustentado
- Uma sociedade mais justa e mais solidária

A evolução favorável da economia açoriana, em contraste com os indicadores Nacionais, tem proporcionado uma dinâmica de convergência com o País e mesmo com a União Europeia que, muito justamente, tem merecido o apoio reiterado das Populações.

É evidente, mesmo para aqueles que só ocasionalmente nos visitam, a apreciável dinâmica transformadora que nos últimos anos tem ocorrido e que trespassa um pouco, por toda a Região.

Os indicadores da actividade evidenciam-se, tanto ao nível do sector primário, como do Turismo, do Comércio ou da Indústria, dando alento aos Açorianos para prosseguirem enfrentando as dificuldades, na difícil e árdua batalha pelo desenvolvimento da Região.

Continuamos a ser uma Região Ultraperiférica, marcada por constrangimentos estruturais e permanentes, portadora de sérios “passivos históricos”. Mas somos também já hoje uma Região mais consistente do ponto de vista económico e financeiro, com melhores acessibilidades, com a economia mais diversificada, com uma melhor situação energética, com melhor qualificação do capital humano, com melhores indicadores de bem estar e com baixas taxas de desemprego.

Sentimo-nos por isso melhor a viver nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também na Agricultura houve que ultrapassar constrangimentos e imprimir outros ritmos que saneassem o enorme passivo que representava o nível do nosso atraso.

O ponto de partida quase Medieval em que se encontrava o sector face à Europa veio, desde os primeiros Governos da Autonomia, a ser recuperado, nalguns períodos mais intensamente que noutros, tendo sido claramente acentuada essa recuperação com os Governo do Partido Socialista.

Com efeito o quadro financeiro negro que a Região atravessou nos Governos de 1988 a 1996, nomeadamente com um corte de 54% no PMP de 88/92, que no Sector Agrícola se traduziu no desaparecimento de 62% das verbas que estavam atribuídas para o investimento, não pode evitar que em 1996 o Sector Agrícola se encontrasse em acentuada ruína e praticamente falido em quase todas as ilhas.

Não é portanto difícil de compreender, que a situação hoje francamente melhorada, como ninguém poderá deixar de reconhecer, se encontra ainda distante daquela que todos gostaríamos de observar face às suas congéneres mais desenvolvidas, com quem temos aliás que competir. Se entendermos que as diferentes fileiras agrícolas Europeias enfrentam hoje sérias dificuldades colocadas pela reforma da PAC e pela desregulamentação do Comércio Internacional, percebemos a dimensão dos nossos desafios. Dos desafios que uma fileira agrícola com os nossos handicaps, enfrentando os mesmos problemas que as mais desenvolvidas, tem que ultrapassar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1996 alterámos profundamente a nossa realidade. E isso não se faz atirando dinheiro aos problemas. Também não se faz com palavras. Faz-se com obra. E fazer uma Rede Regional de Matadouros custa dinheiro (mais de 36 milhões de euros). Os 86 projectos de investimentos privados que modernizaram a nossa Agro-Indústria também custaram dinheiro (mais de 120 milhões de euros).

Sem a Rede Regional de Abate ou sem Indústria Agro-alimentar adequadas aos padrões exigidos não teríamos hoje qualquer actividade no domínio da Pecuária. Não é por si só condição suficiente? Concerteza. Mas é certamente condição necessária, que há oito anos se encontrava ainda por cumprir.

Também noutros domínios foi necessário imprimir maiores ritmos. Na área das infra-estruturas agrícolas, a reparação média anual de caminhos florestais passou de 353 Km/ano para 750 Km. A construção de novos caminhos passou em média de 36 Km para 116 Km. A pavimentação betuminosa de 26 Km por ano para 145 Km. Foram abastecidas com água mais de 2800 explorações agrícolas.

Ainda nas explorações agrícolas foram aprovados mais de 4400 projectos num considerável esforço de modernização.

Na formação dos nossos agricultores foram ministrados mais de 345 cursos envolvendo cerca de 5100 produtores. Um incremento praticamente para o dobro do ritmo de formação até então desenvolvido.

Combatem-se a BSE, com um Plano Integral de vigilância, (desde as rações aos matadouros e à distribuição de carne) criando 2 laboratórios de despiste rápido. A Região assegurou assim o estatuto da Região livre de BSE.

Introduziu-se pela primeira vez apoio ao gasóleo agrícola e à compra de terras pelos rendeiros com taxas de juro dos 0% a 2%. Esta medida com cerca de 110 projectos permitiu a aquisição de 480 hectares de terra.

Com a dinamização da actividade agrícola, a produção de leite aumentou mais 130 milhões de litros desde 1996, passando a não haver atrasos nos pagamentos, atrasos que tinham chegado a atingir mais de um ano.

A produção anual de queijo mais do que duplicou, passando a atingir as 25.000 toneladas por ano. Em sentido contrário a produção de leite em pó tem vindo a diminuir. Os constrangimentos desta actividade industrial, face à Reforma da PAC, assumem particular preocupação, partilhada aliás por outras fileiras como a Francesa, a Alemã ou a Belga e a Irlandesa, estas duas últimas com maior acuidade ainda. A solução para já consiste em passar esta produção industrial para produtos de grande consumo. Devido às excelentes características do leite dos Açores e à sua riqueza em CLA, pensamos ser solução, com o Marketing adequado, a passagem de leite em pó industrial para leite UHT destinado ao consumo do mercado Continental. Também é de registar o aumento, quer do efectivo bovino total, quer do efectivo de vacas leiteiras em mais de 25% e mais de 21% respectivamente, tendo igualmente aumentando a área média das explorações agro-industriais em mais de 21%. Como consequência dos investimentos efectuados nas explorações agrícolas, o número de tractores aumentou 38,7% e o índice de mecanização das explorações mais de 52%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda que necessariamente bastante incompleta esta perspectiva dos últimos anos, monitorizando handicaps, pontos de partida, ritmos de execução, resultados conseguidos, demonstra claramente que o Sector Agrícola, apesar das insuficiências que possui, está hoje claramente melhor preparado para enfrentar as muitas dificuldades que a actividade agrícola hoje enfrenta por toda a Europa.

Problemáticas como o rendimento das explorações, a inovação, a diversificação, a eliminação de insuficiências nas explorações e nas indústrias, a criação de novas

formas societárias, a investigação aplicada nas fileiras, as economias de escala ou as relações com a distribuição moderna, presentes nos novos debates são também hoje temas da actualidade em muitas fileiras europeias.

O Plano para 2005 e as grandes opções para o quadriénio 2005-2008, já aqui exposto de forma circunstanciada pelo Sr. Secretário da Agricultura, contêm os instrumentos que consideramos adequados (ainda que necessariamente sempre escassos) para intervir com profundidade nas complexas questões do mundo agrícola regional.

Mais de 550 milhões de euros são esperados como investimento no sector Agrícola, sendo cerca de 41% deste valor dirigido ao Fomento Agrícola e 34% para a Transformação e Comercialização de Produtos Agro-Pecuários. São pois cerca de 110 milhões de contos em moeda antiga, num volume projectado, que gostaríamos que pudesse ser maior, mas que, todavia, não deixa por isso de constituir um montante sem precedentes no sector.

Procuremos com ele dar resposta aos desafios que continuamente se colocam e que continuarão a colocar-se, cada vez com ritmos mais elevados, num mundo cada vez mais globalizado e com mercados mais desregulamentados, mas em que a actividade agrícola se encontra toda ela fortemente condicionada pela Política Agrícola Comum.

O Plano para 2005 prevê investimentos no sector na ordem dos 115 milhões de euros, destacando-se o Fomento Agrícola e a Transformação e Comercialização de Produtos Agro-Pecuários com cerca de 38% em cada das verbas a investir.

Gostaríamos de particularizar, não pela expressividade dos montantes inscritos, mas pelo significado das mesmas, o reforço na acção de Experimentação e Divulgação com o crescimento de 40% da dotação e a introdução da acção Contabilidade e Gestão das Explorações Agrícolas. Uma gestão e um maneio correctos, uma alimentação e uma adequada aplicação de factores de produção, o tratamento eficaz das doenças, a melhoria da qualidade, constituem hoje importantes e decisivos combates às ineficiências que consomem elevadíssimos recursos às explorações, tão necessários à melhoria da sua produtividade e mesmo à sua viabilidade.

De igual modo gostaríamos de sublinhar a acção Medidas de Desenvolvimento Rural com a florestação de terras agrícolas e reposição de matas cortadas numa área de 625 ha em 2005, pelo seu importante alcance ambiental.

Por último, no campo das Infra-Estruturas Agrícolas, sublinhamos a aposta decidida na acção Abastecimento de Água com um crescimento face ao plano anterior de 186% que possibilitará que mais 450 explorações agrícolas sejam abastecidas, retirando daí evidentes reduções de custos e aumentos de receitas pelos ganhos de qualidade obtidos nas suas explorações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A eleição da Agricultura como um sector com lugar determinante nos Açores do futuro, está claramente evidenciada no crescimento de 60% nas verbas do Plano nos últimos 2 anos.

Este crescimento de 60% em 2 anos revela bem a vontade, a determinação e o compromisso deste Grupo Parlamentar e do Governo do Partido socialista em continuar a mudar a Agricultura, a vida dos Agricultores e os Açores para Melhor.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Aceitam-se inscrição para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado António Ventura para uma intervenção.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Orientações a Médio Prazo para 2005/2008 e o Plano Anual para 2005 e no caso em apreço para a Agricultura devem ser uma espécie de bússola, pois pressupõem políticas de desenvolvimento que possam nortear concretizações. Contudo, por vezes é difícil saber-se o que vai na alma destes supostos guias, já que as aparências iludem, ou seja, os propósitos até são atractivos, mas é preciso percebermos se estes manuais, na passagem da letra ao acto são abertos ou fechados, completos ou incompletos, activos ou reactivos, de indicação ou meramente de suposição.

Assim, encontramos-nos perante documentos de acções qualitativas e quantitativas que continuam, na sua grande maioria e sem margens para incertezas, fabricados para reagir, abundantemente incompletos e mutilados na força das suas medidas.

Eis a primeira conclusão.

São programas que seguem uma linha orientadora para a Agricultura Açoriana que pecam por continuarem, recheados de velhos elementos. Aqui, não à espaço para firmes inovações, nem para instrumentos que facilitem uma constante adaptação dos Agricultores às novas exigências evolutivas do mundo agrícola moderno. A este Plano para 2005 falta-lhe fermento capaz de potencializar o progresso e a competitividade agrícola que impõem os tempos que se avizinham.

Este Plano não é um campo fértil em matéria de inovação.

Mas se dúvidas existem quanto a estas afirmações, nada mais fácil do que destilar estas dúvidas.

Ora vejamos, a verba destinada à promoção da extensão rural é, notoriamente irrisória (100 000 euros).

Este montante, subentende uma experiência, uma acção-piloto e não uma actuação verdadeiramente profunda com parcerias pública e privadas, que criem um músculo para o crescimento agrícola.

Meus Senhores os agricultores não precisam de mais testes nesta área, estes já foram realizados é preciso, sim, agir em substância.

Sendo assim, quer ou não quer o Governo fazer vulgarização rural? É que este plano revela uma pobre ousadia da Vossa parte.

Os Agricultores já perceberam que vai haver, para o corrente ano, uma forma perfeitamente acanhada de auxílio técnico de campo, contrariamente àquilo que os Senhores publicitaram.

A diversificação agrícola é outro item que, consistentemente, promete ser moribundo. O convite há versatilidade económica das fileiras instaladas e em concreto dos seus segmentos mantém-se quase inalterado.

Esta carência é uma das principais forças de bloqueio que castra empreendedorismos e dinâmicas, tão urgentes nos nossos dias. Aliás, vivemos, devido a um conjunto de exterioridades, tempos bem maduros na necessidade de diferenciar conteúdos, que qualquer dia ficam podres de tanto esperar.

Entendam que a modernização na Agricultura também depende do seu grau de diversificação e para que ela possa nascer tem de ser edificado um punhado de acompanhamentos iniciais aos proponentes que confortem as ideias e as iniciativas, tais como: assessorias técnicas e infra-estruturas apropriadas. Aspectos que o Vosso Plano não espelha.

Outra temática, a reestruturação fundiária, uma das vossas grandes bandeiras quer de campanha como do Programa do Governo é, neste Plano, simplesmente corporalizada com uma verba igual a 2004 (200.000 euros). Se no ano anterior atravessamos um deserto nesta matéria, este ano será, seguramente, semelhante. Por outras palavras, os Senhores continuam sem atrevimento para levar adiante esta importante tarefa de organização parcelar.

Ao arrepio disto, notamos que o Governo contradiz-se nesta questão, pois continua a apregoar querer uma Agricultura bem dimensionada e resiste à execução de inadiáveis reformas fundiárias.

A verdade é que não conseguimos apurar nestes documentos a existência de uma política estrutural, que preveja instrumentos jurídicos, financeiros e formativos a médio prazo que convirjam para a unidade parcelar das explorações.

Dada a forma elevada como anunciaram esta medida e atendendo à sua magreza financeira para este ano, resta-me afirmar que este assunto não é mais do que uma nota de rodapé neste Plano.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mas, há essencialmente uma área onde o testemunho produtivo irá ocorrer mais por sucessão natural do que por intervenção do Governo. Refiro-me ao rejuvenescimento agrícola, cujo Plano não vai brotar, nas desejáveis necessidades de renovação de activos que este sector precisa, para consiga sobreviver às perturbações extrínsecas.

Este Plano aprisiona a capacidade do dinamismo dos jovens, por ausência de acenos governamentais à sua incorporação. Não vai despertar, certamente, interesse aos filhos dos Agricultores.

Meus Senhores, ninguém consegue bater palmas só com uma mão, por isso sem um programa de relevo geracional não é possível haver comprometimento produtivo no futuro da Agricultura Açoriana.

Passemos à burocracia, e burocraticamente falando, observa-se que estes documentos, não prevêm o abatimento do excesso do zelo oficial. A excessiva burocracia é considerada um dos actuais travões que mingua a capacidade de acção agrícola, além de ser responsável pela existência de uma parte do presente desânimo dos Produtores.

Não encontramos nenhuma referência que mencione a disposição do Governo em evaporar pelo menos parte da complexidade burocrática nem nenhuma alusão ao incremento da celeridade processual de candidaturas agrícolas.

Saltando para outro tema, verificamos que na sanidade animal existem lacunas graves nas medidas accionadas para os próximos quatro anos, pois ficam de fora campanhas sanitárias contra outras zoonoses e outras patologias que estão a provocar elevados custos nas explorações pecuárias como o IBR, BVD ou a fotossensibilidade bovina, ou até o despiste de outras como a leptospirose.

Incompreensivelmente, na sanidade vegetal o orçamento decresce para o ano em curso, quando devia engrandecer devido ao combate de novas pragas como as térmitas.

E na investigação, os Senhores pretendem modernizar as explorações agro-pecuárias utilizando estudos com uma verba de 359,721 €, ainda por cima a repartir com custos de informática? Permitam-me que vos diga que isto é uma maneira de estabular a pesquisa científica, como fizeram até aqui. Estão a dar um sedativo à investigação que irá provocar muita sonolência ao desenvolvimento, o Governo está a congelar a nossa capacidade agrícola de prosperar pela via científica.

É então com estas verbas que tencionam encontrar respostas para questões fulcrais para a agricultura tais como:

Questões relacionadas com a alimentação, o maneio, a reprodução e genética animal?

Questões relacionadas com a utilização da biotecnologia na agro-pecuária açoriana?

Questões relacionadas com os contributos que a Agricultura pode conceder ao encontro de energias alternativas?

Questões relacionadas com o emergente sector horto-fruti-floricola e no seu bom aproveitamento?

Questões relacionadas com o mercado, no conhecimento das perspectivas de exportação dos Açores para os próximos anos, tendo em conta a evolução das políticas de liberalização do mercado mundial?

O Plano não considera estudos de previsibilidade do comportamento dos mercados agrícolas.

Se é com estes montantes que pretendem encontrar desfechos para estas e muitas outras interrogações então o progresso científico, e conseqüentemente o crescimento agrícola, estão condenados a permanecerem estacionados no parque do imobilismo agrícola.

Este Plano também sofre de uma doença chamada amnésia.

Quem redigiu o Plano esqueceu-se de lavrar neste documento algumas das várias promessas da Vossa campanha, a saber:

O Centro do Leite que foi anunciado no último Congresso da Agricultura Açoriana pelo Sr. Presidente do Governo e que seria iniciado este ano. Nem uma referência fazem a esta entidade no Plano.

A compra administrativa de produção de leite – resgate – estava prevista acontecer todos os anos, mais um esquecimento. Agora sim, temos a certeza que o resgate do ano transacto foi um resgate eleitoral.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A implementação de uma política de seguros agrícolas, a descentralização e a transferência de serviços.

Relativamente ao subsector lácteo, e tendo em conta as instabilidades mercantis que vivemos, o Plano deveria dispor de ferramentas que impulsionassem a mobilidade das quantidades de referência e o aperfeiçoamento da excelência do produto, abrindo-se alçapões para maiores proveitos na pecuária de leite.

Neste sentido, entre outros aspectos, era extremamente importante que o Plano prevê-se um Programa de Orientação láctea, com dois vectores, um direccionado para a criação de um Fundo lácteo e um outro afecto à melhoria da qualidade da produção de leite.

Continuando a navegar nestes documentos, averiguamos que no subsector da carne não existem medidas tendentes a possibilitar o encurtamento da fileira, de modo a

que esta possa tornar-se crescentemente competitiva, com o produtor mais próximo do consumidor.

Falta meus Senhores estratégia e sensibilidade.

Para Vós tudo gravita à volta das salas de desmancha, parece que o Vosso trabalho termina neste ponto, quando é precisamente o contrário, este é o berço desta fileira.

Nesta matéria, convém recordar a grande solidariedade do anterior Governo da República e que resultou de uma das boas negociações do Estado Português na revisão da PAC. Falo dos 10000 direitos de vacas aleitantes e dos benefícios que vão trazer para os Açores: sobretudo vão proporcionar garantias de muita vitalidade neste subsector.

Deputado Nuno Amaral (PS): O senhor já está a treinar-se para o Congresso!

O Orador: Meus Senhores, pelas suas características económicas, já era altura de o Plano automatizar melhor a produção de leite e a produção de carne, individualizando uma política mais própria.

Continuando no Plano, deparamo-nos com a redução dos custos de exploração que foi um dos grandes bordões levantados no Programa do Governo. Contudo, verifica-se e em relação a 2004 uma quebra na comparticipação regional aos fundos comunitários, designadamente ao investimento (-21%), nos Caminhos Agrícolas (-3%) e na componente Regional nas Medidas Agro-ambientais (-11%).

A este propósito das infra-estruturas, não se consegue perceber para que ilhas, para que explorações estão previstas as dotações inscritas.

Esperava-se, ainda que o Plano contemplasse com maior profundidade, algumas possíveis vertentes de crescimento, nomeadamente nas potencialidades da floricultura, da vitivinicultura, da apicultura e da produção de batata de consumo, na procura e afirmação de mercados externos.

Crescem no Plano, embora muito timidamente, as verbas para a realização de infra-estruturas primárias no que concerne ao abastecimento de água e electrificação de explorações, mas, pudera meus senhores, é que existem explorações que esperam há cinco anos que se faça luz.

Esperava-se um “upgrading” nesta objectividade básica, já que o nosso maior desafio ainda continua a ser a ultrapassagem do caracterizado atraso estrutural que

marca os Açores. Para fazer face a este constrangimento, deparamo-nos com um orçamento perfeitamente pálido nesta matéria.

Acrescem igualmente as verbas de apoio às organizações de Produtores no âmbito das candidaturas à Medida 2.2 – Acção 2.2.6. Mas pudera meus senhores, basta verificar que o calendário determinado para a execução desta acção é de 2000 a 2006 e nós já estamos em 2005 e ainda não temos nenhum projecto a ser pago.

Este Plano é ainda caracterizado por em temas de casa comum, circunstância que levanta muita neblina à visualização dos verdadeiros montantes entre, por exemplo, a experimentação e a divulgação ou entre estudos e informática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para desenvolver a Agricultura é preciso criar uma nova motivação, um novo impulso ou optimismos minimamente convincentes, é preciso estabelecer ideias-força e é fundamentalmente determinante implementar-se uma fileira de acções que avive a economia agrícola, comportando políticas que prevejam a sensibilização, a capacitação e a assessoria.

Este Plano é ultraperiférico quanto a investimentos estratégicos de “nova geração”. É exemplo disso a promoção de novas tecnologias na Agricultura e os sistemas controladores de qualidade.

Sinceramente, preocupa-nos o silêncio que estes documentos fazem em relação a estes e outro assuntos de cariz elementar.

Esperávamos um Plano de funções sistémicas que promovesse a pluri-actividade e o pluri-rendimento das explorações.

No entanto, este Plano situa-se na neutralidade destas indispensabilidades, encontrando-se agarrado a velhas linhas de planeamento sem privilegiar a nova era. Gostaríamos de ter visto um Plano que pudesse contribuir para que os Agricultores deixassem de ser uma das grandes variáveis de ajustamento de um mundo em constante mudança.

Neste sentido, muitas orientações ficaram à porta deste Plano e muitas outras são tangencialmente a floradas.

Finalmente, o Plano ostenta ter mais dinheiro que os seus antecessores, mas se o compararmos com o PMP renunciado para 2004, rapidamente concluímos que

existem programas que decrescem nas suas dotações e outros que, na verdade, aumentam. Dentro dos que aumentam, muitos servem para cumprir compromissos anteriores.

A este respeito evidenciamos o programa “apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários cujas verbas representam 41.3% dos montantes globais para a Agricultura e Florestas e são, praticamente, para pagamentos de compromissos anteriores.

Ora, após essas subtracções o dinheirinho que resta é pouco. Repare-se, por exemplo, que a execução do quadriénio 2001/2004 ficou-se pelos 3/4 do inicialmente previsto, o que quer dizer que mais capital no Plano não é sinónimo de mais investimento na agricultura.

Afinal, para 2005 não há nenhuma overdose financeira para o investimento na Agricultura.

Ademais, temos de esperar para ver se estas verbas do Plano, mesmo sendo poucas, tendo em conta os tempos conturbados onde os Açores estão inseridos, se serão todas aplicadas na Agricultura. A tradição diz que não.

Aliás, há um ditado antigo que se adequa bem à situação e que diz o seguinte “Não se gaba os bois antes de subirem a ladeira”.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições e porque o tempo que nos separa das 13,00 horas já não permitirá certamente a intervenção da Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, vamos fornecer os tempos totais dos partidos.

Os tempos ainda disponíveis são os seguintes:

Governo - 74,3 minutos

PS - 86,7 minutos

PSD - 53,7 minutos

PP - 12,6 minutos

Deputado Independente - 10 minutos

Estão suspensos os nossos trabalhos. Retomá-los-emos às 15,00 horas.

(Eram 12 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

(Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia retoma o seu lugar na Mesa)

Esperam-nos ainda algumas horas de trabalho e sem prejuízo, naturalmente, do debate, recomendo alguma parcimónia na utilização dos tempos, porque se assim não for, o nosso horário de trabalho pode complicar-se.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar *(Ana Paula Marques)*: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O compromisso político da Região para o desígnio da Sustentabilidade é hoje uma realidade consubstanciada no Programa do Governo Regional e, conseqüentemente, no Plano e Orçamento para esta legislatura.

O desenvolvimento sustentável ambiciona a protecção e gestão optimizada dos recursos naturais e, a esse desiderato, associa o desempenho económico e o reforço da coesão social. As linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento sustentável devem contribuir para a resolução dos problemas do presente com a perspectiva de concretizar a visão de futuro adequada a um exercício pleno de cidadania.

Estamos convictos de que o desígnio da Região Autónoma dos Açores deve estar associado a uma missão para a Qualidade, considerando-se este o paradigma que deve nortear o programa de medidas para a sustentabilidade da Região.

Uma das linhas de orientação que melhor assegurará essa visão integrada no nosso modelo de desenvolvimento é o valor atribuído à participação e envolvimento de todas as partes interessadas – cidadãos, empresas, organizações não governamentais, associações profissionais e instituições de investigação.

Neste sentido, defendemos que o desenvolvimento sustentável é matéria da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas das instituições públicas, ainda que a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar tenha assumido a responsabilidade de materializar o esforço e empenhamento de todo o Governo Regional neste projecto.

Por isso, já na anterior legislatura se deram os primeiros passos para a definição do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores, iniciando-se os estudos de base e envolvendo a Região em programas comunitários que visam a constituição de um Observatório para a Sustentabilidade.

Vamos prosseguir com as reformas necessárias e um esforço sem precedentes para materializar um Programa de Desenvolvimento Sustentável cujo lema seja a Qualidade. Destaco apenas duas traves-mestras. O investimento prioritário é nas pessoas, e a componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta nos Açores como uma Região ambientalmente qualificada é hoje um objectivo do Governo Regional dos Açores, aliás sustentado num amplo consenso social, o que permite potenciar o valioso património natural existente. Todavia, o estado do Ambiente nos Açores apresenta algumas fragilidades que necessitam de um esforço adicional tendente à sua resolução.

Eis alguns dados relativos à Água, aos Resíduos e à Biodiversidade.

A água tem sofrido uma crescente procura nos Açores, estimando-se que actualmente cerca de 56 por cento das necessidades estão alocadas ao uso urbano. As necessidades para uso industrial e agrícola são da ordem dos 22 por cento, respectivamente, sendo mais prementes nas ilhas de S. Miguel e da Terceira.

Não obstante o facto do balanço entre as necessidades e as disponibilidades demonstrar que a procura pode ser satisfeita a partir dos recursos existentes, importa ressaltar que em algumas ilhas interessa gerir adequadamente o esforço já assinalável de captação de água subterrânea, pois a distribuição de recursos é marcada por uma acentuada assimetria.

No que concerne a problemas de qualidade, constata-se que a água subterrânea, a partir da qual é assegurado cerca de 98 por cento do abastecimento, não apresenta problemas acentuados, verificando-se apenas, nalguns pontos, problemas decorrentes da intrusão salina e da contaminação com origem na actividade agrícola. Quanto às massas de água de superfície, verifica-se que em alguns lagos ocorrem enriquecimentos acentuados de nutrientes (azoto e fósforo), o que implica que tenham sido classificadas como eutróficas e alvo de Planos Especiais de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, cuja implementação é actualmente uma das preocupações fundamentais da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

No que concerne aos níveis de atendimento dos serviços de abastecimento de água às populações e de drenagens, tratamento e destino final de águas residuais, o quadro

apresenta algumas lacunas. Cerca de 100 por cento da população é servida por sistemas de abastecimento, mas as insuficiências, relacionadas essencialmente com as perdas na adução e distribuição, implicam que apenas 87 por cento da população seja abastecida regularmente ao longo de todo o ano. O nível de atendimento no tratamento da água atinge 84 por cento da população, embora cerca de 80 por cento da água seja apenas alvo de um tratamento de cloragem.

No que concerne às águas residuais, a situação é mais complicada: o atendimento dos sistemas de drenagem era, em 2001, de apenas 38 por cento, sendo os restantes 62 por cento servidos por fossas sépticas individuais, sendo que o nível respeitante ao tratamento de águas residuais só abrange 24 por cento da população.

No que diz respeito aos resíduos, a produção declarada de resíduos sólidos urbanos em 2003 atingiu o valor de 118.650 toneladas, a que corresponde uma capitação diária de 1,37 quilos por habitante, mais de 50 por cento dos quais produzidos em S. Miguel e cerca de 20 por cento na ilha Terceira.

A composição média dos Resíduos Sólidos Urbanos gerados na Região mostra a preponderância crescente dos resíduos orgânicos, que urge valorizar, enquanto a segunda componente principal correspondem a material de embalagem. Este último factor salienta a necessidade de promover a recolha selectiva, que abrange apenas cerca de 4 por cento. No que concerne ao destino final, constata-se que ocorreu nos últimos anos uma evolução muito positiva, sendo actualmente cerca de 80 por cento dos resíduos depositados em aterros sanitários.

Relativamente aos Resíduos Industriais Banais e Perigosos, constata-se que, por falta de empenho na entrega dos mapas de registo por parte dos produtores que assumem a respectiva gestão, não existe um destino final adequado para estes materiais. Actualmente, encontra-se em discussão pública o Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais dos Açores.

Acresce que uma tonelagem significativa de resíduos é hoje exportada para Portugal Continental, como óleos usados, sucata, equipamentos eléctricos e electrónicos, pneus usados, embalagens e resíduos de embalagens, o que implica um custo adicional participado pelo Governo Regional.

Os resíduos hospitalares foram alvo de um plano específico em 2003, pelo que é possível quantificar com rigor a realidade regional.

No âmbito da biodiversidade e da conservação da natureza, para além da aplicação de convenções ratificadas pelo Estado Português, um grande esforço tem sido levado a cabo na definição da Rede Natura 2000, e do seu plano de gestão sectorial, e de áreas protegidas, incluindo a respectiva requalificação ambiental.

Necessariamente que o esforço feito no intuito da preservação dos valores ambientais da Região tem sido sustentado num esforço financeiro crescente, facilmente dedutível se compararmos os **33 euros per capita dispendidos em 2003 com o valor médio de investimento de 2 euros per capita no período 1992-1996**. O aumento de investimento de execução directa do Governo Regional decorreu do acesso aos fundos comunitários, e, em especial, nos últimos anos, os programas PRODESA e INTERREG.

A título de exemplo, refira-se que a Medida 3.5 (Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento) do PRODESA contemplava um envelope financeiro de

36.978.000,00 € que hoje se encontra totalmente comprometido por investimentos executados ou intenções de investimento já contempladas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta legislatura, o Governo Regional irá prosseguir com as reformas necessárias à implementação de um modelo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Região. O Plano e Orçamento para 2005 é constituído por seis projectos e 66 acções que caracterizam com pormenor as actividades a desenvolver.

Com base no enquadramento que foi dado, queria realçar as áreas de intervenção que merecem maior atenção, tendo em conta as prioridades estabelecidas pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

No domínio da qualidade, formação e promoção ambiental, prosseguiremos com a implementação do Plano Sectorial e dos Planos de Gestão da Rede Natura 2000.

Implementaremos reformas importantes no que diz respeito aos planos estratégicos de gestão de resíduos. Destaco como um desígnio, nesta legislatura, a implementação de um Sistema Integrado de Gestão para os Resíduos na Região Autónoma dos Açores. Continuaremos empenhadíssimos na implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Autónoma dos Açores, onde as acções de informação, sensibilização, promoção e educação ambiental têm um papel fundamental.

No âmbito dos recursos hídricos e ordenamento do território, vamos prosseguir com **importantes reformas, destacando-se o investimento na protecção da orla costeira, das bacias hidrográficas e a valorização dos recursos hídricos e ecossistemas associados.**

Assim, afiguram-se como áreas de intervenção prioritária a implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Sete Cidades e das Furnas.

A eutrofização de massas de água de superfície corresponde a um dos problemas de qualidade da água com maior impacto a nível mundial. Também nos Açores, e com particular acuidade nas Lagoas das Sete Cidades e das Furnas, a degradação da qualidade físico-química e biológica da água provocou consequências no que concerne à limitação das eventuais e utilizações daquelas reservas hídricas estratégicas.

Não obstante os estudos de caracterização/monitorização terem permitido avaliar a evolução da qualidade da água nos últimos anos, foi o lançamento, em 2002, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas que permitiu estruturar uma resposta integrada, dinâmica e transversal, envolvendo vários organismos da Administração Regional.

Neste contexto, importa referir que a elaboração destes Planos Especiais de Ordenamento do Território visa garantir a compatibilização dos usos e actividades humanas com a protecção, valorização e requalificação ambiental das Bacias, nomeadamente promovendo a recuperação da qualidade da água.

Os modelos de intervenção nas Bacias Hidrográficas preconizam uma **reforma sem precedentes nos últimos vinte anos que assenta sobre cenários seleccionados que balizam um Programa de Execução, consubstanciado nas Acções/ Projectos a desenvolver no terreno.**

Na Bacia das Sete Cidades foi adoptado um cenário que se expressa mediante seis programas, 13 projectos e 53 acções. No que concerne à Bacia das Furnas, o modelo de intervenção contempla 30 Acções/ Projectos.

De forma a operacionalizar a execução dos Planos e ampliar os benefícios que decorrem naturalmente da sua execução integrada e dinâmica, criar-se-á uma Sociedade de Gestão de capitais exclusivamente públicos. Esta entidade ficará responsável pela implementação, gestão e monitorização dos projectos, bem como pela captação dos necessários investimentos junto de programas de financiamento nacionais e comunitários.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muita expectativa, Sra. Secretária.

A Oradora: Continuaremos a implementar os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e **lançaremos nesta legislatura os restantes concursos para elaboração dos Planos das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo.** Em face destes investimentos, estes projectos reflectem um crescimento de 56,8 por cento entre 2004 e 2005.

Será também dado um fim à actual situação de incumprimento da Directiva-Quadro da Água.

Nesta matéria, a política deste Governo para esta legislatura irá caracterizar-se pelo cumprimento das directivas comunitárias custe o que custar. Os primeiros sinais já foram dados com o recente encerramento da lixeira na Povoação. Cumpriremos e faremos cumprir, a bem da preservação do Ambiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da valorização da qualidade ambiental e conservação da Natureza, **vamos prosseguir com a implementação de uma reforma fundamental de um modelo estratégico-operacional para um sistema integrado de gestão de resíduos dos Açores**, que é manifestamente uma responsabilidade partilhada por municípios, agentes económicos e Governo.

A gestão dos resíduos constituiu uma das questões da actual política ambiental, motivada pelas preocupações na preservação da qualidade do Ambiente e no cumprimento das directrizes da União Europeia. Estas preocupações adquirem um significado muito específico em regiões insulares e ultraperiféricas. No caso concreto da Região Autónoma dos Açores, estas dificuldades são acrescidas pela fragmentação e dispersão territorial e pela necessidade de garantir soluções para cada uma das ilhas.

No capítulo da conservação da Natureza e da biodiversidade, os Açores deram passos importantes no que diz respeito à Rede Natura 2000, estando mesmo no pelotão da frente na União Europeia, como já várias vezes foi referenciado. A dotação para 2005 nestes projectos significa um crescimento de 21,2 por cento relativamente a 2004.

Na globalidade, o Programa 21 cresce de 2004 para 2005 33,9 por cento. Se alargarmos este período e analisarmos o período de 2001 a 2008, constatamos que o crescimento é de 100 por cento, entre o investimento realizado de 2001 a 2004 (31.563.447) e as dotações previstas para o período 2005-2008 (63.230.796).

Os números falam por si e reflectem a aposta que o Governo Regional irá implementar nesta legislatura em matéria de Ambiente. Move-nos uma vontade férrea de prosseguir com um conjunto de reformas que vão projectar os Açores no Mundo.

Termino convicta de que os contributos que acabo de anunciar irão reforçar o caminho da Qualidade para a construção da Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Permitam-me, Srs. Deputados, que neste momento saúde o 2º ano do curso de comunicação da Escola Profissional da Horta. Bem-vindos em nome da Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa, João Bettencourt, Mariana Matos, António Ventura, Alvarino Pinheiro, Aires Reis, Hernâni Jorge e Rogério Veiros. Cada um dispõe de três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Neste momento não posso deixar de manifestar-lhe a minha profunda satisfação pela comunicação que nos acabou de trazer.

Não vou utilizar a velha expressão de que “quem fala assim não é gago”, mas devo-lhe dizer, Sra. Secretária, que a primeira ideia que me ocorreu foi que, em matéria de ambiente como, aliás, em todas as outras áreas sectoriais, não só temos rumo, como temos timoneira e isso apraz-me e penso que o Grupo Parlamentar do PS também fica saudavelmente agradado com esta satisfação.

Devo dizer que ao longo de muitos anos, ao longo de décadas, só para falar do período da autonomia, as matérias de ambiente foram o parente pobre das políticas sectoriais na Região. Isto não é uma crítica, é uma constatação. A época do betão, a necessidade de infra-estruturas colocou em segundo plano e relegou para um plano inferior tudo o que tinha a ver com a conservação da natureza, protecção dos recursos hídricos e ordenamento do território. Ainda hoje isto é sentido. Apesar de todos já concordarmos que a transversalidade das matérias de ambiente, ela é importantíssima para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do nosso desenvolvimento e, nomeadamente, em face dum outro vector emergente em termos económicos e que também foi descurado concomitantemente com as questões de ambiente, que foram as políticas de turismo, enquanto elemento da economia e desenvolvimento económico.

Felizmente hoje, e desde que o PS é Governo, tudo isto foi alterado e não basta apenas falar daquilo que são os orçamentos e o reforço dos planos e dos orçamentos. Conforme a Conferência de Uganda de 2001, uma estratégia de desenvolvimento sustentável não deve ser vista apenas como um mero conjunto de planos, de projectos governamentais, mas como um compromisso para a acção de todas as partes envolvidas que envolve, desde logo, os cidadãos e outras entidades públicas para além dos governos regionais.

Nós sabemos as dificuldades que tem sido implementar instrumentos de gestão territorial ao nível municipal.

Nós sabemos a dificuldade que é, de quem tem responsabilidade para isso, dar o adequado tratamento aos resíduos sólidos urbanos, quer em termos de recolha, quer em transporte e deposição.

Nós sabemos que a matéria do ambiente ainda é vista como parente pobre para muita gente e para alguns sectores da nossa sociedade política, basta ver que, sempre que se quer fazer qualquer coisa, a primeira expressão que é utilizada é o fundamentalismo.

Portanto, Sra. Secretária, quero-lhe deixar aqui uma exultação em nome do Grupo Parlamentar do PS, de que ao longo dos próximos 4 anos, com os instrumentos financeiros que dispõe, com os planos que também tem elaborados e aqueles que estão em fase de conclusão, dos quais o PRESSA é certamente um dos mais importantes, em termos globais, proceda com pedagógica firmeza em defesa do ambiente e da sustentabilidade do desenvolvimento da nossa Região.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Investir no ambiente é contribuir para o desenvolvimento económico-social dos Açores e este aspecto está bem patente na acção que os Governos do Partido Socialista têm desenvolvido nos últimos anos no Arquipélago.

Eu gostaria de, se me permitissem, fazer aqui uma referência em particular à Ilha do Faial e a dois importantes investimentos que estão presentes no Plano Regional para 2005, nomeadamente a reabilitação das zonas envolventes do Monte da Guia e dos Capelinhos, que são duas zonas de importância fulcral para a ilha do Faial, importância histórica e cultural que, por mérito deste Governo do Partido Socialista, serão, finalmente, obras concretizadas.

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para congratular-me com este Governo e manifestar a minha satisfação pelo Plano e as Orientações de Médio Prazo aqui em discussão que, no caso da ilha do Faial, serão feitos investimentos fundamentais para a ilha, os quais os faialenses já há muito tempo ambicionam, mas que por variadíssimas razões não foram possíveis concretizar, nomeadamente pelo facto de termos tido em 1998 uma catástrofe que afectou principalmente a ilha do Faial e por o Governo ter que estabelecer determinadas prioridades. Finalmente, a partir deste ano iniciar-se-ão obras que em muito irão desenvolver a ilha do Faial.

Muito obrigado.

Voices das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta rápida à Sra. Secretária.

Para quando está prevista a criação do Parque Natural da Ilha Terceira e a instalação do Observatório Regional do Ambiente naquela ilha?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de comentar aqui o entusiasmo do elogio que o Sr. Deputado Herberto Rosa fez à Sra. Secretária.

Deputado Nuno Amaral (PS): Foi bem merecido!

O Orador: Esse entusiasmo e esse elogio foi tal que se corre o risco de poder vir a interpretar que até agora o Governo nesta área esteve sem rumo e sem timoneiro, o que não me parece muito cordial nem muito justo relativamente àqueles que até agora, com sacrifício e sempre com a bondade e a solidariedade do Sr. Presidente do Governo, apesar de terem feito pouco nesta área, julgo que não mereceriam um tratamento tão menos considerado nesta Assembleia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ouvimos, e o CDS regista com agrado, a prioridade que a Secretaria Regional e o Governo colocam na recuperação e na preservação das nossas principais lagoas nos Açores, nomeadamente em relação às Furnas e às Sete Cidades.

Mas, Sra. Secretária, exactamente há oito anos o Governo Regional anunciava nesta Assembleia idêntico propósito relativamente a essa matéria e às lagoas em questão.

Quatro anos depois, em 2001, tornou a ser prioridade do Governo e de todos nós açorianos da Região de, efectivamente, resolver esse problema de recuperar e preservar as nossas lagoas e essas em especial.

Gostaria que a Sra. Secretária me referisse o que é que falhou nas políticas do governo no passado, nomeadamente se não foi seguida a tal orientação de Uganda, que é a que esteve mais presente na acção do Governo?

Também gostaríamos de saber o que é que distingue as suas políticas das políticas dos seus antecessores e por que motivo as políticas dos seus antecessores não foram bem sucedidas e que garantia nos dá da sua vir a ser?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para fazer uma pergunta muito simples.

Queria que a Sra. Secretária me confirmasse se o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de S. Jorge está ou não a sofrer uma profunda remodelação em relação ao projecto inicial? Se sim, quais os aspectos mais consideráveis no que respeita às condicionantes, que eram impostas pelo anterior documento, sobre os imóveis da Fajãs e da Pontinha, no Topo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse quanto à justeza e certeza das palavras do Deputado Herberto Rosa, as questões colocadas pelas bancadas da oposição dão prova disso mesmo.

Da parte do PSD, vemos ser questionado quanto ao calendário de implementação de duas acções em concreto e quanto à eventual remodelação dum Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Finalmente passámos a ter Planos de Ordenamento da Orla Costeira coisa que há anos atrás não passava de letra de lei.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Quanto à questão trazida aqui pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo dizer-lhe que há mais de oito anos atrás já se falava de lagoas, mas foi preciso nestes oito anos desenvolver todo um percurso e todo um caminho que vou recordar ao Sr. Deputado.

Foi preciso adaptar à Região o Regime Jurídico do Instrumento de Gestão Territorial, criando por essa via os Planos Especiais de Bacias Hidrográficas que não existiam e que não estavam previstos na lei. Foi preciso lançar e elaborar esses planos e hoje a Sra. Secretária pôde aqui anunciar a execução e implementação dos planos em concreto.

Foi todo este percurso que foi preciso fazer e que só foi encetado a partir de 1997, porque até aí nem um passo tinha sido dado nesse sentido, que conduziu a que hoje a Sra. Secretária e o Governo Regional pudessem anunciar daquela tribuna a implementação em concreto dos Planos de Bacias Hidrográficas.

Este trajecto, este caminho na senda do desenvolvimento sustentável e da preservação do ambiente na nossa Região, começou a ser traçado de forma firme, objectiva e precisa desde 1996, com os VII e VIII Governos e será prosseguido com o IX Governo Regional do Partido Socialista.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão do POOC de S. Jorge eu não vou responder, vou deixar essa informação para a Sra. Secretária, para que os Srs. Deputados não digam que os deputados falam pelo Governo ou que o Governo fala pelos deputados.

Em relação à questão do rumo e do timoneiro do ambiente nos últimos anos nos Açores, queria dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que há grandes diferenças entre a esquerda e a direita e um dos grandes orgulhos que a esquerda pode ter é da sua consciência, preocupação e disciplina em termos ambientais. É por isso que estamos bem, estamos sempre no rumo certo desde que a esquerda assumiu a condução das questões ambientais nos Açores, mas seja ele qual for o timoneiro, nós temos sempre aqui e desde há muitos anos um grande timoneiro. O nosso timoneiro é no nosso líder que está ali sentado no centro daquela bancada.

Esta bancada como todos os secretários que por ali passaram têm grande consciência ambiental e têm um trabalho que orgulha os açorianos de serem uma das regiões da Europa e do Mundo que são exemplo em muitas questões e princípios ambientais. Tomara que os países e os governos de direita um dia terem metade da consciência ambiental que nós temos.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não quero eternizar o debate com questões fúteis, porque penso que estamos a discutir coisas sérias e determinantes para o nosso futuro colectivo.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não sei o que é que o incomoda que tenha citado as conclusões do Fórum Internacional sobre Estratégia e Desenvolvimento Sustentável que aconteceu no Uganda em 2001. Não foi em nenhum outro lado, mas concretamente no Uganda e não sei o que é que o incomoda.

Porque este tempo é de seriedade e de análise objectiva de documentos estratégicos para o desenvolvimento sustentável dos Açores, não vou sequer dar nenhum interesse particular ao seu comentário lateral sobre as referências e os elogios que fiz à Sra. Secretária Regional, nem sequer sobre o *enriçar*, como se diz na sua terra, relativamente aos secretários anteriores.

Como eu disse, o Governo do Partido Socialista, desde que tomou posse no final de 1996, tem tido uma política para o ambiente que passa por etapas, porque é preciso planear para depois executar.

Nós estamos a discutir os planos para os próximos quatro anos e a execução dos documentos que nos são apresentados relativos ao ambiente, em primeira análise, são da responsabilidade da Sra. Secretária e eu reitero, por muito que lhe custe, que são documentos bem elaborados, estruturantes, fundamentais para o nosso futuro colectivo e que por isso mesmo merecem o nosso aplauso.

Se V. Exa. tem o direito de criticar sempre que quer e muitas vezes injustamente, deixe-nos também a possibilidade de podermos elogiar quando achamos justo.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para responder às questões colocadas, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Parque Natural da Ilha Terceira vai ser uma realidade e já tenho na minha mão o estudo do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.

Já fiz uma visita à Ilha Terceira, nomeadamente às zonas que vamos classificar. Proximamente vamos estabelecer um protocolo com a Associação Tauromáquica da Ilha Terceira para o maneo de gado bravo na zona da reserva natural e propriedade da Região.

Portanto, tenciono ainda este ano apresentar ao Instituto de Conservação da Natureza a classificação daquele espaço que, como disse na altura e reafirmo, é dos espaços que a Região tem em termos de conservação da natureza. No mesmo local já iniciámos as obras da Furna do Enxofre. Tencionamos ainda requalificar outras áreas dentro daquele espaço que vão, de facto, em muito beneficiar toda aquela área.

Os socialistas honram os seus compromissos e, portanto, o que queria dizer é que já fiz uma visita ao local, já encomendei o estudo e faremos ainda este ano uma candidatura ao Programa LIFE precisamente para nos envolvermos com estes fundos comunitários se forem aprovados. Se não forem aprovados, havemos de o fazer directamente.

Eu até gostava que ele em vez de ser Parque Natural, fosse Parque Nacional.

Os Açores merecem ter dois Parques Nacionais e eu durante estes quatro anos tentarei tudo, junto das entidades nacionais e comunitárias, para que a Ilha Terceira e a Ilha do Pico tenham dois Parques Nacionais. Por que não?! Temos uma qualidade excepcional da nossa natureza e temos o dever colectivo de defender esta questão.

A questão do Observatório do Ambiente não é da minha responsabilidade. Isso é um projecto da ciência e tecnologia, mas tenho conhecimento de que isso ainda este ano também irá arrancar.

Relativamente à questão do POOC de S. Jorge quero dizer o seguinte:

Quando apresentámos aqui o Programa do Governo fiz questão de dizer que nós honramos os nossos compromissos e é por isso que paulatinamente temos tido as vitórias que temos tido do povo açoriano.

Deputado Mark Marques (PSD): A senhora está a falar de S. Jorge e o Sr. Presidente tem que ir de casa a casa e de rua a rua. Não se esqueça!

A Oradora: A verdade é que estão previstas reuniões públicas aquando da visita estatutária a S. Jorge e nós honraremos os nossos compromissos.

O POOC de S. Jorge é um excelente instrumento.

As consultas públicas que ocorreram em S. Jorge onde houve uma ampla participação da população e praticamente quase todas as observações que foram feitas estão a ser objecto de análise e o documento foi substancialmente melhorado e irá ser apresentado aos jorgenses como, aliás, foi promessa do Sr. Presidente do Governo e vamos cumpri-la, porque honramos os nossos compromissos.

Em relação à questão das Lagoas, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, queria dizer-lhe o seguinte:

Agora vou fazer um bocadinho de história, porque, de facto, sou licenciada em história e preocupo-me com estas coisas.

Não é que me interesse muito com o passado, até nem gosto muito de o referir, prefiro muito mais perceber o presente e comprometer-me com o futuro.

O primeiro estudo que foi feito sobre a eutrofização das lagoas nos Açores remonta a 1988/89.

Depois voltaram-se a fazer estudo em 1992/93 e em 1994/95.

Aquando da tomada de posse dos primeiros governos do Partido Socialista, é evidente que este problema já tinha uma série de mecanismos desencadeados, como a avaliação da qualidade e monitorização das águas e temos continuado sistematicamente a fazê-lo. Nós temos um laboratório móvel em que fazemos isso e sabemos que a qualidade da água não tem piorado nos lagos eutróficos.

Aliás, os governos do Partido Socialista têm feito imensas obras nas bacias hidrográficas e vou-lhe referir só duas ou três:

Foram feitas imensas bacias de retenção na Bacia das Sete Cidades, que não são visíveis, mas que são importantes e que melhoram a qualidade da água. Neste

momento está adjudicada a vala das Sete Cidades, obra fundamental que vem resolver 25% do problema eutrófico da Bacia das Sete Cidades.

Portanto, nós temos quatro anos para provar a esta Assembleia e aos açorianos que somos capazes de agarrar estes grandes desafios.

Aliás, não fui eu que fiz esses estudos, porque nem sequer sou leiga nessa matéria, mas desde o Professor Santana ao Professor Mário Rios, e outras pessoas que sabem dessa área, dizem que o problema da eutrofização não se vai resolver num, dois, três ou quatro anos. Nós vamos melhorar a qualidade da água e não vamos deixar que os lagos cheguem à situação que eles tinham há 25 anos atrás, implementando medidas que façam com que eles não se tornem pântanos.

É preciso que as pessoas se consciencializem para esta questão.

É isto que temos que fazer e quanto esta matéria temos que ser muito sérios e perceber que isto é uma matéria de investimento gigantesca, mas que nós estamos convictos que vamos conseguir implementar. Não começar-se a ver obras e estou convencida que daqui a quatro anos todos nós nos vamos orgulhar da obra que este Governo vai fazer nestes lagos eutróficos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Em relação à política ambiental que falhou nos Açores, queria dizer que não falhou nenhuma ambiental, porque se tivesse falhado aquilo que os governos anteriores fizeram pela política do ambiente na Região, nós não estávamos neste momento com esta maioria substancial aqui neste plenário.

Nós iniciámos uma série de medidas importantíssimas e que vamos desenvolvê-las no futuro.

Portanto, estou solidária com todos os membros do Governo que me antecederam e estou a honrar os compromissos que eles lançaram.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Hernâni Jorge para uma intervenção.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando do debate do Programa do IX Governo Regional, em Dezembro passado, abordámos na nossa intervenção a problemática da sustentabilidade, na certeza de que esta convoca uma nova agenda para o século XXI e que essa agenda é a criação duma *sociedade sustentável*, assumindo como desafio civilizacional a necessidade de transformar os valores ambientais nos elementos reorganizadores da sociedade.

O princípio do desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental, deve nortear toda a política, particularmente a política de Ambiente, e afirmar-se como imperativo ético.

É fundamental, desde logo, que se vença um processo de mudança de mentalidades, de forma a que o exercício de uma cidadania activa na defesa do Ambiente seja, cada vez mais, assumido pela generalidade dos cidadãos, já que o desafio da

sustentabilidade só poderá vir a ser alcançado tendo por base um exercício de cidadania alargado.

São, também, estes os desafios que IX Governo Regional que, em coerência com o seu Programa e com a política que, segura e persistentemente, vem sendo implementada desde 1996, alinha pelas mais avançadas opções políticas nos domínios do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Felizmente, longe vão os tempos em que, nos Açores, as questões relativas ao Ambiente eram marginalmente tratadas e estavam entregues a um simples serviço da direcção regional com competência nas áreas da habitação e urbanismo da Secretaria Regional do Equipamento Social.

Como distante também já está o ano de 1989 que marca o surgimento da Direcção Regional do Ambiente, integrada na então criada Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, do IV Governo Regional, mas que nasceu sem abranger áreas de enorme importância como o ordenamento do território e os recursos hídricos.

Foi preciso chegarmos a 1996 para – com a nova orgânica e a acção do VII Governo Regional – serem criadas as condições básicas para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável na nossa Região.

O Partido Socialista manifestou, então, uma forte vontade política e assumiu orientações claras na prossecução de uma efectiva política de Ambiente nos Açores.

Foram muitos anos – demasiados anos – aqueles em que a nossa Região se manteve numa situação de quase inoperância no que respeita ao fomento e ao controlo da qualidade do Ambiente, já que aquilo que em outros sítios é susceptível de se diluir no espaço, por norma adensa-se nas ilhas, e os efeitos das más decisões acabam pesando para além da conjuntura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o Programa do IX Governo Regional evidencia, claramente, essa opção política, os documentos ora em apreciação – Plano e Orçamento para 2005 e Orientações de Médio Prazo para o período de 2005 a 2008 – confirmam em absoluto a determinação do Governo Regional e do Partido Socialista em tornar operacional o conceito de sustentabilidade, contemplando um claro fortalecimento das políticas públicas de Ambiente.

E se, em geral, o incremento das políticas públicas de Ambiente é factor fundamental para induzir a mudanças estruturais, os instrumentos de planeamento devem ser, em cada momento, simultaneamente, instrumento e expressão desses necessários e indispensáveis ajustamentos.

Como não podia deixar de ser, os documentos em apreciação são, pois, instrumentos de consolidação da estratégia definida pelo Partido Socialista e ratificada pelo Povo Açoriano e por este Parlamento, há pouco meses. São documentos que transcrevem, a nível do investimento e das orientações políticas, as prioridades estratégicas definidas, continuando a apostar fortemente na valorização da qualidade do Ambiente e nos recursos naturais.

E, para que não sobejem quaisquer dúvidas, detenhamo-nos nos seguintes dados:

- No Plano de Médio Prazo de 1993/1996 foram orçamentados 5,1 milhões de euros (1,3 milhões de contos) para as políticas de Ambiente, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos;
- No somatório dos Planos Anuais de 1997 a 2000 orçamentaram-se montantes seis vezes superiores aos do quadriénio anterior, concretamente 30,5 milhões de euros (6,1 milhões de contos);
- Para o período de 2001 a 2004 foram inscritas no Plano de Médio Prazo 52 milhões de euros (10,4 milhões de contos).

Da análise dos relatórios de execução dos anos terminais das três últimas legislaturas, podemos ainda constatar que o investimento efectivo nos domínios do Ambiente foi de:

- 1,7 milhões de euros (346 mil contos) em 1996;
- 8 milhões de euros (1,6 milhões de contos) em 2000;
- E 10,4 milhões de euros (2,2 milhões de contos) em 2004.

Ainda, e relativamente aos documentos em debate:

- O Plano para 2005 prevê investimentos globais de 21,9 milhões de euros (4,4 milhões de contos);
- E para o período da legislatura (2005 a 2008), segundo a informação prestada na Comissão pela Senhora Secretária Regional do Ambiente, é intenção do Governo Regional efectuar um investimento global superior a 71 milhões de euros (14,2 milhões de contos), não estando contabilizadas neste montante as eventuais verbas provenientes de fundos comunitários nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É, pois, neste registo plurianual que se pode verdadeiramente avaliar a consistência das opções de estratégia de carácter estrutural assumidas pelos VII, VIII e IX Governos Regionais, e aí a evidência confirma não só a justeza dos caminhos escolhidos, mas também a dimensão dos esforços efectivamente levados a cabo.

Hoje, podemos afirmar com segurança e, sobretudo, com orgulho que o Ambiente participa activamente na configuração do modelo de desenvolvimento dos Açores, sendo encarado pelo poder político como uma infra-estrutura fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira para uma intervenção.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem leu o manifesto eleitoral do Partido Socialista para as eleições de Outubro passado, certamente acalentou esperanças quanto à possibilidade de nesta legislatura a ilha dar o salto qualitativo que tanto necessita.

Obras emblemáticas, de há muito reclamadas, estavam contempladas e até existiam algumas novidades que se registavam pela positiva.

Do dito documento, saliento investimentos como o Campo de Golf, o Porto de Recreio, a reconstrução da zona histórica de Vila do Porto, a construção do Núcleo Museológico de Vila do Porto, a implementação do URBCOM, enfim, um rol de promessas que pela importância que a sua concretização tem para a ilha faziam e fazem todo o sentido.

Considerando de boa fé que as promessas são para se cumprir, é no mínimo estranho que este plano apenas considere o início do Porto de Recreio e rigorosamente mais nenhuma delas.

Mas se tivermos em conta que o Porto de Recreio já constava no Plano a Médio Prazo 2000/2004, nem sequer por aqui podemos constatar alguma novidade.

Compreendemos que estamos a falar de um horizonte de quatro anos e que se tem de fazer uma distribuição equitativa do dinheiro existente pelas nove parcelas do arquipélago, mas convenhamos que para quem tanto anunciou na campanha eleitoral, este início é francamente pobre.

Aliás e no que concerne a Santa Maria a ideia do maior plano de sempre se calhar nem se aplica, por que se retirarmos a rubrica “outros fundos”, facilmente se verifica que este plano, mais euro menos euro, tem os mesmos montantes de investimento dos anteriores e continua a discriminar negativamente as ilhas mais pequenas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: Mais uma vez, infelizmente, se esquece o conceito de desenvolvimento harmónico dos Açores.

Ora, se no Plano não se vislumbra qualquer aposta nas ilhas mais pequenas do arquipélago, resta-nos esperar para ver em que vai dar a concretização do Fundo de Coesão.

Sem estarmos demasiado eufóricos quanto a este novo instrumento de investimento, mas também não querendo ser profetas da desgraça, pensamos que há algumas situações que devem ser tidas em conta aquando da sua implementação.

Seria bom, em primeiro lugar, que aquando da regulamentação deste Decreto Legislativo houvesse uma ampla discussão, por forma, a ele servir exactamente para o fim a que se destina.

E dizemos isto porque quando se ouvem membros do governo a falar do Fundo numa lógica de que este irá substituir os mecanismos de investimento já existentes, há que ficar apreensivos, porque em nossa opinião este instrumento para ser verdadeiramente eficaz tem que ser complementar aquilo que existe neste momento.

Ou seja, o impacto económico do Fundo de Coesão será muito maior se este for visto mais numa lógica de complementaridade do que numa lógica de substituição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um Plano que não contempla as promessas eleitorais, que discrimina negativamente as ilhas pequenas e que mantém, no caso de Santa Maria, mais ou menos os mesmos valores de investimento verificados em anos anteriores é um mau plano.

Não se percebe como é que após o anúncio de tantos milhões se consegue apresentar para uma ilha que já padece de tantas dificuldades, intenções de investimento tão modestas.

Custa a entender que após o vosso vastíssimo rol de promessas eleitorais, das profissões de fé que fizeram relativamente ao investimento nas ilhas mais pequenas, tudo o que tenham para apresentar seja isto.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os Srs. parecem esquecer, ou por ignorância, ou por conveniência, que os esplendorosos números que apresentam relativamente ao turismo, ao emprego e até aos vossos investimentos pouco dizem nas ilhas pequenas.

Porque aqui a realidade é diferente:

A oferta de emprego é diminuta;

A capacidade de investimento é pouca;

A perda de população e de quadros é constante;

O custo de vida é mais elevado;

Enfim, são uma série de factores, explicados pela pouca dimensão e por fenómenos de insularidade, que nunca podem ser comparados àqueles que afectam, por exemplo, ilhas como S. Miguel ou a Terceira.

É esta a realidade dos Açores.

Deputado Nuno Tomé (PS): O Sr. Deputado faz a pergunta e dá a resposta.

O Orador: São estas as diferenças que marcam e condicionam a nossa região.

E os Srs. enquanto não perceberem que a insularidade não é só a distância entre Lisboa e Ponta Delgada, mas é também as outras distâncias que são necessárias percorrer entre esta cidade e as restantes ilhas açorianas, nunca, por muito que tentem dizer, conseguirão promover efectivamente o desenvolvimento desta Região que não é constituída por uma realidade, mas sim, por nove realidades completamente diferentes entre si.

Mas ainda estamos no início da legislatura e resta-nos esperar que os próximos anos sejam melhores, que V. Exas. consigam concretizar tudo aquilo que prometeram e principalmente que vão desenvolvendo políticas que paulatinamente vão esbatendo as assimetrias que existem entre as diversas parcelas que compõe a nossa região.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Está inscrita a Sra. Deputada Lubélia Chaves a quem dou a palavra.

(*) Deputada Lubélia Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero manifestar uma concordância com o Deputado Sérgio Ferreira quando menciona que tem consciência de que não estamos a analisar apenas o Plano Anual Regional para 2005, mas também as Orientações a Médio Prazo.

O Sr. Deputado tem consciência de que nem todos os compromissos estão previstos neste Plano e de que outros estão nas Orientações de Médio Prazo.

Queria acrescentar àqueles compromissos que ele enumerou, que estão neste Plano Anual para 2005, resumindo-se apenas ao Porto de Recreio, outros investimentos que se encontram não só nas Orientações de Médio Prazo, mas no Plano de 2005 e são eles:

Para além da remodelação do Lar de Idosos, que já se encontra concluída, está também prevista a remodelação do edifício para o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO), através da Santa Casa da Misericórdia; está previsto o apoio à Cooperativa de Habitação para a conclusão das infra-estruturas da 2ª fase; está prevista a conclusão da recuperação da estrada regional, nomeadamente a de Santa Bárbara; está previsto o apoio à aquisição de um autocarro para o turismo; está previsto o apoio à aquisição de uma viatura para a Protecção Civil, para além do grande investimento que está previsto para a construção do Núcleo de Recreio Náutico de Santa Maria.

Obrigada.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(*) Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Lubélia Chaves, eu não sei se tem a consciência que tudo aquilo que disse que estava previsto, não são obras novas, mas obras que vêm de planos anteriores, algumas delas até já concluídas, outras que se iniciaram à pressa aquando da visita do Governo Regional como é o caso da estrada de Santa Bárbara que se parou, para agora se voltar a recomeçar...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Isso é falso.

O Orador: ... e algumas dessas que enumerou vêm quase de 1996.

Sra. Deputada Lubélia, deixe que lhe diga: eu não acredito que a senhora defenda um plano que no caso específico de Santa Maria diminui o investimento relativamente a 2004, não contempla as vossas promessas eleitorais e, a seguir à Ilha do Corvo, é Plano que tem menos investimentos no todo dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

(*) Deputada Lubélia Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à estrada de Santa Bárbara eu já tinha mencionado que seria a conclusão desta obra.

Apenas queria referir que não disse que essas obras eram perspectivas novas só deste Plano nem que vinham de Planos anteriores.

Mas, queria acrescentar que existem investimentos que estão previstos que não estão só apenas identificados na ilha de Santa Maria, mas que estão previstos nas obras e nas verbas que estão previstas a nível regional.

Obrigada.

Presidente: Não havendo mais esclarecimentos, dou a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas para uma intervenção.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe-se hoje apreciar e debater as propostas das Orientações de Médio Prazo para o Quadriénio 2005/08, o Plano Regional Anual e o Orçamento para 2005 no âmbito do sector das pescas.

Neste contexto, compete-me apresentar, para este período, a política da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, integrada no Programa do IX Governo Regional dos Açores e com o propósito de configurar as melhores soluções para o sector das pescas da nossa Região.

Como se sabe, os recursos piscícolas representam um pilar fundamental da nossa economia, pelo que a política do sector tem de estar sempre orientada para a sua exploração sustentável, de forma a assegurar a sua auto-renovação.

Ao considerarmos a pesca como uma actividade sustentável, temos que afirmar seguramente que o futuro passa pela ligação da pesca ao ambiente marinho. Mas a visão ecológica, por si só, não é suficiente. A abordagem ao sector produtivo pesqueiro precisa de ser sistémica e centrada nos níveis biológico, ecológico, económico e social, de forma a que exista sempre um compromisso entre a situação dos recursos e o rendimento dos pescadores.

Temos também que ter sempre presente que não é possível manter a actividade piscatória num nível economicamente rentável a médio e longo prazo, se não aplicarmos um regime de gestão, racional e precaucionário, de forma a se conseguir preservar os recursos esgotáveis de que a pesca depende.

Sem peixe não existem pescadores, pelo que a gestão dos nossos recursos piscícolas, integrada nas preocupações do desenvolvimento sustentável, constitui um objectivo permanente do Governo Regional.

Durante muito tempo, a convicção de que os recursos haliêuticos eram inesgotáveis, levou a que a pesca marítima exercida com fins meramente lúdicos fosse considerada num plano distante em relação à exploração comercial dos recursos vivos marinhos.

É por isso que consideramos fundamental, nesta legislatura, também regulamentar a pesca lúdica, como forma responsável de gerirmos os recursos marinhos nesta área do Atlântico, mas não esquecendo a perspectiva social e cultural desta actividade de lazer.

Consideramos que o livre acesso de frotas comunitárias com grande capacidade pesqueira, à nossa ZEE, não se coaduna com a fragilidade dos nossos recursos haliêuticos. É por isso que a protecção da nossa ZEE constitui um objectivo permanente para o Governo Regional dos Açores, já que se trata da salvaguarda de um património estratégico para as gerações futuras.

Assim, continuaremos a defender em todas as instituições nacionais, comunitárias e internacionais a exclusividade de exploração por parte da frota regional das nossas águas, com base no princípio da precaução e no princípio da estabilidade relativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A união das pescas ao ambiente, para além de permitir aprofundar a integração das preocupações ambientais e da rentabilidade da frota de pesca, tendo sempre em vista a exploração sustentável dos recursos na nossa ZEE, traz, certamente, mais valias no debate e no encontrar de soluções conjuntas com os parceiros do sector, tanto a nível interno, como, a nível externo, nas negociações com a União Europeia, constituindo uma reforma na abordagem sobre estas matérias.

A estrutura do programa previsto para o sector das pescas, modernização das infra-estruturas e da actividade da pesca, compreende cinco projectos que têm por pressuposto o equilíbrio entre a gestão e a conservação de recursos, por um lado, e, por outro lado, o desenvolvimento sustentável do sector das pescas e a evolução mais favorável dos rendimentos dos principais agentes económicos.

O investimento público de 25 milhões de euros no corrente ano, bem como os valores previstos nesta legislatura na área das pescas, permitem-nos concluir que o sector continuará a ser considerado prioritário para o desenvolvimento da economia regional.

No âmbito da inspecção e gestão, para além da execução de acções de fiscalização em todas as ilhas, e do devido apetrechamento de meios para o desenvolvimento destas tarefas pela Inspeção Regional das Pescas,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ah! Afinal é a Inspeção Regional!

O Orador: ... estão também previstas acções de colaboração da fiscalização da nossa ZEE com a Marinha e a Força Aérea no âmbito do Sistema Integrado da Fiscalização e Controle da Actividade da Pesca, mais conhecido pelo SIFICAP.

Iremos também criar o Centro de Monitorização Contínua da Actividade da Pesca, vulgo MONICAP, cujos equipamentos permitirão ter acesso em tempo quase real a todas as embarcações comunitárias que entrem na nossa ZEE e que estejam a operar de acordo com a regulamentação comunitária.

A cooperação com o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Centro do IMAR da Universidade dos Açores, tendo em vista aprofundar o conhecimento científico da nossa ZEE, constituem-se como acções a continuar a desenvolver nesta legislatura.

Os protocolos assinados com a Universidade dos Açores para a gestão e exploração das embarcações de investigação científica da Região, para o co-financiamento de projectos de investigação pesqueira na nossa ZEE, para o programa de recolha de dados da pesca e para a divulgação da nossa realidade pesqueira insular, contribuirão decisivamente para reforçar a estratégia da defesa das nossas águas, junto da União Europeia.

A organização da reunião do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul, entidade de consulta oficial da Comissão Europeia, bem como a realização de um encontro científico internacional relativo à biodiversidade, gestão de recursos, pescas e conservação, na nossa Região, constituem-se como acções importantes para continuar a argumentar junto das instâncias comunitárias na necessidade da

exclusividade de exploração por parte da frota regional da nossa Zona Económica Exclusiva em virtude da sensibilidade biológica das nossas águas.

No âmbito das infra-estruturas portuárias, iremos continuar a efectuar não só a sua requalificação, de uma forma harmoniosa em todas as ilhas da Região, como também a dos equipamentos inerentes ao apoio do sector das pescas, construindo e recuperando portos de pesca, casas de aprestos, oficinas de reparação naval, lotas e postos de recolha, bem como instalando novas gruas, guinchos, pórticos de varagem e equipamentos de gelo e de frio.

O início das obras de ampliação dos portos de pesca de São Mateus, Vila Franca, Caloura, Ponta Delgada das Flores e Fajã do Ouvidor, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que se inicia em 2007, representará uma grande reforma na rede regional dos portos de pesca, permitindo criar condições de trabalho e de segurança aos nossos pescadores, compatíveis com os tempos actuais.

A celebração de protocolos de gestão de portos com associações do sector, bem como os protocolos acordados com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais para limpeza, construção de infra-estruturas e melhoramentos nos portos de pesca, constituem acções que contribuem decisivamente para a descentralização de tarefas e aproximação entre os vários intervenientes com responsabilidades nas áreas portuárias.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: Também o protocolo a assinar com a Direcção de Faróis permitirá melhorar e recuperar as condições de segurança da navegação nocturna na aproximação e entrada dos portos de pesca regionais pelas nossas embarcações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na componente orientada para a frota, continuaremos a apoiar a renovação e a modernização das nossas embarcações, de forma a melhorar a segurança e as condições de trabalho a bordo. A oportunidade que conseguimos a nível comunitário de podermos continuar a apoiar, até 2007, a construção das embarcações cujos processos administrativos estejam aprovados até ao final do corrente ano, constitui uma preciosa ferramenta para continuar o processo de desenvolvimento do nosso sector produtivo.

Mas embora já tendo obtido um tratamento de excepção, no actual quadro comunitário de apoio, continuaremos a insistir junto da União Europeia, para que o futuro Fundo Europeu para a Pescas permita a continuação da construção e motorização de embarcações.

Neste projecto, a reorientação da actividade da pesca para espécies de maior profundidade e a entrada de algumas embarcações no mercado turístico, constituem também acções que serão apoiadas no âmbito desta legislatura e que fazem parte da estratégia de criar rendimentos alternativos e complementares aos nossos pescadores.

No segmento da transformação e comercialização dos produtos da pesca e da cooperação externa, está consagrada, nos termos da legislação comunitária e regional, a atribuição de incentivos financeiros a projectos de investimento das empresas tradicionais do sector, como as conserveiras, sem esquecer também o

apoio à modernização e criação de empresas de congelação e de filetagem de pescado, como forma de diversificação de outros tipos de produtos do mar.

Também neste projecto está previsto o apoio e o saneamento financeiro a organizações do sector, bem como o investimento relacionado com a actividade protocolada com a LOTAÇOR, no âmbito do serviço público prestado aos nossos pescadores com equipamentos de frio e de gelo.

Apoiaremos, através de incentivos regionais e comunitários, a entrada de associações de pescadores ou organizações de produtores no mercado da segunda venda, de forma a serem dados os primeiros passos no circuito da comercialização do pescado, fresco ou congelado, e assim continuar a reforçar a competitividade e a contribuir para o fortalecimento do tecido económico e social deste sector.

A aposta na certificação de pescado capturado com artes de linhas e anzóis, na nossa ZEE, constituirá um instrumento de promoção do nosso pescado no exterior, valorizará economicamente a actividade pesqueira e proporcionará melhores rendimentos aos nossos pescadores. É por isso que já temos este processo em andamento, no âmbito do PRODESA, e em cooperação com o Instituto do Mar da Universidade dos Açores.

Na perspectiva de criar alternativas aos nossos atuneiros, na contra-safra, apoiaremos as suas deslocações para outras zonas de pesca, nomeadamente a costa de África, alargando assim a sua área de actuação, e permitindo aumentar a sua produtividade.

No âmbito social continuaremos a trabalhar, em conjunto com os pescadores, para que o Fundo de Compensação Salarial dos Pescadores dos Açores, conhecido por FUNDOPESCA continue a constituir um mecanismo de compensação financeira a todos os profissionais do sector da pesca quando, por questões de intempéries, se encontrarem impedidos de exercerem a sua actividade.

Estão também previstas acções de formação profissional para pescadores, armadores e comerciantes, na área da segurança marítima, gestão da actividade e do manuseamento de pescado com o objectivo de valorizarmos qualitativamente todos os intervenientes do sector das pescas.

O apoio aos eventos “Semana do Pescador”, “Feira do Mar” e o “Congresso Regional das Pescas”, organizados unicamente pelas associações do sector, constituem uma importante reforma de mentalidades na Região, na qual os profissionais da pesca passaram a ter um papel activo partilhando tarefas e responsabilidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pretendemos, através deste plano e orçamento anual, como também destas orientações a médio prazo para esta legislatura, continuar a investir na modernização e no desenvolvimento do sector das pescas, de uma forma sustentável e harmoniosa em todas as ilhas da nossa Região.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado José Gaspar Lima para uma intervenção.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para o ano de 2005 proposto pelo IX Governo Regional dos Açores do Partido Socialista, são dois excelentes documentos elaborados na continuidade do que tem acontecido nos últimos anos, com os quais se pretende promover e desenvolver o crescimento económico e social da Região, perspectivando uma substancial melhoria das condições de vida da nossa população, continuando a mudar sempre os Açores para melhor.

No que respeita ao Sector das Pescas nos Açores, o trabalho efectuado nos últimos anos pelos Governos do Partido Socialista, tem promovido o crescimento do sector e a melhoria das condições de vida daqueles que ao longo de muitas décadas foram renegados para segundo plano. Para os açorianos esta política pretende a continuação do desenvolvimento sustentável do sector, bem como a melhoria das condições de vida dos principais agentes económicos ligados a esta actividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi com os Governos do Partido Socialista que se iniciou o processo de revolução deste sector, nomeadamente os grandes investimentos na recuperação dos Portos e Núcleos de pesca em todas as ilhas da Região.

A nível da Formação Profissional realizaram-se diversos Cursos: “Aptidão Pescas”, “Pescador C”, “Arrais” e “Motorista de 2ª Classe”, num total de 130 acções, abrangendo cerca de 2.350 pessoas, bem como a partir de 2002 diversas acções de reciclagem a nível de Segurança marítima. Efectuadas estas, em todos os Portos de Pesca dos Açores, com apoio de Técnicos e da embarcação «Formar» adquirida especificamente para esta actividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com os cinco projectos que estruturam este programa, procura manter-se o equilíbrio entre a gestão e a conservação de recursos e tornar sustentável o sector das pescas, assim como tornar favorável a evolução dos rendimentos dos diversos agentes que intervêm nesta área.

O desenvolvimento de acções de inspecção em todas as ilhas, tem ajudado a disciplinar o sector e a continuação de investimentos de mais meios vai tornar mais eficaz a acção dos agentes.

O apoio aos trabalhos científicos vai ajudar a um conhecimento mais objectivo das nossas realidades e assim poder implementar-se políticas mais de acordo com o equilíbrio necessário ao nosso desenvolvimento.

Relativamente às infra-estruturas portuárias, importa continuar a investir no seu melhoramento, na sua manutenção e modernização de modo a tornar a sua funcionalidade, produtividade e segurança mais eficazes.

No domínio da conservação e limpeza dos nossos portos, é importante referir os protocolos realizados entre a tutela e as autarquias locais e as Associações de Pescadores.

Sobre a frota de Pescas cumpre relevar a continuação dos investimentos na construção e modernização da mesma, de modo a torná-la mais produtiva e competitiva, com condições de trabalho e comodidade mais de acordo com as exigências dos nossos tempos.

A continuação do trabalho de cooperação entre Associações de Pescadores, armadores, ambientalistas, cientistas e autoridades do sector vai continuar a trazer mais conhecimento e objectividade às políticas a implementar.

Neste sector há acções a destacar de grande interesse estratégico para a actividade tais como; A Semana do Pescador, o Congresso Regional das Pescas, a Feira do Mar, o Workshop científico sobre os montes submarinos, a reunião já este mês do Conselho Consultivo Regional das Águas Ocidentais do Sul, nos Açores para definir os Estatutos desta entidade comunitária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não podemos esquecer que o mar dos Açores é de facto um vector importante e necessário para o nosso desenvolvimento.

As dotações estabelecidas para o investimento no Plano e Orçamento para 2005 no sector das Pescas, são dados importantes a destacar, porque vêm na sequência de políticas anteriormente já implementadas nesta área que apostam no incremento de um desenvolvimento acelerado do sector. As verbas adstritas à modernização das infra-estruturas e da actividade da Pesca num total de 25.060.670€, serão distribuídas pelos seguintes projectos:

- Inspeção e Gestão
- Estruturas Portuárias
- Frota
- Transformação, Comercialização e Cooperação Externa
- Recursos Humanos

Sabemos que muito se tem feito, mas temos consciência que ainda muitos temos para fazer neste Sector.

É com coragem e determinação que o Partido Socialista vai executar este Plano e Orçamento no próximo ano, respondendo às propostas eleitorais do nosso partido e ao Programa do Governo, já aprovado nesta Assembleia.

A implementação deste Plano e Orçamento é a concretização das nossas promessas e ao mesmo tempo a confiança que o povo açoriano nos deu nas últimas eleições.

Disse.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado Lizuarte Machado, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a falar das pescas, uma área fundamental para os Açores e extremamente sensível do ponto de vista da sua gestão.

É evidente que, tal como enunciou o Sr. Subsecretário e na sequência do trabalho que já vinha desenvolvendo no desempenho das funções de Director Regional das Pescas e que tive o cuidado, por várias razões, de acompanhar de perto, estamos a desenvolver um conjunto de actividades, que são fundamentais, no âmbito da gestão, naquilo que nos é possível gerir.

É evidente que podemos fazer algumas coisas ao nível da gestão daquilo que são as nossas águas mais próximas.

Podemos e devemos erradicar algumas artes predadoras da nossa zona de pesca, poderemos limitar a utilização de outras, poderemos ainda controlar alguns stocks e estamos a criar incentivos para que o esforço de pesca se dirija para novas espécies, o que é fundamental, já que algumas têm no mercado internacional um valor comercial bastante interessante e significativo.

Evidentemente que esta é uma área relativamente à qual não podemos fazer milagres, basta lembrar que, por exemplo, e de acordo com a Associação Americana para o Avanço da Ciência, as capturas do atum no Atlântico Norte diminuíram 150% nos últimos 50 anos. Se formos um pouco mais atrás, basta lembrar que no Atlântico Norte os stocks de atum neste momento representam apenas 1/6 relativamente ao que existia em 1900.

Portanto, é uma situação extremamente preocupante e este é exactamente um dos stocks que nós, por razões óbvias, não podemos controlar.

Há algumas questões importantes também nesta matéria e nas quais já se tem feito avanços muito significativos e que têm a ver com a formação e certificação, feita pela Direcção Regional das Pescas, de algumas categorias de pescadores. Esta questão é fundamental, porque até determinada altura apenas podíamos fazer a formação e não a certificação. Podendo agora fazê-lo é um avanço muito significativo.

Há também que resolver algumas situações complicadas que têm a ver com jovens sem escolaridade e que começaram, desde tenra idade, envolvidos no mar e na actividade da pesca e para os quais teremos que legislar no sentido de criar uma categoria, que não sei como se poderá chamar e como poderá ser feita, mas que é importante certificar estas pessoas, legalizá-las, para poderem exercer a actividade da pesca, até porque algumas são excelentes profissionais.

Por outro lado também temos que avançar na regionalização de algumas competências do Instituto Portuário dos Transportes Marítimos, o que para nós, na área das pescas, é de vital importância já que importa não continuarmos à espera dois ou três anos que o IPTM nos valide, nos certifique e nos aprove um projecto duma pequena construção.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse, porque já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Temos que ter capacidade para podermos desenvolver essa actividade. Eu sei que este assunto está a ser tratado, mas é fundamental lembrar que isso não pode de maneira nenhuma ser esquecido e tem que avançar.

Presidente: Não havendo mais esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Aires Reis para uma intervenção.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento da Região para 2005 não contêm os investimentos mais reivindicados e desejados pela população da ilha de São Jorge.

As principais sugestões que têm sido feitas pelos órgãos representativos da nossa população e das nossas instituições, como por exemplo pelo Conselho de Ilha, ao longo dos últimos quatro ou cinco anos, não estão contempladas nestes documentos.

O mesmo acontece com as principais preocupações demonstradas nesta Assembleia pelos Grupos Parlamentares.

Nem sequer os próprios compromissos socialistas, que foram feitos durante as campanhas eleitorais, estão inscritos neste documento.

Poder-se-á então perguntar: Afinal que documento é este, apresentado pelo Governo Regional que se comprometeu a corrigir assimetrias de desenvolvimento, criadas nos últimos anos, entre as ilhas maiores e aquelas que possuem menos população?

Para que isso acontecesse era necessário ir mais além do que a criação de um Fundo de Coesão.

Era mesmo imprescindível que a ilha de São Jorge contasse com, pelo menos, alguns dos principais investimentos públicos que têm sido mais reivindicados.

Infelizmente, constatamos que isso não acontece.

Podemos mesmo concluir que este é um plano de estagnação para algumas ilhas pequenas, como São Jorge.

De facto, os grandes investimentos que desejamos não estão contemplados nestes documentos:

Refiro-me concretamente à necessidade da ampliação do Aeródromo de São Jorge.

Nem um estudo sobre a viabilidade deste projecto está previsto neste Plano.

Penso que todos os senhores Deputados reconhecerão os condicionalismos daquela infra-estrutura. A verdade é que, Senhor Presidente, estamos, de facto, muito penalizados.

Considero mesmo que as deficientes condições do aeródromo de São Jorge poderão trazer repercussões que afectem as próximas gerações e condicionem de forma quase irreversível o ritmo de desenvolvimento desejado da nossa ilha.

É importante que esta Assembleia aceite este assunto como uma prioridade.

São Jorge precisa definitivamente de um aeródromo com melhores condições para não ficar parado no tempo.

Pode-se mesmo concluir que a Ilha mais central dos Açores continua com as maiores carências ao nível das acessibilidades.

Senão vejamos:

Outro investimento, absolutamente necessário, e que já deveria constar do Plano do Governo e não consta, é a ampliação do Porto do Topo.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: As razões da sua importância são sobejamente conhecidas, desde logo, através das minhas intervenções nesta Assembleia.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não sabe o que está a dizer.

O Orador: O Porto do Topo é estratégico para o tráfego de passageiros. A sua ampliação possibilitará uma ligação com a ilha Terceira bastante mais rápida e económica, como defendeu o Sr. Vice-Presidente do Governo a algum tempo atrás.

Por outro lado terá um efeito decisivo no desenvolvimento da zona do Topo que, como sabemos, já está condicionada pela sua distância em relação às Sedes de Concelho e pela sua estrada com condições atmosféricas permanentemente adversas. A sua ampliação permitirá também o desenvolvimento de vários sectores que estagnaram nas últimas décadas naquela zona da ilha – como por exemplo as pescas e o comércio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pavimentação e correcção de alguns troços de importantes estradas regionais, um pouco por toda a ilha, deveriam constar, e não constam, do Plano que estamos a analisar.

Refiro-me concretamente à correcção e pavimentação do troços de Estradas Regionais Urzelina/Terreiros/Manadas, Rua de Baixo (entre o Ramal da Vila da Calheta e a freguesia da Ribeira Seca), Biscoitos/Calrinhas/Relvinha/Vila da Calheta, e ainda o centro da Vila do Topo.

Deputado António Toste (PS): Mais ainda? É tudo para S. Jorge.

O Orador: Outro assunto da maior importância que consta do Plano, mas de forma pouco explícita, é o investimento em Caminhos Agrícolas.

São Jorge precisa urgentemente de uma aposta clara, da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, na pavimentação dos caminhos existentes, com betume asfáltico, uma vez que se verificam resultados muito negativos ao nível da sua manutenção, e por isso mesmo, os lavradores estão a ser bastante penalizados com dispendiosos desgastes nos seus equipamentos agrícolas e na qualidade do produto.

Reconhecemos a dificuldade desse trabalho de manutenção, e sabemos que exige mesmo um esforço quase incomportável por parte dos Serviços. Por isso, torna-se imperioso apostar na sua pavimentação.

No Plano não estão, e já deveriam estar, enumerados os caminhos que serão sujeitos a uma intervenção.

E sobre esta matéria deixo aqui, nesta Assembleia, uma sugestão: a prioridade deve ser a pavimentação em asfalto dos caminhos agrícolas da Bacia Leiteira da Freguesia de Santo Antão/Topo e da ligação Biscoitos/Estrada dos Nortes.

Outros investimentos ainda, igualmente importantes, reivindicados pelas populações e trazidos a esta tribuna e discutidos nesta sala, continuam a não ter a atenção adequada deste Governo.

Deputado Paulo Messias (PS): Por que é que aquele senhor não é Secretário?

O Orador: Como exemplos: o Abastecimento de Água às Explorações Agrícolas, a Electrificação das Fajãs, a protecção da Orla Marítima de algumas zonas de São Jorge, a construção do novo acesso ao Porto das Velas e a ampliação do respectivo Parque de Contentores, programas de habitação mais eficientes e abrangentes, a Gare de passageiros do Porto da Calheta, os pequenos Portos de Pesca, entre outros.

Na realidade, os maiores problemas referidos nesta minha intervenção sobre o Plano do Governo são, uma vez mais, as acessibilidades.

Deputado Nuno Amaral (PS): E um jardim ecológico para S. Jorge?

Deputado Mark Marques (PSD): Está para ir para S. Jorge?

Deputado Nuno Amaral (PS): Não.

Deputado Mark Marques (PSD): Então não precisa.

O Orador: Trata-se de uma área que condiciona gravemente o desenvolvimento da Ilha de São Jorge e que, por isso, todos nós e o Governo Regional, devemos dar especial atenção.

Ao longo destes dias de discussão do Plano e Orçamento para 2005, e perante tão distintas intervenções a anunciar sistematicamente o maior investimento de sempre nos Açores, interroguei-me permanentemente sobre para onde irão todas estas verbas.

Os jorgenses, por muita boa vontade que tenham, não as conseguem vislumbrar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabei de reler uma intervenção que fiz nesta Assembleia, há alguns anos atrás, e que curiosamente se encontra ainda actual.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Espero, e o Grupo Parlamentar do PSD também deseja, que esta intervenção não tenha que ser repetida pela terceira vez, daqui a outros tantos anos. Disse.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Vai ser. Vão-se esquecer.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Rogério Veiros, Manuel Silveira e Mark Marques. Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui dar os parabéns ao Sr. Deputado Aires Reis pela leitura atenta de um discurso escrito não sei há quanto tempo nem como, mas espero que o pagamento da avença não esteja em atraso.

De qualquer das formas gostaria de lhe dizer que há aqui uma questão que concordo em pleno consigo, que é a questão das acessibilidades à ilha de S. Jorge e a questão de termos que ter um aeródromo com melhores condições para que, aquilo a que chamamos cancelamentos, a maior insularidade da Ilha de S. Jorge seja amenizada. Nesse aspecto estamos os dois de acordo.

Contudo, queria dizer-lhe que o projecto encomendado à ANA para a melhoria de operacionalidade do aeródromo de S. Jorge está a ser executado.

Agora, para tristeza minha, não sei se com o investimento que lá vamos fazer, vamos ter a possibilidade de ter um aeródromo ideal que resolva todos esses problemas. Por isso as acessibilidades a S. Jorge não se resolvem só pelo ar, também se resolvem

pelo mar e pelo mar nós temos em fase de conclusão o investimento do Porto da Calheta e estamos a prever já no próximo QCA o aumento do porto comercial de Velas.

Na minha opinião, são estes três grandes investimentos os eixos fundamentais de acessibilidade à Ilha de S. Jorge.

Quero-lhe dizer que o Governo do Partido Socialista, naquele leque de obras e reivindicações que V. Exa. fez, não é o Pai Natal de 2005, mas pode eventualmente ser a salvação de S. Jorge no mandato que termina em 2008, porque a ilha de S. Jorge tem problemas graves na sua estrutura e no seu tecido económico e o que se passa é que os três agentes públicos principais de desenvolvimento e de alavanca de obras públicas na economia de S. Jorge são, em primeiro lugar, o Governo Regional e, em segundo, as maiores entidades da ilha de S. Jorge, que são as Câmaras Municipais e nós estamos a atravessar um momento difícil da economia de S. Jorge onde os pequenos agentes económicos têm dificuldades graves pelo mau desempenho económico, fruto de maus anos de má gestão dos municípios de S. Jorge.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Não. É má gestão do Governo!

O Orador: Isso, sim, é o principal problema da economia de S. Jorge e é preciso que diga e se tenha coragem de o dizer.

Deputada Maria José Duarte (PSD): É preciso ter coragem e não ter vergonha!

O Orador: Eu sei que isto incomoda, mas ouçam porque é verdade e não se riam, porque é muito sério.

Relativamente às questões das obras que o senhor quer que sejam feitas, queria-lhe dizer que...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que conclua rapidamente, porque o seu tempo já terminou.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

... as obras que pretendemos fazer não as podemos fazer todas em 2005. Temos que as fazer ao longo do mandato, porque se fossem feitas todas em 2005 como o senhor quer, passávamos 2006, 2007 e 2008 sem fazer obras e quando chegássemos às próximas legislativas os jorgenses já se tinham esquecido das obras que nós tínhamos feito.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(*) Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aires Reis, ouvi com muita atenção a intervenção que fez e como o meu colega já disse e muito bem, eu estou também de acordo consigo relativamente ao aeródromo de S. Jorge. Acho que nós temos que cada vez mais reivindicar a sua modificação, talvez, alargando-o. O estudo está a ser implementado e depois irá ser feito.

Há aqui duas ou três coisas que estou em total desacordo consigo.

Não é só a bacia leiteira do Topo que tem que ser asfaltada, mas de uma forma geral a Ilha de S. Jorge e neste momento já muito foi feito a esse nível, foram mais que triplicados os km de estrada feitos por este Governo em relação aos que foram feitos pelos governos do PSD.

O Sr. Deputado fala insistentemente sobre o Topo mas penso que temos que ver toda a ilha em geral e não apenas a nossa “horta”.

Ao nível de estradas regionais, neste momento faltam dois ou três troços para fechar o anel da Ilha. Neste momento S. Jorge é das ilhas que tem boas estradas e creio que quando se terminar a Variante do Aeroporto/Urzelina mais coisas irão ser feitas em S. Jorge, porque o nosso Governo tem olhado para S. Jorge com olhos diferentes daqueles que no passado olhavam pela nossa ilha.

Apenas queria dizer mais duas coisas que têm a ver com as estradas de penetração. Em S. Jorge vão ser asfaltadas este ano algumas zonas dessas estradas, não na sua “horta”, mas na ilha de S. Jorge e até ao fim do mandato irão ser asfaltadas muitas mais.

Se quiser eu posso dar uma cópia do que vai ser feito, estrada por estrada, e a forma como elas vão ser feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Infelizmente só terei que fazer uma intervenção por falta de tempo.

Sr. Deputado Rogério Veiros, queria dizer-lhe que me faz lembrar aquela publicidade que dizem: - e não vou dizer a instituição bancária - “falam, falam, falam, falam e depois eu não hei-de ficar chateado? Claro que tenho que ficar chateado!”

Deputado Paulo Messias (PS): O Sr. Deputado ainda não disse nada!

O Orador: O Sr. Deputado ainda não percebeu que estamos a discutir o Plano para 2005 e Orientações de Médio Prazo. Não estamos a discutir as autárquicas como o senhor quis tentar levar o debate.

Em relação ao Sr. Deputado Manuel Silveira, eu entendi no primeiro dia que não se ia falar em 96 e eu não queria falar, mas o senhor teve que falar nos governos anteriores e eu queria relembrar aos novos deputados que estão cá que o senhor em 96 por acaso estava na lista do PSD. Se calhar deu um mau contributo nessa altura.

Deputado Paulo Messias (PS): Olhe para o seu lado que há outros aí que já foram do PS!

Deputado Nuno Amaral (PS): Queria era vir para o lado de cá!

Deputado José Lima (PS): Vai ter que fazer um requerimento.

O Orador: A Sra. Secretária há pouco, aplaudida pelo Deputado do Partido Socialista, dizia: “os Socialistas honram os seus compromissos”. Vamos fazer um exercício de memória em relação ao Porto da Fajã do Ouvidor.

Em 1996, o Sr. Presidente do Governo - por acaso estava bastante mais novo, como se vê na fotografia, já foi há muitos anos - tinha prometido aqui o porto do Norte Grande.

No ano de 2000 o Sr. Presidente - aqui já não estava tão novo - ...

Deputado Paulo Messias (PS): Gostas muito do nosso Presidente!

Deputado Nuno Tomé (PS): Isso já é uma obsessão doentia.

O Orador: ... voltava a falar no porto da Fajã do Ouvidor.

Os senhores em 2004 voltam a falar na Fajã do Ouvidor e o Sr. Deputado Rogério Veiros, naquela sua ânsia de pequeno palavroso, disse na campanha eleitoral: “O projecto está pronto e vai iniciar-se já”.

Deputado Nuno Tomé (PS): Lá está o profeta da desgraça!

O Orador: Eu não sou o profeta da desgraça, eu leio as desgraças que os senhores escrevem e a desgraça diz aquilo que o Sr. Secretário disse há pouco: “O Porto do Norte Grande será enquadrado no IV QCA a começar em 2007”, ou seja, na melhor das hipóteses, o porto só será feito em 2008. Portanto, estão há 12 anos a adiar essa obra e nós é que somos os profetas da desgraça.

Segunda questão:

Sobre o Porto das Velas o Partido Socialista em 2004 falou no estudo da ampliação do porto. Nada se fez e depois inventou uma coisa chamada “acesso ao cais e aumento do parque de contentores” que o Sr. Secretário da Economia, muito pomposamente,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está aqui.

O Orador: O Sr. Vice-Presidente tem gráficos, mas eu tenho é fotografias. Não são os gráficos que os seus adjuntos fazem.

... foi a S. Jorge há dois anos apresentar este desenho. O senhor reconhece-o?

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Eu admiro-me que no Plano de 2005, tendo em conta que isto devia ser uma prioridade, não tenha nada inscrito para este investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi também referido a electrificação das Fajãs, outro assunto que também não aparece e eu gostava de saber, por parte do Sr. Secretário da Economia, se este assunto é efectivamente para resolver ou não?

Sr. Deputado Rogério Veiros, o senhor não leu os documentos e vou dar-lhe uma prova da sua imprecisão a escrever coisas.

Desde o dia 15 de Março que eu tenho recebido vária correspondência na minha caixa de correio, com muitas reclamações, dirigida ao Partido Socialista. O senhor sabe porquê? É porque no boletim do Partido Socialista que o senhor fez na ilha de S. Jorge escreveu o seguinte endereço: “Rua Roque Afonso, nº 2”. Sr. Deputado, isto é a minha casa e não a delegação da Assembleia.

Deputado Paulo Messias (PS): Se calhar já está a pensar no futuro.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Vais ser expropriado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros. O senhor deve corrigir a morada.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após este lapso de trocar a Delegação da Assembleia com casa do Deputado Mark Marques, que por acaso fica uma há frente da outra, eu peço desculpa e assumo integralmente esse erro, mas também queria dizer ao Sr. Deputado Mark Marques que em 2004 nós fizemos um manifesto intitulado “Continuar a mudar S. Jorge para melhor”, que na última página, e por ordem do Presidente do PS/Açores...

Deputado Mark Marques (PSD): Ordem?

Deputado Nuno Amaral (PS): Nós temos um líder que manda.

O Orador: ... que mandou pôr nos manifestos de ilha, diz o seguinte: “Investimentos que iremos realizar e que não pudemos concretizar na legislatura anterior” e está lá o Porto da Fajã do Ouvidor.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas não está no plano!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Isto é que é falar, isto é que é ser sério e é por isso que se ganham eleições.

Mas quero-lhe dizer mais:

É que em matéria de manifestos e de compromissos eleitorais, se o PS em 96 fez um e está a demorar 12 anos para o cumprir...

Deputado Mark Marques (PSD): Está contente com isso?

O Orador: ... e se os Açores tivessem tido o azar de eleger o Dr. Victor Cruz para Presidente do Governo, nem daqui a 24 anos os senhores conseguiam cumprir com aquilo que prometeram que era tudo e mais alguma coisa que até os açorianos desacreditaram os senhores.

Deputado Mark Marques (PSD): Está a fugir à conversa. Está sem argumentos.

O Orador: Ainda lhe digo mais:

Relativamente a alguns compromissos que temos assumido, nós temos tido problemas e problemas de ordem de constrangimentos económico-financeiros no Orçamento da Região e tivemos que reprogramar investimentos. Agora, há determinados investimentos que se nós fôssemos incompetentes e incapazes, cruzávamos os braços e dizíamos assim: “O actual quadro comunitário está esgotado e vamos passar tudo para o próximo”. Não, nós estamos a fazer um esforço enorme para a realização de determinados investimentos e são investimentos que estão para serem realizados que não estão no Plano, que são feitos por sociedades autónomas e por sociedades que não fazem parte deste Plano que aqui está. O senhor não os consegue vislumbrar, mas vão ser feitos e vão ser candidatados em instrumentos que os irão financiar, que demonstram a grande competência e a grande capacidade deste Governo para conseguir honrar os seus compromissos, ser sério, falar verdade e cada vez mais ganhar eleições numa ilha que era difícil e que o senhor em determinadas zonas já as começou a perder.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor é deputado de paróquia, é?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(* **Deputado Manuel Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para sublinhar o que o Deputado Rogério Veiros acabou de dizer.

Sr. Deputado Mark Marques, essa resposta que o senhor me deu agora já me a deu 4 ou 5 vezes aqui dentro.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não lhe dei resposta nenhuma.

O Orador: Essa história de mostrar o papelinho, que eu fui convosco ou que deixei de ir e não sei mais o quê, devo dizer-lhe que não tenho problemas com o meu passado.

Mais:

Sr. Deputado Mark Marques, eu consegui explicar ao eleitorado do Concelho das Velas por que é que fui nesse papelinho e por que é que vou neste papelinho agora. O eleitorado já me deu razão e a prova é que o senhor nas últimas eleições regionais perdeu nas Velas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Mais:

Jesus Cristo disse: “dos arrependidos é que se fez o Reino dos Céus”.

Obrigado.

(Risos e aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques, vou dar-lhe a palavra, mas peço-lhe que não cometa a crueldade de chamar velho ao Sr. Presidente do Governo nesta sua intervenção. Tem a palavra.

(* Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só quero dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Manuel Silveira acha-se arrependido, eu não acho que seja arrependido, penso é que mudou de opinião e não lhe quero chamar outro nome. O problema é seu. Eu só dei a informação à Câmara.

Em relação a Calheta/Velas, sinceramente parecia-me que os senhores não eram deputados de paróquia. Eu sou eleito deputado regional pelo círculo eleitoral da Ilha de S. Jorge.

Deputado Paulo Messias (PS): Mas já perdeu nas Velas.

O Orador: Não perdi. Eu não fui candidato às autárquicas.

Deputada Mariana Matos (PS): Já se candidatou?

O Orador: Quem já perdeu as autárquicas na Calheta foi o Sr. Deputado Rogério Veiros, não fui eu.

Nós não somos deputados de paróquia e cada um dá de si a dimensão que tem. Se os dois senhores são deputados de paróquia, eu e o Deputado Aires Reis somos deputados eleitos pela população de S. Jorge, do Topo aos Rosais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(* Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Só para fazer aqui alguma justiça, quero dizer o seguinte:

Eu não fiz a minha intervenção a fazer campanha de autárquicas.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi o primeiro a falar.

O Orador: Eu estava a falar sobre os agentes económicos da Ilha de S. Jorge e sobre os reais problemas da economia da ilha.

Deputado Mark Marques (PSD): E a má gestão autárquica!

O Orador: É isso que me preocupa e é isso que o senhor não gosta de ouvir. Isto é uma grande verdade.

Digo-lhe mais:

Os senhores não falaram da parte boa do Plano.

Deputado Mark Marques (PSD): Qual é a parte? Orientação de Médio Prazo?

O Orador: Os senhores deviam dar os parabéns e tirar o chapéu ao Governo relativamente à questão do Fundo de Coesão e à verba destinada para investimento nesse fundo, em que os agentes económicos e os empresários de S. Jorge irão estar em vantagem em relação, por exemplo, aos da vizinha ilha do Pico, do Faial, da Terceira e de S. Miguel. Isso é uma bandeira do Partido Socialista que está aqui neste documento e que é muito importante para o futuro da economia de S. Jorge.

Eu e os socialistas temos grande orgulho nisso...

Deputado Mark Marques (PSD): Havemos de estar cá no futuro, embora alguns vão para o reino dos céus!

O Orador: ... e é por isso que nós estamos confiantes relativamente ao futuro e sabemos que eleições não se ganham só com obras que aparecem fisicamente, também se ganham com políticas sérias e coerentes que acreditam no futuro e desenvolvem os açorianos e mudam os Açores cada vez para melhor.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que já não devia surpreender-me. A verdade, porém, é que na sequência da apreciação do Plano para 2005, fui acometido de tal depressão que me ocorreu dedicar os próximos 10 minutos desta intervenção ao mais absoluto silêncio, para exprimir, simbolicamente, a importância que os governos socialistas têm atribuído e continuam a atribuir à Ilha do Faial. Com efeito, o Faial não está, há muito tempo, nas prioridades do governo e também não está, conseqüentemente, no Plano do governo para 2005. O governo até pode fazer o número de brandir aumentos percentuais extraordinários, obtidos a partir de uma comparação impossível com o Plano de 2004. Mesmo assim, no caso do Faial, já não tem público nem poder de convencimento, pois a cotação das suas intenções está claramente em baixa na bolsa da opinião pública, tantas foram as inscrições, supressões e reinscrições de acções que afinal nunca se realizaram. Em boa verdade, falar do Faial continua a ser sinónimo de falar da reconstrução, reavivando memórias que todos gostaríamos de guardar em arquivo morto. Porém, embora com final marcado pelo governo para 2004, o processo de reconstrução em curso, está ainda longe do seu termo. Mas, pior que tudo, a reconstrução continua a ser – pasme-se – a melhor desculpa para nada mais se fazer de relevante nesta ilha, que continua carente de obras sociais e culturais inadiáveis e de uma abordagem séria e conseqüente aos sectores estruturantes da sua economia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Ainda agora, em 2005, o governo continua a deduzir o valor da reconstrução às expectativas de desenvolvimento do Faial, mas nada acrescenta por conta do famoso superavit. Estatisticamente diríamos que, nas contas finais, a reconstrução rouba-nos ainda 40,7% das expectativas, correspondentes aos 15 M€ que lhe são afectos. Os 60% sobrantes, cerca de 22 M€, que constituem assim a totalidade dos recursos financeiros afectos ao desenvolvimento do Faial, representam apenas cerca de 4% do total das verbas para a Região e arruinam a taxa de felicidade dos faialenses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falando da substância, ou seja dos investimentos projectados para o Faial, impõe-se dizer que o governo peca menos por acção e mais por omissão. Peca pouco por acção, porque afinal se compromete a muito pouco.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Com efeito, apenas duas acções, pela expressividade das verbas alocadas, merecem destaque. Uma delas, a Escola Secundária, com 4M€, embora parte desse valor ainda seja destinado à aquisição de terrenos. A outra, as obras de remodelação e ampliação da Casa Grande para a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, com 2 M€, cujo auto de consignação da 2ª fase da obra foi assinado recentemente, 8 anos após a apresentação do respectivo projecto, em 1996. São obras importantes sem dúvida, mas que não autorizam o governo a glorificar o Plano para o Faial, pela simples razão de que correspondem a expectativas com quase uma década, sucessivamente adiadas e que os faialenses já evitam até pronunciar, tantas foram as declarações e promessas políticas piedosas à sua volta. Estão inscritas no plano, exige-se agora o seu cumprimento. Já deviam há muito estar realizadas e, não obstante o governo tenha baixado tanto as expectativas nesta ilha, o sentimento maioritário continua a ser de ambição e de reivindicação, não se deslumbrando agora os faialenses com a oferta de um simples reбуçado, fora de prazo, em plena dieta de fome.

Com muita pena nossa, feita esta menção, as acções merecedoras de destaque positivo afinal começam e acabam aqui.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O mais que há para dizer, refere-se a inscrições inócuas pela insignificância das respectivas verbas ou a puras omissões. Vejamos: Quanto à variante à cidade da Horta, e para não variar, “o governo aos costumes disse nada”: afecta-lhe uma verba de valor simbólico, com o único propósito de enunciar uma obra que obviamente não vai evoluir este ano. Todavia, estamos na ilha com mais buracos por quilómetro quadrado, com estradas a que, por cá já chamamos, “caminhos lunares”. A mesma receita prescreve o governo para o Bloco C do Hospital da Horta que se manterá em fase de projecto; As anunciadas obras no Monte da Guia e o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos também não conhecerão este ano avanços significativos, a julgar pelas modestas verbas atribuídas, 300.000 € e 175.000, respectivamente.

Mas onde o governo peca sem remissão, revelando, aliás, falta de visão estratégica e penalizando severamente o Faial, é nas omissões puras, nos zeros do descontentamento faialense que são ainda promessas antigas e novas, algumas já

inscrites em planos anteriores e que agora desaparecem sem deixar rasto e sem qualquer justificação.

O Reordenamento do Porto da Horta, incluindo a gare marítima de passageiros, a ampliação das instalações do Clube Naval da Horta, a construção do campo de golfe do Faial - o valor afecto é um enorme zero do tamanho da desilusão do Faial; A pousada de juventude do Faial tarda a integrar a rede de pousadas para o turismo juvenil, como o Faial tarda em integrar, a rede de ilhas objecto da atenção governamental – outro zero impossível de aceitar; O mesmo zero para a continuação das obras de conclusão da recuperação da Igreja do Carmo e instalação do Museu de Arte Sacra, cujo início é anterior a 1998; O novo estádio de futebol relvado, integrado no Complexo Desportivo encontra-se, segundo o governo, adiado *sine die*, o que vindo de um governo incumpridor compulsivo, só pode significar um rotundo, **não se faz**. E, se olharmos ainda o programa eleitoral do PS a lista das promessas prolonga-se por várias outras obras fantasma, designadamente a ampliação do Museu da Horta, a protecção ao Castelo de S. Sebastião, a construção de um Centro de acolhimento para crianças e jovens do sexo masculino, a revitalização das termas do Varadouro, a conclusão do campo de tiro do Capelo, a construção dos Polivalentes da Feteira e Praia do Norte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa ilha com especial vocação turística, potenciada pelo estreito relacionamento com as ilhas vizinhas e dotada de uma oferta consolidada na área do turismo náutico e desportivo, é especialmente gravosa a pura omissão de investimentos como a ampliação do Clube Naval, a melhoria das condições de recepção e estadia aos iatistas, o reordenamento do porto da Horta, incluindo a gare marítima de passageiros e o espaço adjacente ao Clube Naval para a oferta dos produtos turísticos ligados à pesca desportiva, mergulho e observação submarina e Whale Watching. Isto apesar de se tratar, incontrovertidamente, de produtos turísticos de elevado valor, que constituem a imagem de marca desta zona do arquipélago e que são ainda um capital de qualidade turística inestimável, não só para o Faial, nem para o Triângulo, mas para toda a Região. Noutra âmbito, o campo de golfe do Faial, inscrito em anteriores planos, como sendo estratégico e estruturante da economia turística e garantido ao Faial, sob palavra de honra do Sr. Presidente do Governo, não consta do Plano, não merece uma única referência, nem é anunciada solução alternativa. O concurso público para a alienação das participações da Região, na Verdegolfe, S.A. com este investimento como contrapartida, ficou deserto. Não foi surpresa para ninguém. Só serviu, afinal, para o governo tentar libertar-se do compromisso, iludindo, pelo caminho, os eleitores faialenses em vésperas de eleições.

Em qualquer caso, na sequência do insucesso dessa operação, deveria o governo ter definido, sem subterfúgios, se assumia a construção do campo de golfe como investimento público. Não o tendo feito, como agora se pode comprovar, fica então obrigado a definir uma solução alternativa, a comprometer-se quanto ao processo, ao calendário, bem como ao modelo de financiamento a adoptar.

Pessoalmente, entendo que na ausência de iniciativas credíveis do sector empresarial, a Região não deveria demitir-se de assumir directamente ou em parceria, infra-estruturas turísticas desta natureza, desde que assumida à partida a

transferência para o sector privado da respectiva gestão e exploração para garantir uma real afectação turística que de outro modo resultará prejudicada.

Em todo o caso, ao anunciar alterações de rumo ao nível da política de incentivos, o governo deveria, no meu entendimento, em lugar de fazer a apologia insustentável da hotelaria de 5 estrelas, privilegiar cirurgicamente a construção de hotelaria e equipamentos de animação, restauração e comércio de qualidade, quando associados ou partes integrantes de complexos turísticos de golfe. Aí sim, justificam-se fórmulas especialmente incentivadoras e orientadoras do investimento, as quais podem revestir a forma de majorações especiais ou mesmo de contratualização de incentivos de natureza financeira, fiscal e outras. No que respeita especificamente ao Faial, congelar a decisão de investimento *tout court*, é a única coisa que não pode acontecer e não posso deixar de dizer que o prolongado silêncio do governo nesta matéria, começa a ser, nesta ilha, verdadeiramente ensurdecador.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em jeito de conclusão, diria que se abstrairmos da dotação afecta à reconstrução, os investimentos previstos para o Faial são modestos e até insignificantes. Se atentarmos nas omissões do plano - elemento ainda mais esclarecedor - concluiremos que não é assumida a importância estratégica desta ilha no conjunto da Região e mesmo que o Faial conta pouco ou não é mesmo considerado em várias políticas sectoriais. É verdadeiramente o plano das omissões.

Antevejo, portanto, que este Plano para 2005 mantém os faialenses expectantes e ansiosos, com o mesmo caderno reivindicativo, pela simples e linear razão de que o que eram expectativas de há quase uma década, continuam a sê-lo ainda hoje pela inércia de um poder socialista que se especializou em prometer a sério...para cumprir da próxima vez. Assim o Faial, na penumbra do esquecimento, não regista os patamares de desenvolvimento das ilhas maiores e mais populosas, mas também não lhe é reconhecido o estatuto de ilha carenciada, a ser objecto de discriminação positiva em matéria de investimento público. O governo está a criar desta forma, três grupos de ilhas. Umas têm uma economia pujante e tendencialmente competitiva. Outras são discriminadas positivamente por forma a compensá-las da respectiva fragilidade económica. O Faial não está no 1º grupo por força da realidade dos factos. Não está no segundo grupo porque o governo acha que está no 1º. Está, afinal, na fronteira entre a realidade e a indiferença, o que nos leva a concluir que o governo, em vésperas de eleições regionais pediu desculpa porque se sabia culpado, mas não estava verdadeiramente arrependido.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado João Bettencourt, o Sr. Secretário Regional da Economia, e o Sr. Deputado Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) Deputado João Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Pereira:

Ouvi com atenção a sua intervenção e a primeira impressão que me causou do cenário negro que acabou de explanar aqui nesta Assembleia foi que não me enquadro em nada do cenário negro que acabou de referir.

Em primeiro lugar, o Faial é uma ilha que está virada para o progresso e é uma ilha que está virada para o seu desenvolvimento a curto prazo.

Julgo que o bom senso leva-nos a fazer uma análise objectiva das questões e dessa análise objectiva que fiz da ilha do Faial e do pouco tempo que tenho desta casa, o que eu concluí foi que nós, em 98, como bem sabe, sofremos uma catástrofe que danificou 70% do nosso parque habitacional e o Governo Regional teve que estabelecer algumas prioridades, como já referi há pouco, ou seja, em primeiro lugar, tentar realojar e dar boas condições às famílias sinistradas.

No entanto, refere duma forma pessimista o cenário para os próximos anos.

Sr. Deputado Alberto Pereira, caso não tenha tido em atenção os importantes investimentos que estão em causa no Plano para 2005 e não podemos esquecer também que estamos aqui a votar as Orientações de Médio Prazo até 2008, passo a referir especificamente a nova Escola Secundária e o Parque Desportivo como uma importante obra que irá iniciar-se em breve na Ilha do Faial; a Casa Bensaúde, como sabe, é uma obra que já está em andamento; a 1º fase da Variante também terá o seu início este ano com um valor de 4 milhões de euros para 2,6 km.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Onde é que isso está no Plano?

O Orador: Eu depois digo-lhe, Sr. Deputado.

Falou do estado das nossas estradas. Eu relembro-lhe que o anel da ilha do Faial está em fase de conclusão e terminará possivelmente no final deste ano ou princípio de 2006; posso-lhe mencionar o lançamento de mais dois troços da estrada regional nº 1, 2ª, com aproximadamente 20 km, para arrancar no próximo ano de 2006.

A nível de ambiente, como já lhe referi há pouco, temos a reabilitação do Farol dos Capelinhos e da área circundante do Monte da Guia.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que sintetizasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

No que diz respeito à reabilitação do farol dos Capelinhos, é uma obra que já está em andamento e no que diz respeito à zona circundante do Monte da Guia, temos a Casa Dabney e a Fábrica da Baleia antiga, obras que iniciar-se-ão este ano.

Para terminar, gostaria de informar o Sr. Deputado Alberto Pereira que aquilo que eu, como faialense, sinto é optimismo, porque acredito e confio no Governo e julgo que todas as obras que nós, faialenses, ansiamos serão concretizadas nesta legislatura.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi dizer, não tenho bem a certeza, que no tempo do Dr. Mota Amaral o turismo era uma actividade que não era para levar a sério e que ele achava que o turismo

vinha contra os nossos bons costumes. Enfim, talvez seja por isso que o Faial na altura tinha apenas o Hotel Faial em funcionamento, tinha o Hotel Horta fechado...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Havia o Hotel Horta. O Sr. Secretário inaugurou-o e colocou uma estrela a mais.

O Orador: ... e não estava à espera de uma ampliação, não havia o Hotel do Canal e a Pousada de Santa Cruz era aquilo que era. O seu tempo era exactamente este.

Construiu-se nas Flores a Siturflor onde se gastou dois milhões de euros para nada, sem parcerias público-privadas. É isto que nos distingue.

Sr. Deputado, por exemplo o Campo de Golfe nós queremos que os privados o façam. Fizemos um concurso que ficou deserto. Já contactámos com diversas empresas que estiveram em S. Miguel e que vieram hoje para o Faial. Neste momento há uma empresa que está interessada nas condições dos cadernos de encargos, mas se não conseguirmos vamos refazer o caderno de encargos e vamos lançar o concurso, porque quem ficar com a Vergolfe vai ter que fazer aqui no Faial não só o Campo de Golfe, mas provavelmente uma unidade hoteleira e vai fazer crescer o desenvolvimento turístico desta ilha.

Quem comprar vai ter que fazer uma unidade hoteleira na Verdegolfe. Aqui no Faial passa-se essa etapa, porque quem ficar com a Verdegolfe será certamente um agrupamento económico capaz, com capacidade financeira para não só fazer o Campo de Golfe, mas também para investir em toda a área adjacente em actividade turística.

Em relação às Termas do Varadouro, elas existem tal como estão há muitos anos. Nós neste momento já encontramos a água mineral que supostamente é também de origem termal. Estamos a fazer um estudo prévio, que pusemos na Câmara Municipal, para rearranjar toda aquela zona. É um compromisso que vamos assumir nesta legislatura.

Quanto ao Clube Naval e reordenamento do Porto da Horta, o Sr. Deputado estava distraído, eu disse na minha intervenção que nós estamos a pensar em adquirir novos barcos e precisamos de posicionar um dos barcos de 90 metros no interior do porto. Isso exige um reestudar toda a posição do Porto. Nós não queremos pôr um ferrybote na zona comercial, porque cada vez mais as medidas de segurança evitam que os passageiros e parte comercial estejam em conjunto.

Hotéis de cinco estrelas, Sr. Deputado?! Hotéis de cinco estrelas foi aquilo que os senhores fizeram no Baía Palace e no Monte Palace. Esses é que são do seu tempo.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Pelo amor de Deus! O Sr. Secretário fale do futuro. Isso é doentio.

O Orador: Nós evoluímos e hoje 50% da nossa capacidade hoteleira é género 4 estrelas. Agora estamos na altura própria para darmos um passo em frente e com esses incentivos que criámos certamente também vamos ter a possibilidade de criar hotéis de 5 estrelas.

Os incentivos, Sr. Deputado, foram discutidos com as Câmaras de Comércio, com as associações empresariais. Alguns vão ser publicados, rapidamente, em Decreto Regulamentar, porque já foram aprovados em Conselho do Governo, outros irão passar por esta Assembleia Legislativa Regional e o senhor terá oportunidade dizer de sua justiça.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bettencourt, devo dizer-lhe que me entristeceu muito ver um faialense fazer o papel que o senhor tentou aqui fazer, de justificar o injustificável...

Deputado Nuno Tomé (PS): É uma nova geração de faialenses.

O Orador: ... e sendo um jovem e, portanto, não sendo por natureza uma pessoa que aceita um conformismo da forma que eu ouvi aqui aceitar, devo dizer que fiquei triste, porque não esperava de si esse papel.

O Dr. Renato Leal quando via as coisas más, pelos menos, ficava calado.

Deputado Paulo Messias (PS): Seja sério, Sr. Deputado!

O Orador: As obras que o senhor aqui enunciou são as mesmas, desde há 8 anos, que todos os anos vão falando que vão fazer, todos os anos há estudos, há reapreciação de estudos, há novos estudos para daqui a 4 anos, quando tiverem perto das eleições, apresentarem um projecto para dizerem que na legislatura seguinte vão completar esse projecto e que vão fazer a obra.

Deputado Nuno Amaral (PS): Olhe que não!

O Orador: As excepções são duas: a nova Escola e a Casa Grande que já há 4 anos começaram as obras que depois pararam.

Essa confiança que o Sr. Deputado diz ter e, infelizmente, esse seu conformismo sabe ao que é que levou? Levou ao resultado eleitoral que os senhores tiveram no Faial no passado dia 17.

Vozes da bancada do PS: De 20 de Fevereiro!

O Orador: Estamos aqui é com o resultado do dia 17 de Outubro e não de 20 de Fevereiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

(*) **Deputado João Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, as características que me apontou não se enquadram em nada na minha forma de ser.

Não é conformismo, Sr. Deputado, é a realidade e uma análise objectiva da situação permitem-me esboçar aquilo que apresentei aqui nesta Câmara.

Relativamente aos resultados das últimas eleições regionais, permita-me que relembre, Sr. Deputado, que a diferença de votos no resultado obtido o Sr. Deputado sabe qual foi e que o Partido Socialista, a nível individual, é o partido mais votado na Ilha do Faial.

Era só.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancas do PS e do Governo)

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Será que o PP não vale votos?

Deputado Costa Pereira (PSD): Vale 200.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A ditadura do tempo não me permite explicações exaustivas, mas elas também não são necessárias, porque sabem tão bem como eu que o que foi dito se demonstra da leitura dos próprios planos socialistas e ficou, aliás, demonstrado com o pedido de desculpas público do Sr. Presidente do Governo em vésperas de eleições regionais.

Agora, percebam de uma vez por todas que, se as promessas de hoje são olhadas com desconfiança no Faial é por culpa própria do Partido Socialista. Não se pode esperar incumprir sistematicamente durante 8 anos e esperar depois obter o benefício da dúvida para novas promessas. Por outro lado, aquela lógica do cumprimento de promessas para a legislatura aqui também não colhe, porque isto já atravessa três legislaturas. Só falta ao Partido Socialista comprometer-se a fazer obras para quando sair do Governo.

Relativamente a esta questão, sinceramente, julgo que não vale a pena dizer mais nada.

Penso que o mínimo exigível ao Partido Socialista era que tivesse humildade e moderação discursiva relativamente ao Faial e que demonstrasse nos actos de governação que, de facto, é digno da credibilidade e da respeitabilidade perdidas em relação a esta ilha, porque o sentimento dominante no Faial foi aquele que eu procurei transmitir e o Sr. Deputado João Bettencourt sabe bem que é assim.

Não gostaria de fazer grandes comentários sobre afirmações de V. Exa. de que o Partido Socialista continua a ser individualmente o partido mais votado, mas permito-me apenas fazer uma graça relativamente a um aspecto: é que V. Exas. passaram a vida a dizer que a Coligação/Açores subtraía. No único círculo eleitoral onde perderam, afinal de contas, ela soma. Decidam-se lá para percebermos qual é a lógica dessas afirmações. A mim soa-me a contradição insaciável.

(Aplausos da bancada do PSD)

Ainda em relação ao Sr. Deputado João Bettencourt gostaria de fazer mais um comentário.

Eu compreendo perfeitamente que, por dever de ofício, se sinta na obrigação de intervir neste debate, que por reverência ou mesmo disciplina partidária se sinta desconfortável em assumir uma atitude crítica em relação ao Governo Socialista. Agora, julgo que é o momento, Sr. Deputado, para decidir se vai ou não pôr os interesses da sua ilha e da sua Região à frente dos interesses do seu partido.

Deputado Nuno Tomé (PS): Não coloque as coisas dessa forma. Isso é demagogia!

O Orador: Eu creio que está genuinamente interessado em defender a sua ilha e a sua Região. Tem apenas o azar de estar num partido...

Deputado Paulo Messias (PS): Que é o maior partido dos Açores.

O Orador: ... que acha o Faial dispensável na aritmética eleitoral.

Desejo-lhe muitas felicidades no duro combate interior que vai travar.

Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Economia, V. Exa. não quer, de facto, debater coisa nenhuma, porque passa a vida a lateralizar e a fazer reflexões históricas de um passado que não conhece e a falar do meu tempo que é uma coisa que não percebo bem o que seja. Mas, se quer falar do tempo, permita que lhe diga

uma coisa. Chegará o tempo em que falar do seu tempo será sinónimo de falar de arrogância, de prepotência e de falta de humildade democrática. Habitue-se à ideia! Só se sabe o que os políticos valem de verdade quando deixam de ter o poder que têm e nós sabemos bem qual é a cotação de V. Exa. no sector turístico empresarial e na bolsa da democracia política açoriana.

Permita-me que lhe peça para alterar a sua postura no debate que eu gostaria de travar em matéria de turismo e noutras matérias para que o mesmo se torne mais produtivo.

V. Exa. só conhece dois tons discursivos: o agressivo e o muito agressivo. O problema é que, se pensarmos bem, os tons que utiliza só servem para intimidar.

Deputado Nuno Tomé (PS): Seja corajoso, não se deixe intimidar!

O Orador: Acho que já teve tempo para perceber que o Grupo Parlamentar do PSD não é intimidável e por essa razão aconselho-o a mudar o discurso, porque o agressivo não lhe dá a razão que não tem, Sr. Secretário, e o muito agressivo é um perfeito desastre em termos de eloquência.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É lamentável que o senhor não venha falar de turismo, mas da minha personalidade. Há quem goste, há quem não goste, há empresários que gostam de mim, há outros que não gostam e certamente o senhor não gosta da minha maneira de ser.

Eu pensei que o senhor vinha falar do turismo em que o Faial no ano passado cresceu 29,4% e foi a ilha que mais cresceu.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Desceu 13%.

O Orador: No seu tempo o Faial estava na cepa torta, ou seja, não andava para trás, nem andava para a frente.

O senhor tinha o Hotel Fayal, tinha o Hotel Horta, que estava fechado, e não havia o Hotel Canal.

Como Director Regional do Turismo, sedado no Faial, o senhor pouco ou nada fez sobre turismo,...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sou Deputado Regional!

O Orador: ... mas isso reflecte uma forma de ser e de estar dos governos anteriores em que o turismo não era para ser levado a sério e por isso colocava-se nesses lugares pessoas que apenas falavam no turismo.

Aquilo que o senhor conseguiu foi apenas algum turismo do Continente, através dum gasto exagerado na promoção que era feita lá e muitas vezes sem qualquer efeito.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Antes dizia que não fazíamos promoção, agora diz que foi exagerada. Afinal em que é que ficamos?

O Orador: Eu vou explicar-lhe.

De 1989 a 1996 vocês conseguiram trazer 96 mil dormidas para a Região, tornando-se mais dependentes do mercado nacional. Passaram de 63% para 72,7%. Nós

crecemos 185 mil dormidas num período semelhante e tornámo-nos menos dependentes do mercado nacional. Isto é que é discutir turismo. O que está aqui em causa é discutir turismo, é o Faial e não a minha personalidade.

Se o senhor não gosta de mim, paciência!

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais ninguém inscrito para esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Gusmão para uma intervenção.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sejamos francos. De todos os planos e orçamentos apresentados pelos Governos socialistas na Região, o que mais dificilmente poderá merecer críticas ferozes será o que inverte uma tendência de décadas de deficit para uma estreia de superavit. Obviamente que o Governo não serve para dar lucro, mas é um sinal de prestígio para a Região quando não dá prejuízo. Pode até ser também por circunstâncias exteriores, mas o costume é que até pelas circunstâncias exteriores o exercício das entidades públicas tenha de ser sempre sinónimo de déficit.

Se associarmos essa boa inovação ao desígnio deste Governo em procurar a Autonomia Financeira, com a qual ao menos as despesas de funcionamento sejam pagas pelas receitas geradas na Região, todos aqueles que, como eu, sempre votaram contra os Planos socialistas, têm boas razões para ao menos dar o benefício da dúvida, ou melhor dizendo, têm razões suficientes para dispensar um voto contra. Certamente que no dia em que este ou outro Governo conseguirem essa mesma Autonomia financeira, aqueles que aqui estiverem têm, então, não só uma boa razão como a obrigação de dar o seu voto favorável.

A Autonomia financeira é a verdadeira razão da Autonomia Política dos Açores. Foi pensando nela, foi com contas e foi com números que, ainda antes do chamado 1º Movimento Autónómico já muitos açorianos reivindicavam a possibilidade de decidir nos Açores aquilo que só a nós diz respeito. Nunca foi impressa nenhuma bandeira com o Açor, com as asas mais ou menos fechadas, com ou sem o escudo e a coroa nacionais, sem que antes se tivessem comparado as nossas próprias receitas aos custos da nossa livre administração.

Portugal contribui porque essa é a sua obrigação, porque aqui, através dos órgãos da Região, também concretizamos as obrigações do Estado. Agora, isso não deve significar que a nossa Autonomia tenha de estar dependente, ou, se me permitem, dependurada nesse mesmo apoio.

Deve sim aproveitá-lo para o investimento. Aliás, não só esse apoio, como até aqueles que resultam das verbas europeias e cujo novo quadro comunitário está aí a surgir.

Outro desígnio que deve estar associado ao da Autonomia financeira é a optimização dos recursos, em termos de dimensão da máquina pública que, com a legislação aprovada, aliás no último Plenário, espero possa, ao fim de três décadas de Autonomia, conhecer uma nova realidade.

Finalmente, e em termos estruturais, que não passam certamente por um só Plano, nem sequer por uma legislatura, é fundamental inverter a tendência da nossa dinâmica populacional. Os Açores não serão uma terra com melhor qualidade de vida quando morarmos todos no mesmo sítio. Cada ilha, cada concelho, cada

freguesia, tem de continuar a ser o melhor sítio do mundo para cada açoriano que nela nasce.

Como factores positivos, reconhecamos os indicadores da evolução da actividade económica, que apresentam valores positivos, tanto no sector primário, como a nível do turismo, comércio e indústria. O sector da construção é aquele onde se verifica algum abrandamento. Eu sei que não é politicamente correcto o que vou dizer, mas digo-o à mesma: ainda bem!

Não que as infraestruturas não sejam importantes. Mas o investimento não pode ser apenas cimento armado, nem as nossas ilhas têm de caminhar para ocupações excessivas do solo, não restando no fim um único espaço em que não haja mais um prédio, mais um qualquer empreendimento ou tão só mais um vistoso chalé, de mármore e leões aperaltado.

Mas, evidentemente que as infra-estruturas são importantes. E este Plano contém um ambicioso pacote de obras, com uma dimensão apreciável, sobretudo se a ele juntarmos aquelas que serão executadas em regime SCUT. Já agora permitam-me que expresse aqui a minha preocupação de que essas estradas sejam de dimensão compatível com o

futuro, para que dentro de poucos anos não se esteja outra vez a discutir alternativas às actuais alternativas

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como aspecto bastante positivo deste Plano, há a registar o reforço das verbas para a agricultura. O turismo está aí. Penso que o principal esforço de infraestruturas que havia a fazer já está feito. Estou de acordo que agora nessa área o objectivo deve ser a qualidade. Agora é bastante positivo que se volte a acarinhar a principal economia das famílias rurais dos Açores: a agricultura. Não há economia sem agricultura, não há ambiente sem agricultura, não há turismo sem agricultura, não há paz social sem agricultura, quase que me atrevo a dizer que não há Açores sem agricultura.

Mas este Plano reforça também as áreas do saber: a educação e a cultura representam agora 16%, podendo chegar a valores bem mais ambiciosos em 2008.

O saber, o conhecimento, a formação, coisa bem diferente da mera informação, são a chave do sucesso de um povo.

É também por isso. Pela importância da cultura, do conhecimento e da formação, que escolhi estas áreas para nelas apresentar aqui três propostas de alteração.

Uma proposta de alteração que abrirá uma rubrica para a melhoria das condições do velho e emblemático Liceu de uma das mais importantes cidades do País: o Liceu Antero de Quental, adquirido e destinado ao saber, em tempos muito difíceis, pelo esforço das entidades locais micaelenses e marienses.

Outra proposta de alteração reforçará a verba destinada à construção da Escola Básica

Integrada de Ponta Garça, permitindo assim que, já este ano, o Governo possa adquirir a área de terreno necessária e ter o Projecto para arrancar com a sua construção.

Finalmente, e não por último, uma proposta de alteração que reforçará os apoios atribuídos às Bandas de Música dos Açores, expoente máximo da nossa cultura, pela dimensão humana que envolve, pela carga de tradição que contém e, ao contrário do que parece, pelo simbolismo de modernidade que representa. As bandas de música

foram fomentadas pelos progressistas do século XIX como forma de levar o povo a participar e ser ele próprio criador de arte, de saber e de conhecimento. Nesse propósito, nem os discos, nem as parabólicas, nem as internetes, as conseguiram substituir.

Como deputado, como cidadão representante de outros cidadãos, apresento aqui três propostas de alteração, ou, se preferirem, três modestas sugestões. Pequenas e modestas, comparando-as com o todo regional. Grandes e importantes porque, tal como todas as outras, têm homens e mulheres, açorianos como nós, que nelas se empenham, como justas e necessárias.

Mas permitam-me que termine referindo que nenhuma destas propostas terá qualquer importância se o Governo Regional, e a maioria que o suporta neste Parlamento, não tiverem a abertura para as poder aceitar.

Honra seja feita a esse espírito de abertura democrático, sobretudo vindo de um Governo que tem uma maioria tão absoluta que pode dispensar qualquer contributo. Não precisam certamente do meu voto para coisa nenhuma e mesmo que precisem, eu, de qualquer forma, vou-me abster, pelas razões que expus ao início.

E como a política não serve apenas para nos criticarmos, permitam-me que manifeste o meu agradecimento pessoal por poder ter sido útil, ainda que modestamente, aos meus concidadãos com quem lido mais proximamente.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate. Vamos fazer um intervalo de 15 minutos e depois passaremos às intervenções finais. Depois voltaremos a fazer outro intervalo para poderem apreciar as propostas de alteração que, entretanto, vão chegar à mesa e depois fazermos a votação dos documentos.

Vamos informar a Câmara dos tempos ainda disponíveis:

Partido Socialista - 48,6 minutos

Governo - 42,9 minutos

Partido Social Democrata - 18,8 minutos

Partido Popular - 10,3 minutos

Deputado Indep. - 1 minuto

Até daqui a 15 minutos.

(Eram 17 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Terminado o debate, vamos entrar no período de intervenções finais.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate que agora termina, o Partido Popular teve oportunidade de manifestar as suas posições sobre o Plano e Orçamento para o corrente ano de 2005, bem como sobre as perspectivas que o Governo apresenta aos Açorianos para os próximos quatro anos.

A nossa participação assentou numa base construtiva, reconhecendo o que está bem, mas não deixando de alertar o Governo e a Assembleia para os aspectos menos positivos da Administração e para as insuficiências de muitas das políticas dirigidas aos principais sectores económicos e sociais da nossa Região.

Desde logo, divergimos do Governo no que respeita ao diagnóstico que é feito da situação económica e social.

O Governo parte do princípio de que a Região passa por uma situação ímpar de crescimento e progresso e que os Açorianos vivem num mar de rosas.

Não é exactamente isso que constatamos no contacto diário com as nossas populações, nem é essa a visão que o CDS/PP tem da situação económica e financeira dos sectores produtivos da nossa Região.

A Agricultura e as Pescas passam por uma evidente crise, que à medida que se prolonga, se afigura cada vez mais estrutural.

Para além das incertezas que afectam estes sectores tradicionais, é visível a quebra de rendimentos que penalizam os seus profissionais.

As Pescas, cujas capturas melhoraram nos últimos dois anos, estão muito longe dos valores atingidos num passado não distante, nomeadamente na pesca industrial, com graves repercussões económicas na indústria conserveira e na insegurança de quem lá trabalha.

A Agricultura passa por uma das suas maiores encruzilhadas. Com a produção limitada, com a desvalorização dos preços do leite e com a recessão da fileira da carne, dias difíceis perseguem a lavoura Açoriana.

Infelizmente a situação é complexa e não é de fácil solução. Se o fosse, certamente que já estava ultrapassada. Mas o primeiro passo para enfrentar o problema, é o seu reconhecimento.

Apelamos ao Governo Regional para que não faça política com a Agricultura, mas que lhe dirija as políticas sérias e adequadas ao seu desenvolvimento, para estancar as sucessivas quebras de rendimento no sector.

Sobre a nova aposta no Turismo, reconhecemos a evidência do surto de investimento privado que possibilitou um significativo crescimento da oferta hoteleira, e registamos, com agrado, o aumento da procura turística e o esforço da abertura aos novos mercados do norte da Europa.

Mas há que reforçar o esforço na promoção da Região, em conjunto com os investidores, para consolidar o crescimento obtido, impedir a quebra nas taxas de ocupação e diminuir a dependência do turismo social e subsidiado.

Paralelamente às dificuldades do sector produtivo, é notório que o comércio nos Açores se debate com uma evidente quebra do poder de compra dos consumidores.

Tivemos também oportunidade de alertar o Governo para a dificuldade crescente na área do emprego, nomeadamente em relação às mulheres com menos qualificações e aos jovens com qualificações superiores.

Embora a taxa de desemprego nos Açores não seja efectivamente preocupante, o facto é que, em 2004, atingimos o maior índice de desemprego desde 1998, o que deve constituir mais uma alerta sobre a capacidade de resposta da frágil economia Açoriana.

Senhor Presidente,

Perante uma quebra generalizada de rendimentos da maioria das famílias Açorianas, o Governo apresentou-se neste Parlamento com um orçamento que classifica como o maior de sempre. Os números apresentados confirmam-no. É neste particular que reside uma aparente contradição.

As famílias Açorianas, em geral, estão com mais dificuldades e cada vez mais endividadas, as actividades económicas estão a passar por situações de crise, os excluídos sociais aumentam, mas o Governo Regional tem cada vez mais dinheiro.

O CDS/PP preferia o contrário. É neste particular que se nota a diferença filosófica entre Democratas Cristãos e Socialistas.

O CDS/PP preferia que as famílias e as empresas tivessem mais rendimentos e dependessem menos do Governo, que por sua vez podia ser menos rico, mais eficiente e menos interventivo na sociedade e no associativismo.

Infelizmente, a sociedade que está cada vez mais pobre, cai na tentação fácil de depender cada vez mais do poder governamental.

Este orçamento para 2005 e as propostas de investimento governamental para os próximos quatro anos, apontam para gastos ambiciosos.

Infelizmente, como o passado já o demonstrou, alguns dos problemas graves da nossa economia e da nossa sociedade não se resolvem atirando-lhes dinheiro, mas antes políticas adequadas, que não surgem claramente definidas nestes documentos.

É verdade que muitos dos projectos de investimento que o Governo Regional inscreveu para 2005 e para os próximos quatro anos, faziam parte dos compromissos do mandato anterior e acabaram por não se concretizar.

O nosso desejo, em nome dos eleitores, é que haja um maior realismo entre a programação prevista para os próximos quatro anos e a efectiva capacidade do Governo Regional a executar.

É preciso dar crédito aos documentos aprovados neste Parlamento e aos compromissos assumidos perante o eleitorado.

O que é para ser feito em 2008, nas vésperas das eleições, não deve ser prometido para 2005.

Foi isso que aconteceu no passado e temos o direito de exigir que não se repita.

De resto, existe a garantia do Governo Regional que não será por falta de meios financeiros que não haverá resposta aos reais problemas da Região.

Como Partido da Oposição, o CDS/PP, que concorda, como é obvio, com grande parte dos investimentos previstos pelo Governo para as nove Ilhas dos Açores, estará firmemente atento ao cumprimento da programação constante dos planos regionais.

No âmbito das reformas necessárias, quer na área económica, quer na área social, infelizmente a ambição governamental ficou muito aquém das expectativas.

Aliás, espera-se que a urgente necessidade de o Governo da República prosseguir, independentemente da sua cor política, com importantes reformas do Estado, em áreas como a Administração Pública e a Saúde, possam influenciar decisiva e positivamente a Região a mudar de políticas.

De resto, no que respeita às relações com Lisboa, aguarda-se que o Governo Regional mantenha perante o Estado uma postura de exigência na defesa dos interesses dos Açores, que são muitos e alguns são determinantes.

A filosofia que está subjacente às principais orientações destes documentos, não corresponde, naturalmente, às perspectivas políticas do CDS/PP.

Compreendemos e respeitamos que o Governo Regional queira consagrar nos documentos aquilo que interpreta como sendo a confiança maioritária que recebeu dos eleitores.

Mas para o fazer, não necessitava de tentar disfarçar algumas crises e problemas sectoriais, nem precisava de aparentar tanta auto-suficiência, seja da sua capacidade, seja dos meios disponíveis.

Se outra tivesse sido a postura e se o Governo e os deputados socialistas prezassem mais os contributos alheios e não revelassem tanta sensibilidade a qualquer crítica ou simples observação, embora como Partido da oposição, possivelmente outra poderia ser a posição final do CDS/PP.

Seja como for, porque colocamos em primeiro plano os Açores e orientamos a nossa participação política numa base construtiva, estaremos sempre disponíveis para cooperar com o Governo dos Açores, naquilo que acharmos correcto e útil ao interesse da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para fazer a intervenção final, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De quatro em quatro anos por esta altura, e nos restantes anos lá para Novembro, o Governo apresenta as suas propostas dos instrumentos planificadores da acção governativa da Região.

Tais instrumentos, por natureza, deveriam ser as matrizes do desenvolvimento que se quer para os Açores.

Da parte do executivo, espera-se a apresentação de propostas que, de facto e por direito, perspectivem os investimentos que tendo sido prometidos devem ser cumpridos.

Ao Parlamento exige-se a análise e avaliação dos documentos e, sobretudo, cabe a votação das propostas de acordo com o juízo político que cada Deputado faça das mesmas.

Porém, predomina neste tipo de debates a distorção daquilo que é o seu verdadeiro sentido – o Futuro.

O Governo para além de apresentar tais documentos de forma geralmente descritiva daquilo que já está escrito, perde-se na referência negativa ao Passado quando este não é da sua responsabilidade ou elogiosa quando tem o seu cunho.

O Governo menciona fria e discretamente o que pretende fazer no Futuro, envolvendo-se, ao invés, acalorada e expressivamente no ataque ao que já passou ou no auto-elogio ao que já fez.

Quando deveria ser exactamente ao contrário.

Deveria enquadrar a sua acção no Passado que determina o que se pode e quer fazer, mas, acima de tudo e essencialmente, delinear consciente e estrategicamente o Futuro e envolver-se entusiasticamente na ambição da construção dos dias vindouros.

Os deputados do PS, dos quais emana e depende o Governo, invertendo a verdadeira, democrática e necessária relação política entre ambas as partes, limitam-se a seguir as pisadas daquele, repetindo em jeito de relatório o que está descrito nos

Planos, por vezes lendo aquilo que o Governo acabara de dizer, desviando os assuntos em debate para a graça fácil e despropositada, mas, sobretudo, investindo o seu tempo de debate e os argumentos das suas intervenções no invariável ataque, em certos e tristes casos meramente pessoal, à oposição e ao Passado que julgam irresponsavelmente não ser seu.

As oposições em geral, na vontade da fiscalização e acompanhamento do que está proposto e da denúncia do que não é previsto, por vezes criticam por criticar, esquecendo-se de lembrar o que está feito ou de apresentar propostas para melhorar os documentos em apreciação.

Neste Debate, como, de resto, tem acontecido, o PSD foi mais além. O PS e o Governo fizeram o mesmo de sempre.

O PSD, para espanto e surpresa da maioria parlamentar, reconheceu o que era feito e que merece o nosso apoio, manifestando, por vezes, mesmo satisfação pelo que está previsto.

No entanto, não prescindiu das suas responsabilidades democráticas, criticou os incumprimentos, desmascarou as ilusões e manifestou as suas discordâncias.

Mas fez mais. Manifestou um profundo sentido de responsabilidade e seriedade política na abordagem dos documentos em causa e, mesmo não aprovando a essencialidade do modelo que lhes está subjacente, apresentou propostas para melhorar o Plano Anual para 2005.

Com o sentido de que, mesmo na Oposição, mas representando legitimamente os açorianos, devemos dar um contributo positivo para a governação da Região.

O PSD olhou para a frente, deu um passo em frente até na forma como normalmente se abordam estes debates, o PS e Governo ficaram no mesmo lugar, fizeram o mesmo de sempre.

O PS governa os Açores há oito anos.

Nos primeiros quatro anos, motivados com a novidade do poder, com ideias diferentes sobre os Açores e mobilizados por uma vontade de governar que antes nunca lhe havia sido concedida pelos açorianos, o PS apresentava as reincidentes desculpas do Passado e da falta de maioria absoluta.

Nos segundos quatro anos, continuou motivado a falar do Passado apresentando a nova desculpa do Governo da República.

O PS, hoje, tem Passado de oito anos e tem Governo na República.

A respeito das desculpas que já não podem existir, não resisto a citar um membro do actual Governo que em Maio de 1997, fresco dos poucos meses de funções e pensando simplisticamente que nunca iria ter Passado, atacava um anterior Secretário Regional na altura Deputado afirmando: “Eu só tenho pena de não ter sido Secretário tanto tempo como V. Exa. foi, porque talvez tivesse conseguido cumprir todas essas promessas. Porém, em 7 meses é um bocadinho difícil”. Fim de citação

Ora, Senhor Secretário Regional da Educação, já tem mais tempo...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo de Meneses*): E mais coisas feitas.

O Orador: ... de responsabilidades governativas que o tal Secretário que o Senhor dizia que tinha “tanto tempo de funções”, já não são só sete meses, e a verdade é que nestes oito anos, não conseguiu cumprir com muitas promessas que fez.

Apesar das distrações pouco ou mal intencionadas de várias intervenções, o PS tem Passado e a expiação das culpas próprias com recurso ao governo da Nação já não é argumento.

Isto é, o PS não tem desculpas.

E quem não tem desculpas, tem culpas.

E o PS tendo a responsabilidade dos últimos anos da governação dos Açores tem de ser responsabilizado por aquilo que apresentou a esta câmara e até agora foi analisado.

Assim, depois do modo, que pelo excesso por vezes se torna em substância, analise-se a matéria.

As Orientações de Médio Prazo são marcadas por uma excessiva generalidade e por uma esquematização técnica e metodológica que tendo valia nos princípios não se encontra aplicada correctamente, estando desligada dos objectivos e programas propostos.

Tal documento aparece com objectivos genéricos, mas sem identificar uma estratégia definida, clara e totalmente assumida.

E era esse o pressuposto da aprovação da legislação que consagrou o Regime Jurídico do Sistema Regional de Planeamento dos Açores.

Pelo menos o sentido da aprovação do PSD de tal diploma implicava que o documento de planeamento de médio prazo seria a chave do desenvolvimento perspectivado para uma legislatura, contendo os princípios estratégicos para o crescimento dos Açores, com base na nossa identidade cultural, histórica e geográfica e no modelo sócio-económico que se entenderia o mais ajustado à nossa Região.

Com efeito, a generalidade é admissível apenas na lei, designadamente quando o artigo 3º do referido diploma se refere que “constituem objectivos do SIRPA o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas dos Açores, promovendo, designadamente, o aproveitamento das suas potencialidades e a compatibilização da política económica com a política social, educacional, cultural e ambiental”.

Não se queria o pormenor excessivo, ou da mera multiplicação do plano anual por quatro exercícios económicos, pretendia-se que o documento identificador das metas a alcançar para quatro anos, fosse para além da generalidade que caracteriza a lei e estabelecesse os caminhos claros de tal percurso.

Efectivamente, muito do que está previsto merece a concordância do PSD, como mereceria o acordo de qualquer força política, como poderia servir uma ou qualquer estratégia de desenvolvimento ou, ainda, o acaso das decisões políticas conjunturais com base em interesses confessáveis ou inconfessáveis de pressões ou satisfações geográficas ou pessoais.

Não merecendo, porém, a aprovação porque não apresenta um modelo de desenvolvimento, e muito menos, o modelo que o PSD apresentou ao eleitorado e defende.

Passados quase trinta anos após a implementação do regime autónomico já era tempo do Governo Regional apresentar ao Parlamento e aos Açorianos um verdadeiro Orçamento e um verdadeiro Plano de Desenvolvimento da Região.

O Governo Regional tem o cuidado de copiar os documentos oficiais da União Europeia, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, mas ainda não é capaz de ser criativo, sem deixar de ser rigoroso, apresentando as metas a atingir na economia regional para 2005.

Conhecemos os números relativos às previsões do crescimento do Produto Interno Bruto da economia internacional, da União Europeia, de Portugal, mas continuamos sem saber qual é a previsão do Governo Regional sobre o crescimento do PIB regional para 2005; continuamos sem saber qual é a previsão do Governo Regional para o comportamento das exportações e das importações; continuamos sem conhecer qual é a previsão do Governo Regional, por exemplo, para a produção de leite nos Açores em 2005; qual a previsão sobre as receitas provenientes do Turismo; não há projecções para o consumo privado nem para o consumo público em 2005, na Região.

Não há projecções para as taxas de crescimento do emprego e continua a apresentar-se valores sem credibilidade sobre a taxa de desemprego, com margens de erro da ordem dos 18%.

Segundo a Proposta de orçamento, a economia nacional irá crescer em 2005, com base no aumento das exportações, no aumento do consumo privado e no aumento do investimento empresarial, quanto à economia regional, não se sabe em quanto irá crescer e com base em quê.

No que respeita, em especial, ao Plano para 2005, valorizamos alguns programas e acções, que merecem a nossa aprovação, como são os casos da Habitação que vê significativamente aumentado o seu peso financeiro; ou o desenvolvimento de actividades científica e tecnológica, que sempre exigiria maior financiamento, ou a reestruturação do sector público empresarial regional cujo impacto extraordinário é de realçar, ou ainda a área da cooperação externa, cujas verbas apesar de diminutas podem potenciar e assinalar outro tipo de crescimento, assim como investimentos previstos em todas as ilhas dos Açores e que registamos com agrado.

Porém, o PSD não aprova a generalidade do documento, pelas razões suficientemente explicitadas durante estes três dias de debate, quer pela perspectiva sectorial quer pela abordagem de ilha feita pelos 19 Deputados do PSD.

Este documento vem marcado por um complexo de grandezas, recentemente acentuado, e que tenta transformar cada Plano Anual no maior de sempre, quando se constata que nas respectivas execuções, e a preços constantes, são vários os anos que já tiveram execução superior por exemplo ao último ano de 2004 – o tal do superávit.

Efectivamente, os maiores planos de sempre transformam-se depois de uma taxa de execução na ordem média dos 75%, em planos inferiores a outros de outros tempos tão atacados.

Para além da previsível taxa de execução demonstrada pelos executivos socialistas dos Açores, constata-se que o actual Plano se encontra claramente empolado pela receita extraordinária da privatização parcial da EDA, que a ser retirada transforma este Plano, logo e à partida, inferior ao do ano anterior.

Mais grave é quando se constata que, partindo da taxa média de execução, este Plano, que, lembre-se, ainda não foi revisto ou reprogramado, veria grandes objectivos de desenvolvimento estratégico sofrerem reduções relativamente a anos

anteriores, como são os casos do eixo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia, que baixaria 8,3% em relação a 2004, ou o objectivo “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades”, que desceria 21,2%.

Por outro lado, uma parcela dos investimentos não faz parte do Plano que os Deputados, os 31 Deputados, conhecem, mas faz parte de investimentos de sociedades anónimas que apenas os Deputados do PS conhecem e exibem ostensivamente, como no caso de alguns troços de estrada na Ilha Terceira a serem pagos pela SPRHI, SA, criada, lembre-se, a respeito da reconstrução das ilhas do Faial e Pico, mas que não foram apresentados à Assembleia.

Rejeitamos ainda que as verbas para investimento correspondam a 37% enquanto as despesas de funcionamento representam 63%, com o excessivo aumento de 7,82% com a aquisição de bens e serviços correntes, que vão contra a necessária racionalização e optimização de recursos que, de resto, o PSD faz reflectir nas suas propostas de alteração. Na medida em que a poupança nos gastos dos serviços públicos poderia fazer obras em várias ilhas e promover o investimento regional.

Refira-se, ainda, que mesmo naquilo que é apresentado pelo Governo como Plano de Investimentos surgem significativas verbas que não visam mais do que pagar despesas de funcionamento.

Por outro lado, constata-se que este Plano que deveria ser para prever os investimentos a realizar em 2005 serve, em parte significativa, para pagar obras realizadas em anos anteriores e já inauguradas.

São os casos, entre outros, e já apresentados, da Escola EB 2,3 do Nordeste, o Matadouro da Ilha Terceira, o Centro Cultural e Congressos de Ponta Delgada, a Variante Ponta Delgada/Lagoa, concluída em 2003 e inaugurada há mais de um ano, o Quartel de Bombeiros da Madalena ou a Escola Secundária da Maia.

O que é, de resto, parcialmente assumido com a existência da acção 1.1.16 do Plano para fecho financeiro de obras concluídas.

Por outro lado, constata-se que de toda a dotação do Plano apenas 28,8% corresponde a acções com previsão superior a 500.000 €, o que demonstra bem da dimensão dos investimentos estruturantes previstos para o próximo ano nos Açores.

Outra marca registada deste Governo é o incumprimento das promessas nas várias Ilhas, que vêm sucessivamente adiada a concretização de compromissos de vários anos.

Sem querer ser exaustivo, sob pena de repetir muito daquilo que foi dito em 3 dias, falo da Pavimentação da Estrada Leste no Corvo, na Recuperação da Zona Histórica de Vila do Porto em Santa Maria, na sala de desmancha das Flores, na reconversão da Estrada Rochela/Lagoa na Graciosa, no novo acesso e ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas ou no Porto do Topo em São Jorge, na Nova Escola Secundária das Lajes do Pico, na Gare Marítima de Passageiros do Porto da Horta, na comparticipação para a Avenida Marginal da Praia da Vitória ou no Parque de Exposições da Terceira, na Escola da Ponta Garça, em Vila Franca do Campo, ou na rede viária de São Miguel.

Quando a mensagem determinada era de que com este Plano e cito se concretizava os compromissos eleitorais do PS, conclui-se claramente que fica muito cumprir e que o marketing político deste Governo ávido, ou melhor superávido, de protagonismo não consegue iludir.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Este Governo socialista de 8 anos tinha mais quatro oportunidades para cumprir as promessas da ilusão.

Com este Plano o PS e o Governo perderam a primeira oportunidade de cumprir o que prometeram.

Por isso mesmo, e para darmos consequência séria às nossas palavras apresentamos propostas de alteração ao Plano Anual para 2005 que concretizam todos os citados incumprimentos do Governo.

Mas com o sentido de responsabilidade que a nossa acção exige, não inventamos verbas ou aumentamos as despesas.

Genericamente, reduzimos as despesas dos Gabinetes do Senhores Secretários Regionais em 4,92%, não pondo assim em causa a sua funcionalidade, tendo, de resto, em conta que no ano transacto não foi executado mais de 95% daquilo que estava previsto neste âmbito, e baixamos várias despesas de funcionamento que estão presentes no Plano.

No fundo e na verdade, dando mais verdade ao Plano, na medida em que passamos para despesas de investimento aquilo que estava previsto como despesas de funcionamento.

Por outro lado, na nossa óptica alguns programas que concretizariam uma diferente ideia de Região e um distinto conceito de Desenvolvimento não estão devidamente dotados.

Entendemos que deveria haver uma redução de 20% no preço das passagens aéreas inter-ilhas, através do aumento das indemnizações compensatórias à SATA.

Com o alcance social de tal medida, que abrange residentes e não residentes cerca de 381.000 por ano) e com efeito económico de promover o turismo, dar-se-ia um passo importante no sentido da aproximação sócio-económica das várias parcelas dos Açores, que deveria constituir desiderato fundamental de qualquer estratégia de intervenção política na Região.

Na perspectiva social que temos do desenvolvimento, na importância para o crescimento da nossa sociedade que os equipamentos para os mais jovens e para os mais idosos têm, na qualidade de vida que do princípio ao fim da existência todos têm direito, acrescido na medida das fragilidades, propomos o reforço em 30% das verbas para o apoio a equipamentos para a infância, juventude e idosos.

Considerando o drama que é a toxicodependência e os efeitos nefastos que tem nas pessoas, nas famílias, nas comunidades, e na economia, julgamos prioritária uma intervenção significativa ao nível da prevenção, por isso propomos o aumento de 30% das verbas para essa área.

Entendendo que a Agricultura é um sector importante para a nossa sociedade e economia, e que a sua modernização é decisiva para o desenvolvimento, entendemos que a promoção do emparcelamento deveria ser entendida com maior significado financeiro, propondo um reforço de 100% da respectiva dotação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Só isso!

O Orador: Diz o Sr. Vice-Presidente do Governo: “só isso”. Obviamente que entendemos que mais verbas seriam necessárias para atacar o flagelo tão importante como a toxicodependência.

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: No entanto, este Governo e o Partido Socialista tiveram a oportunidade de propor mais e no Programa de Governo que os senhores apresentaram, e que o Sr. é Vice-Presidente, tem menos do que aquilo que nós propomos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Muitas outras áreas suscitam a nossa preocupação e exigem outra abordagem pública, como a Saúde, a Educação, o Ambiente ou a Cultura.

No entanto, porque não nos compete fazer um integral Plano de Investimentos, porque nem temos responsabilidades de o executar, apresentamos contributos que se nos afiguram essenciais para auxiliar a acção governativa.

Com isso, mais uma vez, sem que isso fosse necessário, provamos que o PSD, de uma forma frontal, responsável e séria, critica quando está mal, aprecia o que está bem, mas apresenta propostas que melhorem a vida dos açorianos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não está em causa o julgamento eleitoral que já foi feito em Outubro passado, está em causa, sim, o exercício legítimo, necessário e democrático de fiscalização, avaliação e acção da oposição.

E é necessário realçar a legitimidade da nossa acção.

Deputado Alberto Pereira (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Porque a vossa permanente postura parece pretender fazer crer que os 31 Deputados do PS estão aqui porque os açorianos quiseram mas os 19 do PSD estão aqui, se calhar e apenas, porque quisemos.

Deputados Mark Marques e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nada mais falso, pois e infelizmente é preciso lembrar, cada um de nós, os 31 do PS, os 19 do PSD, o Deputado do CDS-PP e o deputado independente, todos nós estamos aqui porque os açorianos escolheram porque os açorianos assim quiseram sem diferença de legitimidade ou direito democrático.

Com algumas boas intenções, com certas concretizações que merecem a nossa aprovação, mas pela sua generalidade, por não ambicionar um Futuro melhor, por reduzir o investimento nalguns objectivos, por gastar significativamente mais nas despesas correntes do que no investimento, por pagar o Passado e não investir no Futuro, por não cumprir o que foi prometido estes documentos não merecem a nossa aprovação.

E é esta postura acomodada e de gestão de médias e probabilidades que marca este documento, sem o arrojo de encontrar e indicar novos caminhos de desenvolvimento com o próximo quadro Comunitário de Apoio, ou com uma nova Lei de Finanças Regionais que era a primeira prioridade do Programa Eleitoral do PS, passando a mera possibilidade aquando da discussão do Programa de Governo e agora é completa e propositadamente esquecida neste debate, ou com a aposta em sectores estratégicos para o nosso crescimento e auto-suficiência, como as relações externas, na potenciação a todos os níveis da nossa relação com o mundo, ou o decisivo sector energético ao nível do nosso imenso potencial no que concerne a energias renováveis, que escandalosamente nem mereceu uma única palavra do Senhor Secretário Regional da Economia.

É, no fundo, esta falta de olhar em frente, de querer mais e melhor e acreditar de que somos capazes de alcançar, de ansiar, procurar, buscar o Futuro, que falta aos

documentos em análise, e que entendemos ser decisivo para as conquistas de amanhã.

Sabendo-se que nunca está tudo previsto, que nunca está tudo feito, e que não pode exigir-se tudo de uma vez, da nossa parte esperem sempre uma vontade imensa de ver os Açores a crescer, de sentir o desenvolvimento em cada uma das nossas nove ilhas, de cada vez que falarmos com um açoriano acreditarmos que se realiza na sua terra, de pensarmos e concretizarmos a cada dia e em cada lugar os Açores que não tendo uma única cor ou vontade todos nós legitimamente representamos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não, Senhor Presidente da Assembleia; Não, Senhor Presidente do Governo; Não, Senhoras e Senhores Deputados; Não, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Este espaço, onde nos encontramos em são trabalho e gostoso dever, não é um aquário nem uma estufa, nem é só lugar, diga-se, para apresentar relatórios, vulgo actas.

Não é, não pode, nem deve ser, – do domínio da ficção científica, da irrealdade, nem de qualquer artificialismo, que porventura o espaço possa sugerir.

Aqueles que aqui se encontram – apesar da voltagem eléctrica e do ar condicionado – , são os legítimos representantes do povo açoriano.

Democrática e legitimamente eleitos. Sem contestação material ou de processualismo eleitoral e que devem, por isso mesmo, com vigor e paixão, tirar todas as virtualidade do palco parlamentar.

Por isso mesmo – apesar das dificuldades de transmissão fidedigna daquilo que, por vezes, aqui ocorre, com transparência e lealdade, ao povo que servimos – o momento actual é indissociável das cruas realidades, políticas, partidárias e de conjunturas sociais.

No momento em que discutimos – e vamos aprovar – o Plano e Orçamento para 2005, bem como as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, propostas pelo Governo Regional, fazêmo-lo num quadro em que a realidade política nacional afastou, por indecência e má-figura, a Coligação de Direita (em “reprise” de farsa) do Governo da República; em que o Pacto de Estabilidade foi revisto e flexibilizado; em que se discute o próximo Quadro Comunitário de Apoio e o papel das Regiões Ultraperiféricas Europeias.

Fazêmo-lo, também, num quadro político-partidário muito concreto e definido a nível regional: o da estrondosa derrota da Coligação e suas sequelas.

À direita, a dissidência de um deputado, que, conjugada com a derrota nacional, levou a um realinhamento estratégico e autónomo do PP-Açores, onde a experiência política e carisma do seu líder histórico, aliada à sua destreza táctico-negocial, será fundamental à sobrevivência do seu partido nos Açores.

A situação do PSD-Açores é mais dramática. A derrota histórica, mas ainda traumática de 1996, e a sua massiva e sucessiva repetição, tem levado também a

sucessivos e dramáticos ajustes internos, e já ninguém duvida que o seu D. Sebastião soçobrou no Alcácer-Quibir regional – as eleições de Outubro de 2004.

Ninguém melhor do que o próprio sabe disso. E passou a agir em conformidade.

Já ninguém, de bom-senso e razoável formação, duvida que a recandidatura de Victor Cruz foi o estratagema, imposto pelas duras circunstâncias, de continuar a permitir uma fuga, ao nível da sua carreira política, para o espaço nacional.

As escandalosas ausências de Cruz, logo após a sua reeleição partidária, da cena política regional, de que esta importante reunião plenária é a prova cabal...

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado.

O Orador: ... (e onde só fez que veio, perante o peso do assobio das últimas jornadas parlamentares do GPPS), traduzem uma indesmentível realidade: o PSD-Açores já não tem líder, está em instável co-gestão de jovens turcos – e Cruz só aceitou pagar o preço da responsabilidade política pelos resultados das próximas autárquicas por troca com quatro anos de contrato na República, que a maioria absoluta do PS garante.

Esta é a verdade. O PSD-Açores está sem líder. Após a derrota nas próximas autárquicas, e afora o episódio das eleições presidenciais (em termos de danos político-partidários regionais, entenda-se) afinam-se as ambições e as facas “laranja”, para a disputa da liderança que corresponderá ao oásis eleitoral 2006-2008.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até lá teremos uma oposição a prestações, dando de si e das suas obrigações democráticas – esta confrangedora imagem. O PSD ainda amarga vinte anos de semi-despotismo de fachada democrática. Esta turma dirigente ainda é a Baby-Bosco. Com crescimento interrompido por precoce falta de colo. Eternamente amarga e confusa pela falta do afago do poder, a que julgavam ter direito a progredir, como na função pública;...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mau gosto.

O Orador: ...poder que julgavam seu por inércia, e que o povo sábia e claramente retirou, por dobradas razões: a saturação do pai, primeiro; e o desprezo pelos reclamados e tantos herdeiros, cuja vacuidade e prosápia sempre foram mais certas do que as dubitativas virtudes e competências.

Sr. Presidente da Assembleia; Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta realidade enformadora da actual situação política açoriana ficou – repito - claramente radiografada neste debate.

Esta a verdade que, com realismo e honestidade intelectual, qualquer representante do povo tem o dever de apregoar.

Por tudo isto – e não por episódica habilidade parlamentar -, quando, durante a presente sessão, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, assumindo de facto o comando das desmobilizadas tropas do PSD, tentou uma impossível fuga para a frente, em desesperada e impossível moralização das suas esfrangalhadas hostes partidárias, lembrei-lhe um necessário retrato político, o estado do PSD-Açores, glosando um famoso poema de Drumond de Andrade. Com repentismo e improvisado.

Deputado Mark Marques (PSD): Outro!

Deputado Alberto Pereira (PSD): Outra vez?!

O Orador: Por tal razão, não recordei então – falha de que me penitencio – que tal poema tem duas partes e sete versos. Em adaptação livre, fiquei-me pela primeira. Em tributo democrático, há que reconhecer, que o principal partido da oposição merece a adaptação integral. Cá vai, com a devida vénia. O título é : “Quadrilha. José Manuel amava Clélio, que amava Pedro, que amava Victor, que amava Berta...que não amava ninguém.

José Manuel não foi para a Europa, Clélio não vai para a Câmara da Praia,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Que grande nível! Muito bem fica para quem representa os Açores.

O Orador: ... Pedro morreu na Comissão Eventual, Victor ficou em Lisboa, ninguém se suicidou (graças a Deus!)... e Berta não entra na História. (Com H grande, note-se!)”.

Deputado Costa Pereira (PSD): Que vergonha!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia; Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Deputados; Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar do atrás exposto, e talvez por causa disso mesmo, a presente reunião plenária foi verdadeiramente importante – pelo menos para aqueles, que são e serão cada vez em maior número, que entendem as coisas da Cidade como estando acima das trocas de favores e da percepção e precisão de subsídios...

Discutiu-se e aprovou-se a revisão da nossa Lei Eleitoral. Por ampla maioria, espelhando um alargado consenso social, parlamentar e extra-parlamentar. Apesar de alguma comunicação social, ter confundido consenso com unanimidade.

Também alguns afirmaram que esta Assembleia aprovou a proposta do Partido Socialista. E a proposta aprovada é, de direito e regra parlamentar, do Partido Socialista e do Partido Popular. De resto, os trabalhos da Comissão respectiva foram pública e amplamente divulgados. Por isso mesmo, todos sabem que a proposta aprovada não é só do partido da maioria, e não foi aprovada sem alteração de uma vírgula, antes sendo uma amálgama das três propostas presentes à respectiva Comissão. Também nós gostaríamos, apesar de tudo, que este amplo consenso fosse ainda mais *imenso*.

Passemos adiante, e ao relevante: foi pois aprovada uma alteração cirúrgica mas de grande alcance ao nosso sistema eleitoral, que no próximo dia 11, e em tempo, uma deputação desta Assembleia fará entrega, formal e solene, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, o açoriano Jaime Gama.

Esta reunião plenária também serviu e servirá ainda para a discussão e aprovação dos documentos consubstanciadores das propostas de orientação de médio prazo 2005-2008, Plano e Orçamento de 2005.

São documentos estratégicos cuja importância, por reconhecida, dispensa justificações. Detenho-me então nas suas grandes linhas de orientação.

Desde logo, tendo presente que os documentos em análise são absolutamente coerentes com o Programa que o Governo tempestivamente apresentou a esta Assembleia, e por ela foi sufragado. Na sequência, aliás, como é bom de ver, lógica e genética, dos compromissos eleitorais que o Partido Socialista contratualizou com os açorianos.

É certo que, na sequência das novas regras atinentes ao Sistema Regional de Planeamento, tempestivamente aprovado nesta Assembleia por unanimidade, o Plano de Médio Prazo, *quo tale*, desapareceu, dando lugar às Orientações de Médio Prazo (OMP).

Alguns, porém, carentes e saudosos de verem todos os seus caminhos em letra de forma, logo se tentaram, no argumento fácil e choro demagógico, de incumprimentos putativos e propagandas fáceis. Como se os compromissos do governo não fossem de legislatura. O desmame do argumento primário dará lugar, estamos certos, a um novo tipo de agentes políticos fiscalizadores, que fará esquecer, sem saudade, os guarda-livros de pequenas, médias e grandes empreitadas.

As OMP perspectivam confiança e estabilidade: os indicadores do investimento, produtividade, emprego e rendimento disponível crescerão a taxas superiores à média nacional e comunitária, garantindo a convergência, real e nominal, com a República e a União Europeia.

O objectivo assumido é o de prosseguir uma estratégia global de desenvolvimento, com crescimento económico, pleno emprego, coesão social e rigor e equilíbrio nas finanças públicas – sem qualquer endividamento directo da Região.

O objectivo sonhado é o do investimento público ser na íntegra suportado pelas receitas próprias da Região, transferências da União Europeia e do Orçamento de Estado, enquanto as despesas de funcionamento da Administração Regional serão financiadas pelas receitas próprias da Região.

Tudo isto é possível face à evolução favorável das nossas receitas próprias, quer pelo crescimento dinâmico da actividade económica regional, quer pela mais rigorosa precisão e reivindicação na determinação das receitas que nos cabem e a transferir. Essa postura reivindicativa e ganhadora, é responsável pelo superavit do ano transacto, que tanta impressão faz aos herdeiros-sucedores da guerra das bandeiras.

Vamos continuar – pois – a impulsionar o crescimento económico, o aumento do emprego, a consolidação das nossas finanças, a contenção da dívida pública e um crescimento sustentado do investimento, público e privado.

Continuando a apostar nos sectores tradicionais da nossa economia. No turismo e na captação de investimento externo reprodutivo e com incorporação de capital tecnológico. Garantindo e reforçando a coesão social, a igualdade de oportunidades, combatendo as velhas e novas formas de pobreza e de exclusão social; o investimento continuado em infra-estruturas da saúde, no prosseguimento das políticas de informatização do SRS e da telemedicina – um investimento departamental que crescerá cerca de 70% - são bem elucidativos acerca da aposta nos sectores sociais.

A aposta no capital humano, na vertente da formação, inovação e tecnologia, com repercussão multiplicadora na economia; o reforço da nossa identidade, através da inserção social, cultura e mobilidade – perpassam igualmente de forma qualitativa e quantitativa pelos documentos que analisámos.

Sr. Presidente da Assembleia; Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Deputados; Sra. e Srs. Membros do Governo:

É pena que a auspiciosa realidade, consubstanciada nos documentos ora em análise, tenha merecido da oposição, uma análise destrutiva, preconceituosa e simples. Por vezes mesmo simplícia. O que só prova que há tradições que é preciso rever.

E se é verdade que tal comportamento confirma o diagnóstico acerca do seu estado, real e moral, de grupo cujo pastor está fora, a fazer pela vida – ainda assim se há-de dizer e repetir que a sua completa baralhação táctica, de votar contra e apresentar propostas de alteração – sempre as mesmas propostas de alteração: demagógicas e irrealistas; sempre os mesmos números de circo; sempre a tentação pelos mesmos planos soviéticos: reduzir o preço de bens e serviços à custa do erário público; propor bodos à custa dos malfadados Gabinetes – saberão ao menos, a propósito, os senhores deputados do PSD que este trauma é puramente mimético, e remonta ao longínquo orçamento de 1992?

Assim vai o PSD. Lá e cá.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não vai, não.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E os Açores?

O Orador: Pela nossa parte, vamos continuar a esperança e vamos continuar a cumprir. Com renovada força e determinação. Aprovando. Evoluindo. Mudando. Com coerência, juntando velhos e novos protagonistas.

Porque temos um rumo. Temos muitos obreiros que abraçam a tarefa. E, sobretudo, temos um referencial de estabilidade, competência, experiência e carisma: Carlos César.

E afora a bondade dos perenes princípios e o génio político da liderança, continuamos prontos para evoluir e rediscutir quase tudo, porque os açorianos estão primeiro.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Cabe-me, como Presidente do Governo, proceder ao encerramento, nesta ocasião, dos debates parlamentares, que nos ocuparam estes últimos três dias, sobre as propostas, por nós apresentadas, do plano de investimentos e do orçamento para 2005 e das orientações de médio prazo que enformarão a actividade governativa e influenciarão a evolução da nossa vida económica e social nos próximos quatro anos.

Bem sei que na tradição parlamentar de apreciação e votação destes documentos, particularmente na sequência imediata de um acto eleitoral que deixa sempre sequelas entre o partido vencedor e os vencidos, não é fácil para a oposição disponibilizar-se para o diálogo com o governo e, sendo assim, ainda mais difícil é, para o governo, satisfazer as pretensões da oposição. Neste caso, a tarefa do governo era mesmo impossível já que o principal partido da oposição, ainda antes de iniciada a discussão no parlamento, anunciou que, apesar de ter a intenção de apresentar propostas de alteração aos documentos em análise, iria votar contra todos eles – mesmo que as suas propostas de alteração fossem aprovadas e quaisquer que fossem os esclarecimentos e correcções que o governo promovesse.

Nem o apelo feito há dias pelo Doutor Reis Leite, Presidente da Mesa do Congresso do PSD e antigo Presidente deste Parlamento, que aconselhava todos os quadrantes

políticos a apoiar as nossas propostas de planeamento com mais entusiasmo, demoveu a oposição.

Sem um rumo certo, o principal partido da oposição acusa-nos de não fazer reflectir na estrutura dos planos de investimentos compromissos que assumimos perante o eleitorado, mas, simultaneamente, fundamenta o aviso prévio do seu voto contra na incompatibilidade política dos projectos eleitorais de ambos os partidos. Ou seja, de forma curiosa, o maior partido da oposição mostrou ainda não ter decidido se quer ser o melhor zelador dos compromissos eleitorais do partido do governo ou se quer ser o maior opositor do programa governamental.

Deputados Francisco Coelho e José San-Bento (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A verdade é que, enquanto a oposição não se decide, quem não deve nem pode esperar é o governo e o partido que o apoia, os quais assumem, perante os Açorianos, os compromissos concretos, plasmados nos documentos que serão aprovados dentro em pouco, que asseguram a continuidade inovadora e o espírito reformista com que temos vindo a trabalhar nestes últimos oito anos.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Tais foram as transformações positivas ocorridas nesse período que já não vale a pena compararmos os nossos Açores com aquilo que se passava em 1996, quando recebemos uma Região falida, estagnada e sem perspectivas. Hoje, mau grado muitas insuficiências e algumas fragilidades, multiplicam-se sinais vitais, na nossa sociedade, de confiança, de entusiasmo ou de esperança, reconhecendo-se um percurso de recuperação e desenvolvimento, ou, perante as dificuldades, de certeza em as amenizar ou superar.

Os Açorianos, os agentes económicos e sociais, identificam, com facilidade, o modelo de desenvolvimento que foi traçado; sabem, os empresários, que podem e têm que investir e gerir com qualidade os seus negócios; sabem que cabe ao governo, sem hesitar, a função de os apoiar, de promover o embaratecimento dos custos e a facilitação dos circuitos da economia; sabem que as nossas finanças públicas são cuidadas dia a dia, para não nos faltarem quando delas continuarem a precisar e não acontecer a desgraça que vai actualmente pelo País; sabem que, perante as mais recentes dificuldades dos sectores tradicionais da nossa economia, particularmente na agricultura, no sector conserveiro ou no comércio tradicional, respondemos, prontamente, com o reforço orçamental dos apoios governamentais à sua modernização, capitalização, competitividade e diversificação. Sabem, os Açorianos, que nos comprometemos a abrir um novo eixo de desenvolvimento e emprego com o turismo, e que ele aí está a crescer ano após ano; sabem que, todo esse movimento de definição reestruturadora é assente num enorme esforço requalificador dos recursos humanos e das práticas ambientais, num quadro fortemente assegurador dos meios de protecção e de inclusão sociais; sabem que o governo sabe que a melhor forma de transmitirmos sustentação à nossa Autonomia Açoriana, que está a ser ampliada nas suas competências e atribuições próprias, é através dos êxitos acumulados pelo nosso sistema de auto governo, pela melhoria da nossa capacidade de fazer bem e de forma sustentada e duradoura.

Contamos, nos próximos quatro anos – se se mantiverem os indicadores actuais de referência de financiamento do investimento público e de apoio ao investimento privado – assegurar a manutenção do crescimento dinâmico da nossa economia e da produtividade, prosseguindo a convergência nacional e europeia que iniciámos em 1998 e 1999, aumentando a população empregada, que já cresceu cerca de 20% nos últimos oito anos, melhorando o rendimento das famílias, como tem acontecido também neste período, ao contrário do que aqui foi afirmado pelo Sr. Deputado do PP, e cumprindo o que anunciámos aos Açorianos nas últimas eleições regionais. Os compromissos assumidos, comigo são para cumprir. Sei – todos o sabemos – que surgem, com frequência, contratempos que prejudicam a concretização de projectos, ou circunstâncias que alteram prioridades, desaconselham, por vezes, os caminhos inicialmente traçados ou suscitam a necessidade de avançar com medidas ou investimentos não previstos. A função de um Governo, atento e inovador, é, exactamente, a de nunca recusar essa capacidade de reelaboração. Nesses casos, devidamente fundamentados, assumiremos, tal como o fizemos no passado, a responsabilidade de os explicar perante os Açorianos.

Contamos, de igual modo, com efeitos positivos nos Açores através da recuperação da grave situação em que se encontra a economia continental portuguesa, mas, entretanto, não aceitaremos que da boa gestão das finanças públicas regionais e dos sucessos que temos conseguido na evolução dos principais indicadores económicos e sociais, venhamos a ser penalizados, como já estava a acontecer, por medidas onerosas que se mostram necessárias, exclusivamente, pelos maus resultados da má gestão que caracterizou, nos últimos anos, a administração central.

Apesar do peso decrescente das contribuições directas do Estado para a despesa pública regional ser também resultante do crescendo de receitas próprias da Região, a verdade é que os últimos governos de Portugal têm-se afastado cada vez mais das suas responsabilidades face às regiões insulares. Acumulam-se, todos os meses, problemas dos Açores que estão pendentes do apoio do Governo da República, ou mesmo que a este compete por inteiro resolver; acumulam-se os incumprimentos e as dívidas à Região, sejam de receitas fiscais e de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais, sejam de verbas da convergência do tarifário eléctrico, da ADSE, do Totoloto, do Euromilhões, da segurança social, da rede de leitura pública, do apoio judiciário ou de protocolos, entre outros, da luta contra a droga e contra a toxicodependência. Protocolos com o Instituto Nacional de Habitação para construção de habitações sociais foram inviabilizados, a participação apoiada de atletas e de formações desportivas em competições nacionais vai sendo abandonada, o acesso a fundos comunitários alocados ao Continente e não aproveitados é-nos negado com prejuízo para próprio País, investimentos aeroportuários e na navegação aérea são sistematicamente adiados, continuamos sem acesso à base de dados dos nossos contribuintes fiscais e em questões como o Acordo das Lajes e a complementaridade gratuita do Serviço Nacional de Saúde pouco ou nada progredimos. É momento, pois, de reequacionarmos esses e outros aspectos, procurando um novo encontro de soluções, agora que o País também escolheu um novo rumo.

Quero ser muito claro com todas as senhoras e senhores deputados e com os Açorianos em geral neste assunto: em Novembro passado, afirmei que o Governo

Regional não faria nunca oposição partidária ao então Governo da República, tal como não admitiria que este lhe fizesse com a presunção de transformar os Açores num terminal das suas ambições políticas hegemónicas. Pois bem, mudado o interlocutor importa dizer que aqui não mudamos de política: importa dizer que não subordinamos a concretização dos interesses dos Açores à natural solidariedade resultante da actual similitude partidária entre os governos regional e da República, nem admitiremos que os Açores se transformem num ancoradouro tranquilo para o esquecimento ou as desconsiderações da administração central.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Lembro, mais uma vez, que, ao contrário da oposição ao governo neste parlamento, não me candidatei a estas últimas eleições regionais em coligação com o Governo da República – candidatei-me, sim, em “Coligação com todos os Açorianos”.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional apresentou, mais uma vez, a esta Assembleia um Orçamento equilibrado, cumprindo o estipulado quanto ao endividamento zero e desenvolvendo o maior esforço de informação e transparência, quer no que se refere à estrutura das receitas, quer no que toca à origem e descrição dos investimentos. Tal como no passado, voltamos a evidenciar duas tendências positivas: a da contenção dos gastos correntes de funcionamento da Administração Pública Regional e a da afectação de um volume crescente de recursos financeiros para as despesas económicas e sociais de investimento.

Com o propósito de agilizar procedimentos e descentralizar funções específicas de gestão e de investimento – e, à semelhança do que acontece no País, na Europa e a outros níveis da administração como as autarquias locais açorianas – temos canalizado, e vamos continuar a fazê-lo, muitas iniciativas, investimentos e funções através de sociedades anónimas de capitais públicos, ou maioritariamente públicos. O Plano e o Orçamento da Região para 2005, bem como as participações europeias associadas, ilustram que, também nestes casos, onde a boa gestão será sempre essencial, a saúde financeira e a satisfação de compromissos estarão sempre garantidas. Propicia-se, assim, um crescimento de dinamismo em clima de estabilidade, reforçando a confiança entre os agentes económicos, auditados e comprovados que estão os índices de segurança e de credibilidade das nossas finanças públicas pelas mais prestigiadas organizações internacionais da especialidade.

Com o propósito de animar as economias mais frágeis das nossas ilhas, com mercados mais reduzidos, o Governo está a tomar medidas e iniciativas legislativas que proporcionarão uma majoração selectiva dos incentivos financeiros e fiscais às empresas e, também, programando parcerias com privados para a revitalização de

investimentos de alto valor estruturante e reprodutivo para essas economias locais. Ao nível de determinados tarifários públicos, com conexão directa com as actividades económicas nessas ilhas, poderão, igualmente, ser introduzidas diferenciações positivas. Monitorizaremos, de forma cuidada, o impacto microeconómico desses esforços, introduzindo, ao longo do tempo, as modificações que se mostrarem adequadas.

Sras. e Srs. Deputados:

Repetidos que foram, ao longo destes três dias de debate, os vectores estratégicos e os objectivos estruturantes que tipificam o planeamento para este quadriénio, não vos escondo, neste momento, quanto gostaria e quanto me esforçarei para que, em alguns aspectos sub-sectoriais, ganhemos outra dimensão concretizadora e outros avanços.

É preciso fazer sempre mais.

- Vejo aumentar o emprego na nossa Região, mas quero que se criem progressivamente mais condições para reforçar a empregabilidade dos nossos jovens licenciados e das mulheres;

- Vejo cada vez mais jovens e mais activos com formação profissional específica, mas tem que haver maior produtividade e melhores remunerações no trabalho especializado;

- Vejo surgirem mais e melhores iniciativas empresariais e mais apoios do governo, mas é preciso acelerar ainda mais a fluidez da análise e processamento dos incentivos e avaliar permanentemente a sua aplicação e os seus efeitos;

- Vejo o impacto ascensional das nossas políticas de promoção do turismo, mas quero que elas tenham todos os efeitos possíveis, compatibilizáveis com os interesses dos operadores privados, nas ilhas mais pequenas;

- Vejo o enorme avanço que conseguimos no transporte aéreo e marítimo entre as ilhas, mas particularmente neste último, quero mais eficiência e mais qualidade nos serviços prestados;

- Vejo, com muito agrado, as melhorias na produção, distribuição e tarifário eléctrico, mas quero que a aposta nas energias renováveis seja determinante no investimento do sector;

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: - Vejo que conseguimos operar uma importante requalificação e rejuvenescimento no efectivo dos funcionários e agentes da administração pública, mas são necessários objectivos de gestão, simplificações procedimentais e controlo de eficiências em muitas áreas;

- Vejo que emerge nos Açores uma cultura de protecção ambiental, mas é imprescindível uma maior participação e responsabilização, não apenas do governo, mas dos cidadãos, das empresas, das organizações não governamentais, das associações profissionais e das instituições de investigação; vejo como desafios irrecusáveis desta legislatura a implementação dos Planos Especiais de Ordenamento das Bacias Hidrográficas e os da Gestão de Resíduos;

- Vejo como melhorámos a vida, a actividade e as infra-estruturas que servem os nossos pescadores, mas quero que aproveitemos as oportunidades de financiamento que conseguimos para a modernização da frota e que aproveitemos também todo o potencial de assessoria e orientação do Departamento de Oceanografia e Pescas da

Universidade dos Açores, bem como avançar, o mais depressa possível, na certificação do pescado;

- Vejo que é preciso dar passos mais seguros na certificação da carne dos Açores, na reestruturação da vinha, no incentivo a culturas tradicionais que podem reganhar peso e rendimento, na diversificação produtiva, no redimensionamento das explorações agro-pecuárias, na sanidade animal e vegetal e na valorização de sinergias entre a produção, a transformação e a comercialização nas fileiras do leite e da carne;

- Vejo que a nossa Região tem sido exemplar no aproveitamento dos fundos e programas comunitários que lhe têm sido disponibilizados, mas quero que se faça um grande esforço de controlo de execução no período entre o III Quadro Comunitário de Apoio e o seguinte, em 2006 e até 2008, para que não se percam fundos, e que o Governo da República nos apoie activamente, no plano negocial, para uma definição vantajosa do novo período de programação entre 2007 e 2013;

- Vejo o progresso extraordinário que se operou nas nossas estradas, mas quero que esta legislatura seja marcada pela conclusão da regularização de toda a rede viária principal e com o avanço do projecto das SCUTS conforme está programado;

- Vejo que nenhum outro governo proporcionou mais habitação aos açorianos do que aquelas que foram proporcionadas pelos governos a que tenho presidido, mas é imprescindível continuarmos neste 4 anos com essa marca positiva da nossa governação;

- Vejo como saltámos da incipiência e desarticulação do sistema regional de protecção civil para altos níveis de investimentos e eficiências, mas quero que avancemos para os Planos Especiais de Emergência e para uma verdadeira Emergência Médica;

- Vejo a necessidade de prosseguirmos as políticas inclusivas da sociedade de informação;

- Vejo que fizemos reformas profundas no sistema educativo e uma excepcional reestruturação do parque escolar, mas tem que haver um maior acompanhamento e avaliação da qualidade da prestação do ensino e um maior esforço para o sucesso escolar com a execução de projectos individuais nas escolas e nas famílias;

- Sei que até a oposição reconhece o valor do nosso trabalho nas áreas da protecção social, mas quero mais centros de actividades ocupacionais para pessoas com deficiência e um plano de eliminação de barreiras arquitectónicas nos acessos a serviços de atendimento da administração pública; quero mais fiscalização em todas as instituições de acolhimento; mais apoio aos imigrantes;

- Vejo que a acessibilidade aos cuidados de saúde tem aumentado, mas quero mais médicos espalhados pelas nossas ilhas nestes próximos quatro anos e mais serviços de telemedicina; quero mais acesso médico na recuperação dos toxicodependentes e que sejam melhor apoiados na sua reinserção social e profissional;

- Vejo que, correspondendo ao acréscimo de verbas para a Cultura nesta legislatura, temos que avançar mais na acessibilidade à fruição de bens e manifestações culturais e dar mais apoio à criação artística.

Em geral, precisamos de preconizar a qualidade, a auto-avaliação, os mecanismos inspectivos e fiscalizadores, a ética, a moralização, o respeito pela lei e a cidadania.

Os nossos desafios mais decisivos estão claramente identificados. Importa continuar a trabalhar, com a máxima competência, com todo o entusiasmo.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Há oito anos que o PSD é, nesta Assembleia, fiel a si próprio: deixou, em 1996, a Região no caos, e, todos os anos, como ouvimos agora há pouco, anuncia, felizmente sem sucesso, o caos da Região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém disse isso. O senhor queria que o tivessem dito.

O Orador: Ano após ano, desde 1996, com o apoio renovado do Povo Açoriano, conseguimos empreender a recuperação e a confiança nos Açores.

Construímos, dos alicerces, um clima justificado de optimismo e, a todo o momento, prosseguimos nesse caminho, ouvindo respeitosamente mas nunca desanimando perante as profecias apocalípticas da oposição.

Cá estamos, cá estaremos nestes próximos quatro anos, a lutar, com todas as nossas forças e com indestrutível paixão pelos Açores, pelo progresso da nossa terra e pelo bem-estar dos nossos concidadãos.

Viva os Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, terminadas as intervenções finais, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 19 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, agradeço que ocupem os vossos lugares para prosseguirmos com os nossos trabalhos com as votações destes documentos.

(Eram 20 horas e 30 minutos)

Vamos fazer uma primeira votação para as Orientações de Médio Prazo 2005/2008.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orientações de Médio Prazo para 2005/2008, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora à votação, na generalidade, do Plano para o ano de 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Plano Regional Anual para 2005, na generalidade, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos passar à especialidade, Programa 1.

Para este Programa existem propostas de alteração do PSD e do Sr. Deputado Independente.

Está aberto o debate sobre este Programa 1 e as propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu ia suscitar a possibilidade de fazer a apresentação das propostas de alteração do PSD de uma só vez e em bloco, para evitar apresentar uma a uma.

Elas já foram apresentadas em termos de intervenção final, mas só sinalizava a nossa postura a nível deste debate e desta votação, apresentando as propostas, com a sua permissão.

Presidente: Eu não tenho nada a opor. Faça o favor.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De resto, como já foi apresentado na intervenção que encerrou o debate da parte do Grupo Parlamentar do PSD, entendemos que o nosso contributo neste debate e neste momento da vida açoriana, que é a aprovação do Plano e Orçamento Anual para 2005, é consequência prática à nossa apreciação crítica dos documentos.

Era fácil criticar por criticar. Se calhar era isso que esperavam. No entanto criticamos, elogiamos o que está bem e apresentamos propostas que, no nosso entender, melhorariam os documentos.

Com isso não queremos obrigar ninguém a votar a favor, queremos apenas dar o nosso contributo e o Grupo Parlamentar do PS irá agir conforme for a sua consciência.

Nessa medida apresentamos 5 propostas sectoriais e transversais.

Uma delas implica a redução das passagens aéreas inter-ilhas no valor de 4,1 milhões de euros, através do aumento das indemnizações compensatórias à SATA; Propomos o reforço de 30% das verbas destinadas à prevenção e tratamento da toxicodependência;

O reforço de 30% das verbas destinadas aos apoios financeiros para a iniciativa privada na área da terceira idade;

Reforço de 30% das verbas destinadas aos apoios aprovados nas áreas da infância e juventude, nomeadamente creches e jardins-de-infância;

O reforço de 100% para a reestruturação fundiária e destinada ao reordenamento agrário; e

Um conjunto de outras medidas que visam promover políticas de coesão e desenvolvimento das ilhas que passo a citá-las, uma vez que já foram enunciadas:

- Pavimentação da Estrada Leste, no Corvo;
- Recuperação da zona histórica de Vila do Porto em Santa Maria;
- Sala de desmancha das Flores;
- Reconversão da Estrada Rochela/Lagoa, na Graciosa;

- Novo acesso e ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas e o Porto de Topo em S. Jorge;
- Nova Escola Secundária das Lajes do Pico;
- Gare marítima de passageiros do Porto da Horta;
- Participação para Avenida Marginal da Praia da Vitória e o Parque de Exposições, na Terceira;
- Escola de Ponta Garça, em Vila Franca do Campo; e
- Intervenção na rede viária de S. Miguel.

Estas propostas que fazemos têm fontes de financiamento ao nível das despesas de gabinete dos Membros do Governo.

Faço lembrar que estas nossas propostas não visam, de modo nenhum, antes pelo contrário, inviabilizar a acção dos gabinetes dos Srs. Secretários.

A percentagem de redução que nós propomos é de 4,92%. Ora, e recorrendo ao histórico mais recente, o ano anterior, não houve uma execução de mais de 95%, o que quer dizer que é sustentável a nossa proposta de envolvimento destas verbas.

Para além disso, também recorreremos àquilo que consideramos que são despesas de funcionamento e que estão previstas no Plano, visando assim também dar verdade ao próprio Plano, considerando que o Plano é verdadeiramente para investir.

Sendo assim, entendemos que o melhor investimento será aquele que distribui harmonicamente por todas as ilhas dos Açores, sinalizando que o PSD entende o desenvolvimento dos Açores baseado em cada uma das nove ilhas. Esta é a nossa proposta.

Sem prejuízo do debate que se seguirá, entendemos que poderia ser mais vantajoso, em termos de tempo, apresentar em conjunto as propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de iniciar a abordagem a esta questão, porque estou realmente estupefacto com o que aqui se está a passar em termos de propostas de redução das despesas ditas correntes e digo-o, muito sinceramente, com muita pena minha.

O Governo está sempre disponível para encontrar propostas de redução das despesas de funcionamento e das despesas correntes, como provou no Orçamento para este ano em que as despesas correntes aumentam apenas 10,57%. Agora, o Governo não pode estar disponível é para analisar propostas que têm duas características: são irresponsáveis e impossíveis de realizar, porque os senhores fizeram uma coisa que ninguém com responsabilidade pode fazer, que foi chegaram a uma classificação orgânica e propuseram uma redução percentual e não trataram de saber ou conhecer o que é que corresponde essa classificação orgânica, em termos de classificação económica.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quantos assessores o senhor tem?

O Orador: No gabinete do Vice-Presidente os senhores propõem uma redução de 2,5 milhões de euros, o que representa mais do que as despesas de pessoal do gabinete do Vice-Presidente. Se fosse aplicada a despesas com pessoal, durante um ano ninguém receberia.

Deputado Pelo Gomes (PSD): O senhor disse neste debate que não havia dotação provisional.

O Orador: Poderia reduzir nas despesas com a ADSE, mas penso que não o querem fazer, nos encargos da dívida pública ou no montante associado ao complemento de pensões e ao financiamento da remuneração complementar, que os senhores tanto falam, e que esta proposta tem como consequência directa a sua redução substancial. Meus senhores, é muito fácil dizer que se reduz nos gabinetes dos Membros do Governo, mas esquecem-se que os nos gabinetes dos membros do governo estão verbas que, ao contrário do que os senhores querem fazer parecer, não têm nada, mas nada a ver com o funcionamento do próprio gabinete.

Os senhores propõem também, por exemplo, uma redução de 719 mil euros no gabinete do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Eu olho para a proposta deste ano e vejo que o aumento das despesas com pessoal é de 2,57% e o aumento proposto para os funcionários públicos foi de 2.2%. Não sei como é que podem cortar nesta rubrica. Só despedindo as pessoas.

Portanto, reduzir 719 mil euros duma dotação para aquisição de bens e serviços, que os senhores falam, que tem 1,171 mil euros, ficam cerca de 300 mil euros.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Vice-Presidente não se esqueça que é economista.

O Orador: Assim sendo, eu quero saber como é que funcionam 9 delegações das Obras Públicas, a manutenção dos equipamentos, o combustível, os materiais, com 300 mil euros.

Em alternativa os senhores propõem a redução de uma terceira rubrica que tem 3,581 mil euros para despesas correntes, que são as tais transferências para o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O senhor é demagogo.

O Orador: Os senhores estão aqui a dizer que querem reduzir o montante de transferência para o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores? Definam-se. Os senhores o que fizeram foi pura demagogia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É o que o senhor está a fazer.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O senhor é mestrado nisso.

O Orador: Os senhores viram verbas no Gabinete do Secretário e pensaram: isto é para os Secretários, vamos cortar 20 ou 30% em todas elas, mas esqueceram de ver que sob essa classificação orgânica está associada uma classificação económica que tem rubricas que não têm nada a ver com esse funcionamento e os montantes que os senhores propõem só podem ter dois destinos: ou acabam com os gabinetes de funcionamento dos Membros do Governo e ninguém recebe durante um ano, ninguém viaja, despede-se toda a gente, ou então vão cortar em despesas como a ADSE, como os encargos da dívida pública, como as remunerações complementares, a Protecção Civil, transferências para os fundos escolares ou para os diversos fundos em termos de funcionamento dos mesmos.

É esse o conteúdo da vossa proposta e é isto que eu queria deixar aqui como alerta a esta câmara dos documentos que estão a propor.

Eu pediria no sentido de que esta discussão no futuro pudesse estar fora, que até pode ser positiva, mas que não pode inviezar em erros tão primários e tão básicos.

Das duas uma: ou se faz, porque são demagógicos e têm consciência da demagogia que estão a fazer, e isso é indesculpável, ou então fazem-no e não sabem bem o que estão a propor, e isso é desculpável, e estamos aqui para vos ajudar e para vos esclarecer.

É esta a verdade e é este alerta que eu gostaria de deixar ficar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As justificações técnicas foram apresentadas e penso que são por demais evidentes até para leigos como eu.

Passemos às justificações políticas:

Srs. Deputados, as propostas de alteração do PSD enfermam dum pecado original, no qual, aliás, curiosamente o PSD é recorrente.

Nós estamos a ver um filme, uma reprise de pior qualidade, porque parece que há quem não aprenda daquilo que já vimos há um ano atrás e este pecado original impede este Grupo Parlamentar, por muita boa vontade que tivesse, de apreciar os eventuais méritos ou deméritos das propostas do PSD. Há aqui uma questão liminar que nos impede de fazer isso e curiosamente nós até gostaríamos muito de fazer essa apreciação.

Nós gostaríamos, por exemplo, que o PSD nos explicasse por que é que pretendia introduzir no Plano uma via que é municipal, numa determinada ilha que não interessa agora para o caso. Gostaríamos de perceber isso.

Portanto, há aqui coisas que realmente não batem certo. Nós teríamos muito para falar sobre estas aparentes prioridades que aqui são introduzidas, mas porque não alinhamos em demagogia, temos que dizer-vos liminarmente que não há condições para as apreciar, porque elas não são sérias.

Como eu disse, este pecado original consubstancia-se num aspecto muito claro e objectivo que é o seguinte: os senhores enveredam pura e simplesmente por um corte horizontal, raso, cego e acrítico relativamente àquilo que são as dotações dos gabinetes e as duas votações que foram feitas há poucos minutos demonstram a seriedade com que o PSD entrou para este debate na especialidade.

Posto isto, o PSD ficará com a sua posição.

O Grupo Parlamentar do PS diz que por aqui não vai e recusa liminarmente entrar neste jogo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É conhecida a coerência que o CDS/PP, ao longo dos anos, tem revelado relativamente a esta matéria.

É nosso entendimento que, sob o ponto de vista técnico, e temos referido isso ao longo dos anos, não é fácil para quem está no papel de partido da oposição detectar efectivamente as zonas do Orçamento onde há a possibilidade técnica de fazer

determinado tipo de alterações e a prova disso é que o próprio Governo aceita, eventualmente do Partido Socialista, determinado tipo de cortes, determinado tipo de reforços que correspondem a situações que presumo que são falhas detectadas.

Sob o ponto de vista político a posição histórica e conhecida do CDS/PP, para nos fazermos entender, é de que estaríamos em condições de apresentar um programa e um orçamento alternativo, mas entendemos que esta maioria é que tem a obrigação de assumir as suas responsabilidades perante o eleitorado açoriano.

No passado já tivemos oportunidade de participar em alterações, com algum significado, em programas e orçamentos do Governo, como é sabido, em processos negociais e em processos em que o próprio Grupo Parlamentar formou maioria nesta casa e, sob esse ponto de vista, introduziu coerentemente um conjunto de alterações aos Planos e Orçamentos.

Gostaria de referir que o CDS/PP identifica-se e está totalmente solidário com várias das propostas apresentadas aqui pelo Partido Social Democrata, desde logo uma delas constituiu bandeira e grande opção do programa eleitoral com que nos apresentamos às eleições em Outubro passado, nomeadamente a redução das passagens inter-ilhas.

Portanto, o CDS/PP acha que seria importante que o Governo Regional pudesse aceitar e reconhecer que algumas das propostas que aqui são feitas, merecessem também o reconhecimento da maioria, da mesma forma que reconhece propostas, pelos vistos, do seu Grupo Parlamentar, como é o caso da protecção da muralha da orla costeira da Vila da Praia da Graciosa. Se o Governo arranjou lugar para encaixar essa alteração, certamente que arranjará, se quisesse politicamente assumir, lugar para encaixar algumas das propostas que aqui são feitas, que são feitas ao nível de acções e de projectos, quando a nossa votação é feita é ao nível de programas e, portanto, há aqui uma margem de manobra por parte do Governo.

Um grupo parlamentar aprovar uma alteração ao nível de projecto, é um significado meramente indicativo e, por maioria de razão, ao nível da acção e o Governo depois faz o que bem entender como, de resto, tem comprovadamente feito.

Seja como for é um bom princípio e era nesse capítulo que nós gostaríamos que o Governo Regional pudesse adoptar aquilo que entendesse politicamente que era útil e importante, tais como a repavimentação de estrada no Corvo, participação na Avenida Marginal da Praia da Vitória ou empreendimentos em Vila Franca, todos investimentos positivos e meritórios. Isto é uma questão da maioria entender se assume ou não.

Da parte do CDS/PP, politicamente, o seu voto é de abstenção com o significado de que gostaríamos de ver esses projectos assumidos.

Não tenho instrumento para verificar se o Governo Regional tecnicamente tem abertura para os mesmos, nem para dizer em que área é que vão fazer corte, que não seja corte político, e a responsabilidade política de recepção ou não é da parte do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, Sr. Vice-Presidente, demagogia pura e primária foi aquilo que o senhor fez aqui, nem mais nem menos.

Mas, nessa ânsia do ataque permanente, e parece que não sabe fazer outra coisa, acaba por se auto-atropelar. O senhor sabe a quem é que chamou de primário e irresponsável? Certamente não sabe. Foi ao actual Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César que, em 1991, fez uma proposta exactamente idêntica a esta.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A pessoas quando dizem o que não sabem e tentam fazer crer o que não sabem, dá nisto.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Vice-Presidente, antes de dizer o que diz, antes de atacar como ataca devia informar-se da realidade.

O Orador: Repito aquilo que já disse aqui:

Estas propostas de alteração, ao contrário das suas palavras puramente demagógicas, nunca visaram fechar gabinetes. Não cabe na cabeça de ninguém que 4,92% fecha gabinetes. Isto é só demagogia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não percebe nada disto.

O Orador: O que foi aqui dito foi que no ano anterior a margem de execução não chegou aos 95%. Por isso mesmo o que está aqui em causa é uma proposta séria, responsável e que quer contribuir para o desenvolvimento dos Açores em cada uma das nossas ilhas.

Eu percebo bem o esforço que o Sr. Vice-Presidente fez para convencer os Srs. Deputados de cada uma das ilhas a votar contra estas propostas, mas é um esforço que, pelas caras deles, vai ser difícil de engolir.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, depois do brilhante exercício de ataque pessoal e demagógico que fez aqui, o senhor devia estar muito bem calado. Felizmente que foi transmitido em directo e os açorianos viram o nível que o senhor colocou neste debate e, sobretudo, perceberam que na maior parte do debate não falou sobre o Plano e Orçamento, não falou sobre o futuro dos Açores, limitou-se a atacar pura e simplesmente, também reconhecendo por aí a importância que o PSD tem e o grande medo que o senhor tem do Dr. Victor Cruz.

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Quem tem medo do Victor Cruz é o povo!

O Orador: Percebemos a opinião do Governo, percebemos o esforço que faz para tentar convencer os Deputados do Partido Socialista, mas a nossa opinião é que os

açorianos sabem bem que mais vale fazer obras em todas as ilhas, mais vale baixar o valor das tarifas da SATA, mais vale aumentar os valores para a toxicodependência, mais vale investir nos equipamentos de apoio à infância, juventude e idosos, do que gastar em gabinetes de Secretários.

Recordo que a questões dos gabinetes dos Secretários é apenas para cobrir a verba da SATA, tudo o mais são verbas de despesas de funcionamento que, na nossa opinião, deviam servir para o investimento nos Açores.

Os senhores acusam-nos de nunca ter propostas, mas o PSD apresenta propostas concretas e firmes, sobretudo, no sentido de melhorar os documentos que estão em debate.

Os senhores nem o nosso contributo querem. Grande arrogância!

É triste que os senhores ocupem o tempo e façam investir os seus argumentos sempre no ataque à oposição, quando devíamos estar aqui a discutir a importância de cada uma dessas obras para cada uma das nossas ilhas.

Deputado Hernâni Jorge (PSD): Quem é que quis discutir as propostas?

O Orador: Pela nossa parte continuaremos com a nossa postura de sempre e os senhores não nos intimidam. O PSD irá apresentar sempre propostas para melhorar o vosso trabalho, mas sobretudo para melhorar a vida dos açorianos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão. Informo-o que dispõe apenas de um minuto.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já tive oportunidade na minha intervenção de mencionar as três propostas de alteração que apresento e que são a Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental, da Escola Básica de Ponta Garça e o aumento dos apoios às entidades culturais, entenda-se às bandas filarmónicas.

No caso das actividades culturais estas verbas são retiradas dentro do mesmo quadro, daquilo que seriam eventos de iniciativa governamental, deixando mais verbas à iniciativa da sociedade civil.

As verbas para as escolas serão desanexadas quer da manutenção e reparação de instalações escolares, quer através de um reforço de verba que será feito através dum fundo regional de emprego.

Nos 10 segundos que me restam, permitam-me que diga tão só que, em relação às propostas do Partido Social Democrata, vou abster-me como farei para o resto das propostas que estão em análise, dizendo que irei votar contra uma que é a que se refere à Escola Básica de Ponta Garça, por a verba que é aqui posta é insuficiente, ao contrário da proposta que apresento que é mais realista para o terreno, para o projecto e para tudo o que é apresentado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com a habilidade matreira e política que lhe é reconhecida, quis trazer para este debate uma ligeirinha inversão daquilo que é a responsabilidade e o papel de cada um, conforme disse, e muito bem, o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Se bem percebi a posição do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro é: eu até concordo com algumas das propostas apresentadas com reforço de verbas; eu, pobre deputado, Representação Parlamentar, não tenho os meios técnicos de dizer de onde é que sai o dinheiro e, portanto, o Governo e a maioria façam o favor de dizer de onde é que tiram o dinheiro já que, eventualmente, pode aceitar algumas das propostas.

É isso que não pode passar, Sr. Deputado, porque, conforme muito bem disse o Sr. Deputado Clélio Meneses, a cada um as suas responsabilidades e a responsabilidade do Governo e da maioria é dizer quais são as suas opções políticas o que implica escolher e a sua responsabilidade, se o senhor quer ter o trabalho de participar activamente com propostas de alteração a este documentos, é dizer onde é que põe, mas dizer também de onde é que tira e não foi isso que a sua intervenção deixou indiciar.

É esta precisão que é necessário fazer aqui neste momento.

O Sr. Deputado, Representação Parlamentar do CDS/PP tem, julgo eu, um adjunto e, portanto, tem meios técnicos para, querendo, analisar os documentos, e além disso o senhor é um reputado economista, pode muito bem analisar e ver de onde quer tirar e onde quer pôr.

Agora, o facto é que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com a sua habilidade política, ...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Não é habilidade nenhuma!

O Orador: ... quer ter o benefício de pôr, mas não quer ter o ónus de tirar.

A cada um as suas responsabilidades e no caso das propostas do PSD, conforme já foi demonstrado pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, não é uma questão de responsabilidade, mas uma questão de irresponsabilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É uma questão muito simples para reforçar a proposta que estamos aqui a debater e para dar apenas mais dois exemplos de quanto não é exequível esta proposta.

Os senhores propõem reduzir 338 mil euros no gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e a pergunta que vos tenho que fazer é a seguinte: dentro do orçamento do gabinete do Sr. Secretário Regional de Agricultura e Florestas, de onde é que tiram esse dinheiro?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se tivesse feito esse cálculo no grupo parlamentar não precisava de estar a fazê-lo agora!

O Orador: Quando se apresenta uma proposta em que há classificação orgânica, ela terá que estar associada à classificação económica. Isso é um princípio básico.

Não há qualquer processamento de despesa, não há nenhum orçamento que se faça só com classificação orgânica, porque esta tem de estar associada à classificação económica e ninguém nesta sala pode dizer que se pode fazer uma proposta apenas com base na classificação orgânica.

O que está em causa não é objectivamente o princípio. O princípio da redução das despesas de funcionamento e o princípio da redução das despesas dos gabinetes do Membros do Governo é um bom princípio, é um excelente princípio e foi isso que fizemos. É por isso que o aumento da despesa de funcionamento da Administração Regional no seu todo, que ainda é mais difícil, apenas sobe 10,57%. O difícil não é fazer isso, é fazer como nós fizemos rubrica a rubrica, classificação económica a classificação económica e dizer onde é que vamos tirar, porque pegar no bolo global e fazer uma mera conta de multiplicar, desculpem, mas qualquer criança da 4ª classe sabe-a fazer.

Agora vamos à parte prática:

Os senhores ao proporem uma redução de 338 mil euros no gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, o que aconteceria era que durante um ano a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas não poderia comprar bens e serviços, porque a dotação para bens e serviços é de 304 mil euros, ou seja, propõem tirar mais do que o total da dotação e, portanto, toda a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, pura e simplesmente, teria de pagar para trabalhar, ou então reduzia - e aqui está o cúmulo de incongruência - no apoio ao IAMA e ao IROA que é outra rubrica que representa mais de 80% do total das verbas que estão classificadas, do ponto de vista orgânico, no Gabinete do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Vou só dar mais um exemplo que é o exemplo mais claro desta matéria, como referi no início.

A vossa proposta agregada de redução das despesas nos gabinetes dos Membros do Governo, que está na classificação orgânica sem dizer, sob o ponto de vista da classificação económica, de onde é que tiram só pode implicar três coisas: despedimentos de pessoal, redução dos pagamentos na ADSE e redução das remunerações complementares.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não ouve bem? Eu já lhe expliquei isso!

O Orador: A vossa proposta é tão mais incongruente, porque apresentam propostas para reforçar no Plano despesas para apoio aos idosos, à criança e juventude e depois na mesma proposta propõem reduzir verbas que estão inscritas para o Instituto da Acção Social, e não devem ter reparado, que tem como consequência directa a redução da verba do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, porque é aqui que estão as verbas a transferir para o Instituto da Acção Social e para a Acção Social.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é necessariamente isso. O senhor não sabe o que está a dizer ou se sabe ainda é mais grave.

O Orador: Os senhores não sabem o que é que fazem, porque propõem, por um lado, aumentar o apoio a essas áreas e, por outro, na mesma proposta propõem reduzir o apoio para essa mesma área.

É esta a vossa incongruência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que vamos votar favoravelmente as propostas de alteração apresentadas pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão e ficamos satisfeitos, porque isto também significa, desde

logo, que, em termos substanciais, parece que vamos também, embora de forma um pouco mais generosa, votar uma proposta apresentada pelo PSD.

Efectivamente é importante, como toda a gente sabe, não só a generosidade e a vontade de alocar uma determinada receita para um investimento, mas a grande questão aqui, em termos de quantidade e de qualidade, neste caso de afectação, é de saber de onde é que essa verba sai e deixa de existir, em caso de alteração.

Gostava também de deixar aqui uma opinião muito clara.

Eu consigo perceber sem dificuldade a lógica e a coerência de quem, analisando alguns documentos, chega à conclusão, em seu entender, que a sua avaliação global é de desacordo em relação aos mesmos e de tal forma profunda, que acha que não vale a pena apresentar propostas de alteração. Consigo perceber, com toda a sinceridade, é o contrário.

Quem anuncia com muita antecedência que os documentos são calamitosos e depois quer introduzir-lhe alterações como se afinal acreditasse que eles ainda podem ser salvos, aí não vejo pinga de coerência.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Prescindo.

Presidente: Não havendo mais ninguém inscrito, vamos votar a proposta de alteração ao Programa 1, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do Deputado Independente, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração ao Programa 1, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Para interpelar a mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O lapso verificado deriva da forma como os serviços distribuíram as propostas em que a proposta nº 1 está no fim e a proposta nº4 está à frente. Foi esta a nossa confusão e por isso está justificado o lapso.

Quero lamentar que, num momento tão importante como este, exista alguém a querer diminuir a importância desta Assembleia.

Presidente: Eu vou repetir a votação.

Vamos votar a proposta de alteração ao Programa 1, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP

Presidente: Alguns destes programas não têm nenhuma proposta de alteração e eu pergunto se posso pôr à votação em conjunto os programas 2, 5, 6, 10, 11, 14, 22, 26, 27 e 30? Parece que não. Assim sendo vamos votar programa a programa.

Vamos votar o Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 3. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP

Presidente: Programa 4. Para este programa existem duas propostas de alteração, uma do PSD e outra do Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Vou pôr à votação em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 19 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 6.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 7, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 8. Para este programa existem duas propostas de alteração, apresentadas pelo PSD, as quais vou pôr à votação em bloco.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 8.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Programa 9. Para este programa existe uma proposta de alteração do PSD, a qual vou pôr de imediato à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 9.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e um voto contra do CDS/PP.

Presidente: Se não houvesse oposição votaríamos em conjunto os Programas 10 e 11. Parece que não há, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com estes programas, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 10 e 11 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 12, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 13, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 14. Não há propostas de alteração, vamos votá-lo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 15, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 15.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 16. Para este programa existem três propostas de alteração, duas apresentadas pelo PSD e uma pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

(*) Deputado Nuno Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu uso da palavra para apresentar o reforço em cerca de 200 mil euros da acção 16.4.2 - Prevenção da toxicodependência.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que a prevenção das toxicodependências é um assunto importante que merece este reforço e que merece continuar com o trabalho que tem sido desenvolvido neste sentido e é por isso que o defendemos.

Gostava também de realçar que o Partido Socialista nunca instrumentalizou o problema da droga como arma de arremesso político, que foi o que aqui assistimos a propósito das intervenções de encerramento da discussão do programa. Este é um problema que afecta dezenas de jovens e suas famílias, que deve ser encarado com seriedade, com coerência e não o usando, repito, como arma de arremesso político.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para, em primeiro lugar, esclarecer o Sr. Deputado Nuno Tomé que, de facto, o PSD dá um tom de seriedade a todas as matérias. Na política, para nós, não há os assuntos sérios e os não sérios. Todos os assuntos da política são sérios e este é muito sério, afecta muitas e muitas famílias e deve ser encarado nessa perspectiva e a medida de seriedade que o assunto tem, é a mesma medida do nosso envolvimento para tentar resolvê-lo.

Em segundo lugar, para dizer que o PSD vai votar a favor. O PSD é diferente do PS, porque o PSD vota a favor ou vota contra não pela origem das propostas, mas pelo valor que elas têm. Esta tem valor e por isso tem o nosso voto a favor.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: A aprovação desta proposta prejudica uma das propostas do PSD e dispenso de a pôr à votação.

Passamos à votação da outra proposta do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 17. Para este programa existem duas propostas de alteração do PSD.

Vamos votar as duas propostas em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 18. Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista propõe alteração a este programa com o reforço de 500 mil euros no Projecto 18.2 - Acção 18.2.2, por conta da redução no mesmo programa, projecto 18.1.

A criação de uma nova acção no valor de 500 mil euros destinados ao apoio à recuperação de habitações afectadas por térmitas, por redução no Programa 20, Projecto 20.4.

E ainda a criação dum Projecto 18.4 que visa a intervenção específica em Rabo de Peixe, dividida em duas acções que são a construção e aquisição de habitação em Rabo de Peixe e recuperação de habitação e alojamentos.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que o PSD irá votar a favor sobre a questão das térmitas.

De facto, é uma questão muito importante e é com satisfação que vemos que aquilo que o PSD tem dito sobre esta matéria e a Proposta de Resolução que aqui apresentou também teve este resultado.

Devo manifestar que esta é uma questão muito importante e que exige medidas imediatas e urgentes.

Também devo dizer que não se entende como é que o Governo Regional, ainda a 18 do mês passado aconselhava o PS a votar contra, porque o problema estava resolvido. Ora, se não existiam verbas no Plano, como é que estava resolvido? Esta é a primeira incoerência.

A segunda incoerência é dos Deputados do Partido Socialista que, quando se discutiu aqui esta questão e, perante as perguntas colocadas, nada disseram e resumiram-se ao silêncio.

Ainda agora neste debate um Deputado do Partido Socialista da Terceira, onde o problema é mais intenso, falou sobre habitação e sobre este problema nada disse. Qual a conclusão que se pode tirar daqui? Conclui-se que o PS votou contra esta proposta sem saber porquê e o PSD vai votar a favor, porque sabe porquê.

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

(*) Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É só para esclarecer o Sr. Deputado Clélio Meneses que os Deputados do Partido Socialista votaram contra a Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, porque ela não trazia nada de novo. Não trazia nenhuma resolução para o problema das térmitas.

O diploma tinha sido aprovado em Conselho do Governo e já está nesta Assembleia.

As verbas não estavam inscritas no Programa do Governo, porque o programa já estava feito antes do diploma chegar cá.

É por isso que os Deputados do Partido Socialista fizeram esta alteração que aqui está.

Obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há verbas no Programa do Governo, há verbas é no Plano.

Se este assunto estava tão cuidado pelo Governo, não se percebe por que é que as verbas não estavam.

Felizmente que sobre esta questão das térmitas, finalmente, um Deputado da Terceira toma a palavra e diz alguma coisa sobre esta matéria tão importante que afecta muitas casas da Terceira.

Deputado Paulo Messias (PS): Eu não tenho nada para dizer, porque o senhor não disse nada.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Programa 19. Não há propostas de alteração, vamos votá-lo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 20, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Trata-se apenas de um reajustamento de verbas para satisfazer exactamente alguns dos programas da proposta que acabou de ser aprovada no Programa anterior.

Na realidade, não se trata, como veremos mais adiante numa outra proposta que aqui está, apresentada pelo Partido Socialista, de uma redução das verbas globais deste Programa, por via da alteração daquele que é o capital da SPRHI, SA e que mais adiante será explicado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Srs. Presidente, Srs. Deputados:

Certamente por lapso é referido aqui que é o Projecto 20.1, mas parece que é o 20.4. Convinha esclarecer, no sentido de também, nesta medida, contribuirmos para uma melhor acção do Governo Regional.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 20.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 21. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(* **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração ao Programa 21, criando uma nova acção 21.1.18 - protecção da muralha da orla costeira da Vila da Praia, com redução, de igual valor, no Programa 20, projecto 20.4, acção 20.4.1.

Como toda a gente sabe há 28 dias houve uma derrocada na muralha de protecção da orla marítima naquela freguesia e isto não é mais do que cumprir mais uma promessa e uma forma de se mostrar que não se pode nem se deve fazer política quando estão em causa pessoas e bens.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(* **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata vai votar a favor desta proposta. Entendemos que é uma obra justa e que ela acontece no decorrer das obras da construção do Porto de Pescas.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso é um disparate.

O Orador: Nessa altura foi dito que nada aconteceria e, portanto, é uma obra mais do que justa e prometida.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso é politiquice.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Ainda por cima é da Câmara Municipal.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 22. Não há alterações, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao Programa 23, para o qual existe duas propostas de alteração, apresentadas pelo PSD.

Vamos votar, em primeiro lugar, as propostas de alteração do PSD

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 24. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 25. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 26. Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 27. Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 28. Para este programa existem duas propostas de alteração, uma do PSD e outra do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração no sentido de criar uma nova acção que se destina a bonificação de juros para o programa de apoio ao combate às térmitas.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração do PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos favor do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Programa 29. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração advém do facto de ter resultado, por via da privatização da EDA, um aumento de receita de 8 milhões de euros que, aliás, prova mais uma vez a boa gestão que o Governo Socialista e as pessoas que o integram fizeram. Isto quer dizer que também aqui nós valorizamos...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Preço de mercado.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é do cansaço.

O Orador: Pois é, Sr. Deputado, mas o mercado só paga bem por aquilo que está valorizado.

... e sabemos valorizar os nossos activos e por isso tivemos mais 8 milhões de euros.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está quase a meter o Dr. Monteiro da Silva no lugar do Dr. Sérgio Ávila.

O Orador: Nós estamos muito satisfeitos com o Dr. Sérgio Ávila no sítio onde está. Esperamos que esteja lá por muito tempo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe ao Governo que estes 8 milhões de euros reforcem o capital da SPRHI, SA, uma vez que esta empresa vem a assumir compromissos que se situam muito para além das calamidades e num acto de absoluta transparência nós propomos este reforço do capital social para que fique claro, de uma vez por todas, que nós não fazemos exercícios financeiros com as sociedades anónimas.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso não tem nada a ver.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para, em primeiro lugar, estranhar a referência do facto de uma empresa que há 8 anos não tinha condições para qualquer processo de privatização, empresa que dava claramente prejuízo e que neste momento dá lucro. Empresa em que as acções eram 100% da Administração Regional não é também mérito do Governo Regional?

Se fosse ao contrário e ela desse prejuízo a quem é que os senhores assacavam a responsabilidade, ao Governo Regional ou à Administração?

Aí vê-se bem a vossa boa vontade na avaliação dos méritos da Administração Regional.

Em segundo lugar, queria dizer que o Governo Regional vê com bons olhos e aceita a proposta feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de que os 8 milhões de euros, que foram uma mais valia, referente ao montante que tinha sido inicialmente previsto e avaliado por instituições financeiras para a privatização da EDA, sejam destinados claramente ao reforço do capital social da SPRHI, SA.

Penso que o montante global das propostas aqui apresentadas é uma injeção de recursos financeiros de mais 6,7 milhões de euros na SPRHI, SA é uma prova que

nós não usamos as empresas para engenharia financeira ou para esconder endividamento, muito pelo contrário, usamos as empresas como factores estratégicos de desenvolvimento e aplicamos os nossos recursos nessas mesmas empresas. Este reforço é a prova da vontade de investimento, particularmente nas ilhas do Faial e do Pico, onde esta empresa tem a sua principal actividade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 29.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 30. Não há propostas de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global desta Proposta de Decreto Legislativo, Plano Regional para 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional, Plano Regional Anual para 2005, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2005.**

Vamos votar, na generalidade, o Orçamento da Região para 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento Regional Anual para 2005, foi aprovada, na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: As propostas de alteração, apresentadas pelo PSD, estão prejudicadas.

O PS apresenta uma proposta de aditamento de um artigo 14º-A e uma proposta de alteração ao artigo 51º

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional nº 29/2004, regime jurídico de protecção e valorização do património cultural, móvel e imóvel, no seu artigo 51º, e que está relacionado com os incentivos à conservação e valorização de imóveis, previa que o financiamento e as medidas incluídas no programa específico de incentivos à manutenção e valorização de bens móveis e imóveis classificados como de interesse público, é assegurado pelo orçamento privativo do Fundo Regional de Acção Cultural.

Sabendo da experiência do ano transacto deste Fundo Regional de Acção Cultural, das verbas que lá tem e da necessidade de verbas para a preservação e conservação do património da nossa Região, dado que temos um grande grupo de móveis e imóveis classificados de interesse público, altera-se aqui no decreto legislativo do Orçamento para que não seja só do Fundo Regional de Acção Cultural, mas também as verbas do próprio Plano Regional possam participar beneficiações nesses prédios.

Presidente: Srs. Deputados, no fundo, este é um aditamento que altera um artigo de outro diploma.

Se os Srs. Deputados não vissem objecção, votávamos todos estes artigos na especialidade e no final votávamos este aditamento. Como estes artigos também se referem aos mapas, ficam implicitamente aprovados todos os mapas que decorrem das alterações verificadas ao Plano. Creio que está entendido

Assim sendo, vamos votar na especialidade todos os artigos desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): Não, Sr. Presidente, pedíamos que fosse artigo a artigo.

Presidente: Posto isto, vamos votar o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 3º e 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 3º e 4º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 5º e 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 5º e 6º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 9º, 10º e 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 9º, 10º e 11º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigos 12º, 13º e 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 12º, 13º e 14º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 15º e 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 15º e 16º foram aprovados por unanimidade.

Presidente. Vamos votar agora a proposta de aditamento de um artigo 14º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar ainda uma proposta de alteração aos Mapas I, II, III, IV e IX, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração aos mapas anunciados foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2005.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento Regional Anual para 2005, em votação final global, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Srs. Deputados, eu vou passar a ler um Voto de Pesar, subscrito por todas as bancadas, relativo ao falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Depois da votação faremos um minuto de silêncio.

“Voto de Pesar

João Paulo II, tanto na vida como na morte, testemunhou, de forma radical, a força da sua fé e das suas convicções.

Verdadeiro gigante dos nossos tempos, ele foi capaz de abrir novos rumos para o Mundo, interpelando consciências e vontades a favor da liberdade, da tolerância, da paz e dos pobres. O legado que nos deixou atinge uma dimensão ainda insuspeitada. O pontificado de João Paulo II ficou marcado pela incessante promoção da pessoa humana que colocou no centro das suas preocupações e da sua evangelização. Foram estes valores fundamentais que sempre proclamou e que procurou inculcar nos muitos encontros que teve com os responsáveis políticos mundiais, de forma a que todos os seres humanos, sejam eles de países ricos ou pobres, possam ter acesso a uma vida digna e justa.

Infatigável defensor da liberdade, empenhou-se constantemente no combate a todas formas de opressão e denunciou sem descanso as situações de injustiça e exploração que ocorrem em tantos países e regiões. O seu papel na luta contra todas as tiranias, a começar na sua Polónia natal, foi determinante. Igual determinação e protagonismo revelou na condenação do sistema capitalista neo-liberal que, também materialista, não respeita os valores essenciais da pessoa humana.

A paz, este supremo bem do convívio entre os povos, teve em João Paulo II um arauto apaixonado que sempre a propôs como único caminho para assegurar o progresso e o desenvolvimento das nações, abrindo perspectivas para a construção de uma sociedade fraterna, livre, solidária e justa. Foram inúmeras as corajosas posições que tomou em defesa da harmonia e da paz, sempre na linha do Evangelho e nunca temendo enfrentar os mais poderosos líderes mundiais.

João Paulo II foi um extraordinário homem de fé e um grande pastor da Igreja e do Mundo. Nessa qualidade, sempre se preocupou em manter actualizado e actuante o ensinamento da Igreja e o depósito da Fé, enriquecendo-nos com uma vastíssima obra doutrinal e teológica que, por muito tempo, fica a assinalar a riqueza do seu magistério.

Peregrino do Mundo, João Paulo II visitou quase todos os países dos cinco continentes. Esteve em Portugal por três vezes, e numa delas, em Maio de 1991, veio aos Açores. No dia 11 de desse mês presidiu a uma celebração eucarística em Angra do Heroísmo, sede da nossa Diocese, e rezou diante da imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em Ponta Delgada. A sua passagem por estas duas cidades açorianas ficou a ser um marco indelével e único na nossa história de cinco séculos.

Por toda a sua vida e obra, é imenso o reconhecimento do Povo Açoriano. E esta Assembleia Legislativa, sua lídima representante, exprime, em tão dolorosa circunstância, o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Horta, Sala das Sessões, 6 de Abril de 2005.

Os Deputados Regionais, Francisco Coelho, Clélio Meneses, Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão.”

Os Srs. Deputados que concordam com este voto, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proponho à Assembleia que façamos um minuto de reflexão.

(Neste momento foi guardado um minuto de silêncio em memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II)

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos do plenário extraordinário de Abril.

Boa noite e muito obrigado pela vossa colaboração.

(Eram 22 horas e 10 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel de Meneses **Pinheiro**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Fernando Dinis Borges de **Meneses**

O Redactor, José Rodrigues da Costa.